

CONTRATO 10/2023

SPTA Nº 10

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS, CONCERNENTES À ASSESSORIA TÉCNICA E ELABORAÇÃO DE ESTUDOS, PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS EM ÁREA URBANA.

PRODUTO 01

**RELATÓRIO ECONÔMICO EXECUTIVO PARA
SUBSIDIAR A ELABORAÇÃO DO PPA
2025-2028 DE SALVADOR**





PTA10
RELATORIO TÉCNICO - A ECONOMIA DE
SALVADOR: RETROSPECTIVA HISTÓRICA,
ANÁLISE ATUAL E AS PERSPECTIVAS PARA
ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO ECONÔMICO

SALVADOR, BAHIA
DEZEMBRO, 2023



PREFEITURA DE SALVADOR

Prefeito

Bruno Soares Reis

FUNDAÇÃO MÁRIO LEAL FERREIRA

Presidente

Tânia Scofield Almeida

EQUIPE RESPONSÁVEL PELA COORDENAÇÃO DO PROJETO

Diretoria de Planejamento

Beatriz Lima Cerqueira

Gerente de Planejamento

Fernando Teixeira

URBE PLANEJAMENTO

COORDENAÇÃO GERAL

Arq. Pablo Argolo Maurutto

ECONOMISTA

GUSTAVO CASSEB PESSOTI (CORECON Nº 5241)

ECONOMISTA

URANDI ROBERTO PAIVA FREITAS

ECONOMISTA

GERALDO DE ALENCAR SERRA NETO

A ECONOMIA DE SALVADOR: RETROSPECTIVA HISTÓRICA, ANÁLISE ATUAL E AS PERSPECTIVAS PARA ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO ECONÔMICO

Sumário

INTRODUÇÃO	5
1. ASPECTOS QUE MARCARAM AS ECONOMIAS DA BAHIA E DE SALVADOR ENTRE 1975 E 2023	10
1.1 Período I (1975–1986): Transformações Estruturais e Crescimento Acelerado – A Era do Polo Petroquímico.....	11
1.2 Período II - 1986 a 1992: Inflexão e Crise.....	13
1.3 Período III: Anos 1990 — Retomada do Crescimento e Diversificação da Base Produtiva	16
1.4 Período IV – 2000-2010: Manutenção do Crescimento e Consolidação Industrial.....	20
1.5 Período V - Anos 2010 A 2020 – Recessão, Perda de Competitividade Regional e Nacional – A Década Perdida da Bahia	25
1.6 A Nova Década e os Velhos Problemas	33
1.7 A Economia de Salvador e os Ciclos Econômicos da Bahia	37
2. ANÁLISE DA TRAJETÓRIA ATUAL DO DESEMPENHO ECONÔMICO DE SALVADOR	46
2.1 Notas sobre a mudança no perfil demográfico de Salvador	46
2.2 Evolução temporal do PIB.....	49
2.3 Índice de Dinâmica Econômica Municipal (IDEM/SEI).....	52
2.4 Estrutura produtiva	54
2.5 Análise Regional.....	55
2.6 Mercado de Trabalho.....	58
2.7 Bolsa Família e CadÚnico	62
2.8 Índice Firjan de Gestão Fiscal	64
2.9 A reforma tributária e a questão municipal: notas para reflexão	67
2.10 Índice de Qualidade Mercadológica para Negócios	71
3. VETORES QUE PODEM ACELERAR O CRESCIMENTO ECONÔMICO E PROMOVER ALTERAÇÕES NA ESTRUTURA PRODUTIVA DE SALVADOR.....	74
3.1 Economia do Mar: desafios e possibilidades para Salvador.....	76

3.2 A Transformação Urbana e Social de Salvador, através do conceito de <i>Smart City</i> (Cidade Inteligente).....	84
3.3 Economia de Aglomeração e a cadeia da saúde em Salvador	91
4. PRINCIPAIS INVESTIMENTOS QUE PODERÃO REORIENTAR O CRESCIMENTO ECONÔMICO DE SALVADOR NO PERÍODO 2023-2030	96
CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
REFERÊNCIAS	109

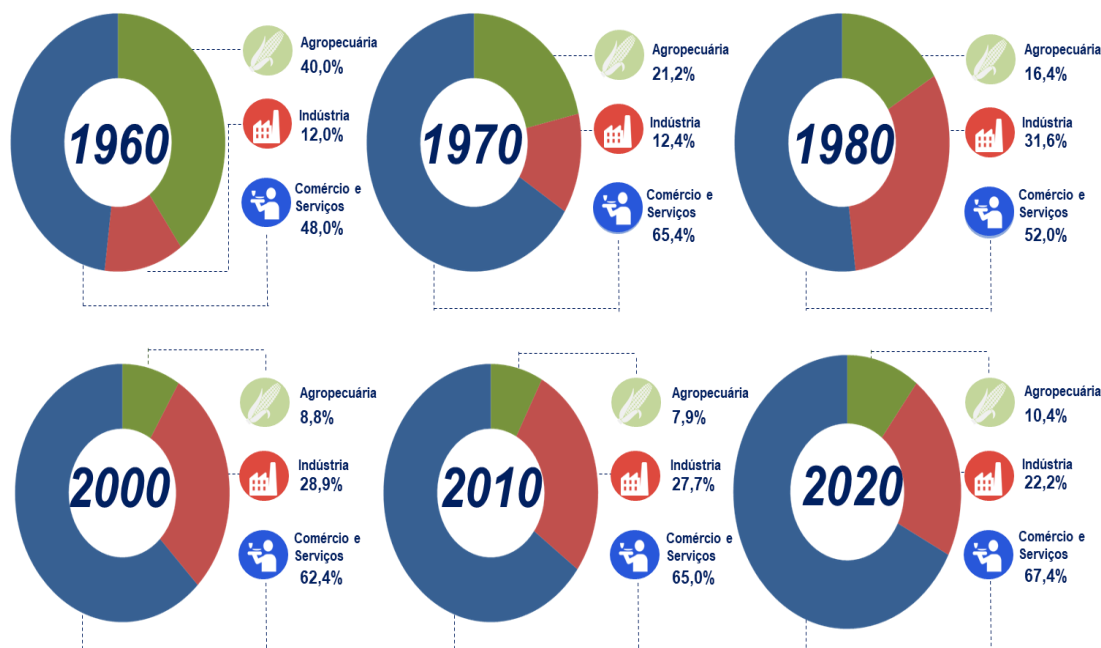
A ECONOMIA DE SALVADOR: RETROSPECTIVA HISTÓRICA, ANÁLISE ATUAL E AS PERSPECTIVAS PARA ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO ECONÔMICO

INTRODUÇÃO

É inegável que a evolução histórica da Bahia e da Região Nordeste sempre estiveram condicionadas aos ciclos econômicos atrelados à agricultura de exportação e às tentativas de efetivação de investimentos industriais, que aumentassem a geração de emprego e renda em suas economias. Não obstante, o planejamento do Brasil tenha destinado alguns projetos de industrialização para a Região, os setores mais dinâmicos da Bahia sempre tiveram uma relação mais direta com a agricultura de exportação e com os setores notadamente ligados aos serviços de intermediação comercial, administração pública e aluguéis de imóveis.

Os avanços industriais da Bahia podem ser associados à chegada da Petrobras no início dos anos 1950, bem como à consolidação da indústria petroquímica como resposta da descentralização de investimentos federais no II PND, do governo militar. O Polo Petroquímico de Camaçari trouxe uma mudança significativa na estrutura produtiva da Bahia, com grande aumento de participação da indústria no PIB do estado, como pode ser observado na figura 01 a seguir.

Figura 01 – Evolução dos setores na atividade econômica – Bahia – 1960-2020



Fonte: IBGE (2022); SEI (2023)

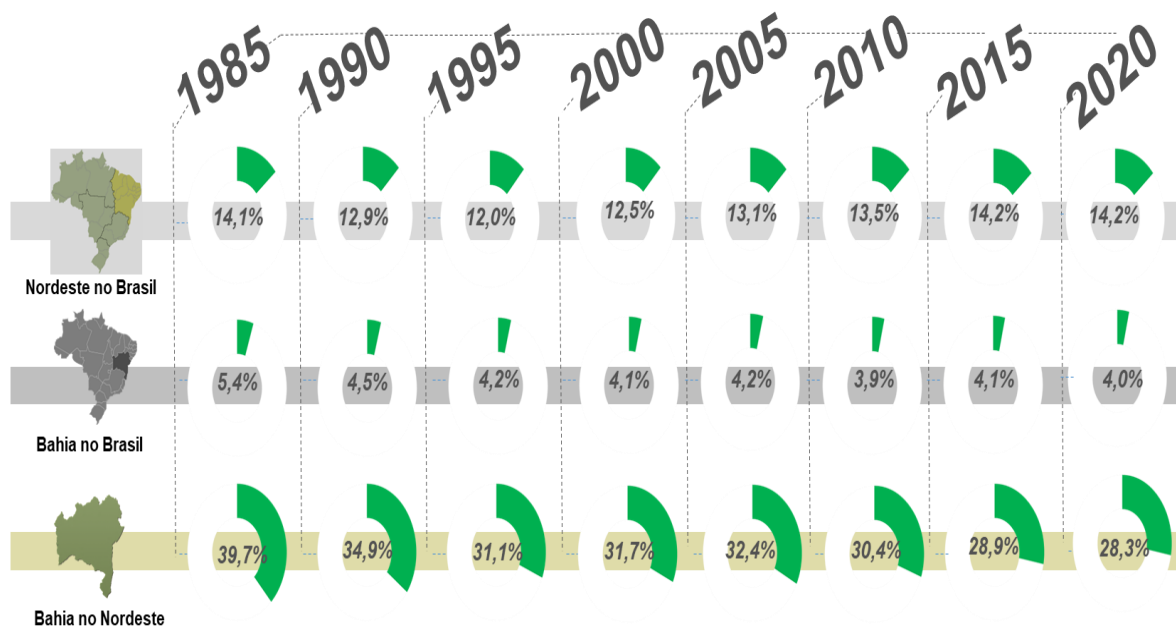
A Figura 01 evidencia a importância estratégica que as indústrias química e petroquímica assumiram para a geração de valor agregado para o estado. É por isso que o Polo Petroquímico de Camaçari deve ser considerado como o maior empreendimento econômico do século XX e um dos mais importantes da história da Bahia. Na comparação entre os anos 1980 (dois anos após a instalação do Polo) e os anos 1970, a indústria quase triplicou sua participação na economia baiana, o que criava uma nova perspectiva econômica para o estado a partir de então. É a partir deste momento também que toda a lógica da economia baiana passa a considerar a Região Metropolitana de Salvador (RMS), como eixo mais dinâmico e ponto focal a partir do qual o desenvolvimento econômico aconteceria e se espraia.

As estratégias governamentais, a partir de então, estiveram quase sempre ligadas ao campo do adensamento da matriz produtiva e da complementação de investimentos que consolidassem o desenvolvimento industrial do estado, reforçando a interação da indústria aos serviços. Apesar das sucessivas políticas industriais realizadas ao longo dos anos 2000, a participação da indústria no PIB nunca mais atingiria o patamar alcançado na década de 1980.

No decurso da década de 2011 a 2020, diversas análises feitas para a economia baiana e brasileira tentaram associar a existência de um processo de desindustrialização, que estaria por trás da diminuição progressiva de participação do setor na economia, com reverberações explícitas para a perda de dinamismo de toda a sua região metropolitana. Em 2022, o setor industrial contribuía com aproximadamente 24% do PIB do Estado (SEI, 2023).

A perda da dinâmica industrial, de um lado, e de outro, o aumento gradativo de setores tradicionais como o comércio, aluguel de imóveis, administração pública e serviços tradicionais (de baixa intensidade tecnológica) prestados às famílias tiveram outra consequência para a economia baiana: a perda de participação do PIB do estado no PIB da Região Nordeste.

Figura 02 – Participação da atividade econômica – Nordeste e Bahia



Fonte: IBGE (2022); SEI (2023)

A análise das contas regionais do Brasil evidencia que em uma série de 35 anos, a participação da Região Nordeste no PIB do Brasil praticamente permaneceu inalterada, demonstrando que a região não apresentou nem taxa de crescimento abaixo da registrada para o país no período, nem problemas estruturais nos setores de atividades, que pudessem sugerir uma perda de participação. De outra parte, esse é o retrato de uma região que, apesar de toda a transformação interna bem como dos investimentos realizados na sua atividade produtiva, não conseguiu aumentar a sua importância estratégica na matriz produtiva do país.

Por outro lado, a situação da Bahia é ainda mais preocupante. A análise da série de dados, no decurso desses 35 anos revela que a economia baiana apresentou perda na participação tanto na economia nordestina (de 39,7% do PIB em 1985 para 28,3% em 2020) como na economia nacional (5,4% em 1985 para 4,0% em 2020). Esses dados não deixam dúvida de que o ritmo de crescimento da economia baiana nesse período foi menor do que a economia nordestina, onde a perda foi mais acentuada e também em relação à economia do país.

Apesar de inexistirem informações sobre contas municipais anteriores ao ano de 1995, o quadro que acometeu a Bahia no período desta análise também reverberou sobre Salvador. A análise das informações retrospectivas mostra que se em 1995 a economia de Salvador representava 28,4% do PIB baiano, em 2020, como resposta da sua evolução econômica dentro da lógica estadual, essa representatividade passou a 19,3% do PIB da Bahia.

Esse trabalho tem como objetivo fazer uma análise sobre a economia de Salvador em evidências retrospectivas e perspectivas. O argumento central é o de que a economia soteropolitana vem perdendo competitividade ao longo dos anos e esse fenômeno se associa diretamente à perda de importância da economia baiana como um todo, dentro da sua lógica central que caracterizaram os 48 anos, entre 1975 e 2023. A economia de serviços de Salvador depende hoje e sempre esteve associada a uma dinâmica que elevou os fluxos reais e monetários para a RMS, como consequência do modelo de desenvolvimento adotado pelo Estado desde os idos dos anos 1970 do século XX.

É inexorável a associação entre a melhoria na geração de emprego e renda com o desenvolvimento do setor de serviços, que potencializou a economia soteropolitana ao longo dos anos. Assim também, é inegável que ao longo da história Salvador não conseguiu desenvolver um modelo autônomo de crescimento econômico, que estivesse menos condicionado à essa lógica metropolitana. Por isso mesmo, vencer essa realidade do passado histórico, vai requerer um esforço de planejamento que propicie alterações na matriz produtiva, à medida em que os adensamentos aconteçam em vetores mais dinâmicos e menos condicionados à lógica estadual. Não obstante as dificuldades advindas da atual conjuntura (2023) e da própria estrutura produtiva da capital baiana, o cenário prospectivo é bastante otimista e desafiador na consolidação de vetores que tragam maior dinamismo à economia de Salvador nos próximos anos.

Para discutir todos esses assuntos relacionados à evolução histórica e perspectiva da economia soteropolitana, esse trabalho foi dividido em 4 seções principais, além desta breve introdução. Na primeira seção, serão feitas breves considerações sobre a evolução do PIB da Bahia, para o período 1975 a 2023. O objetivo principal é evidenciar que os momentos em que a mudança estrutural da economia baiana aconteceu, elevando a participação de setores não tradicionais na matriz produtiva, a evolução do PIB, tanto em magnitude como em ganho de participação na economia nacional, aconteceu de forma mais incisiva, com reverberações importantes para Salvador e toda sua região metropolitana.

O que acontece com Salvador e com sua economia em meados dessa terceira década do século XXI não é apenas uma estagnação provocada pela baixa competitividade de seus principais vetores econômicos, mas, a exacerbação de um período recessivo que culminou com a pandemia da Covid-19 e com a perda de dinamismo da própria economia baiana ao longo do período 2011-2023.

Na segunda seção serão consideradas as questões demográficas e da evolução econômica e social de Salvador ao longo dos anos do século XXI. Como ficaram evidenciados, os

indicadores, em séries mais atualizadas e disponíveis até a data de realização deste trabalho, mostram a perda de dinamismo da economia soteropolitana, com impactos sobre o mercado de trabalho e aumento da pobreza em Salvador.

Os desafios impostos pela situação socioeconômica da capital baiana corroboram a ideia central do trabalho sobre a necessidade de reformulação de políticas públicas (com arranjos institucionais estaduais e municipais, principalmente) que sejam capazes de aumentar o dinamismo em torno de vetores que acelerem o ritmo de crescimento, com consequente geração de postos de trabalho e redução do desemprego. A análise é irrefutável. Não se trata de um problema conjuntural ou apenas uma consequência da pandemia da Covid. Salvador precisa de uma mudança estrutural, com estímulos ao desenvolvimento de atividades modernas ligadas aos serviços empresariais e tecnológicos. E há suficiente razão, conforme apontado pelo trabalho, para afirmar que Salvador pode oportunizar e orquestrar um processo de mudanças na sua economia, que trarão grandes expectativas para a segunda metade dos anos 2011-2030.

Ainda na seção 2 serão realizadas algumas reflexões sobre os indicadores da gestão fiscal de Salvador na atualidade e sobre a proposta de reforma tributária que tramita no congresso nacional e como ela provocará impactos para os municípios brasileiros (sobretudo os nordestinos), a partir de sua implementação.

Na terceira seção serão apresentados os vetores econômicos que poderão acelerar o crescimento econômico de Salvador nos próximos anos. Tomando como ponto de partida, um estudo anterior, realizado por essa mesma equipe de trabalho, que analisou os vetores portadores de um novo futuro para Salvador e seus rebatimentos nos cenários de crescimento econômico do período 2021-2030, será realizada nesta seção uma análise atualizada dos desdobramentos e possibilidades desses segmentos induzirem mudanças estruturais na matriz produtiva de Salvador.

Tomando por base uma metodologia elaborada por esses autores, será realizada uma abordagem sobre aglomerações em torno de atividades que possam potencializar a formação de cadeias e o consequente adensamento de setores produtivos da capital baiana. A economia do mar, apresenta-se como possibilidade clara e concreta para incrementar o ritmo de crescimento da economia soteropolitana já em 2024, à medida em que outros arranjos poderão ser desenvolvidos com a perspectiva de uma alteração mais estrutural, com efeitos multiplicadores sobre toda a economia, como o complexo industrial da saúde e a economia da tecnologia.

Na quarta e última seção será realizada uma análise perspectiva para Salvador, tomando por base os principais investimentos protocolados para a Bahia para o período 2023-2026, tanto pelo governo estadual, como pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal. Como ficará evidenciado, as oportunidades criadas irão requerer um esforço antecedente da prefeitura de Salvador, no estabelecimento de condições que possam potencializar os desdobramentos dos investimentos previstos e em curso para a Bahia. A alteração estrutural, com a criação de um novo modelo de desenvolvimento econômico mais autônomo é uma exigência imperativa para mudar o curso da história e alavancar o crescimento econômico de Salvador nos próximos anos. Essa será a condição *sine qua non* para o estabelecimento de um novo ciclo econômico para Salvador, principalmente a partir da segunda metade da década de 2021-2030.

A recuperação econômica soteropolitana é real e está em curso, como será demonstrado na seção 4. Mas, Salvador precisará mais do que uma reanimação de sua economia. Foram necessários três anos para recuperar a perda de aproximadamente 10% de queda registrada na dinâmica municipal de Salvador em 2020, como consequência da pandemia da Covid. Nessa luta contra o tempo, as oportunidades são (pelo menos) potenciais para acelerar o crescimento do PIB e promover uma “onda modernizante” na estrutura produtiva, que reverbere em mais economia, mais negócios e mais empregos, principalmente a partir do período 2025-2030.

1. ASPECTOS QUE MARCARAM AS ECONOMIAS DA BAHIA E DE SALVADOR ENTRE 1975 E 2023

Esta seção tem por objetivo fazer uma análise dos ciclos econômicos da Bahia (com as respectivas considerações sobre a economia soteropolitana) ao longo dos anos de 1975 e 2023, tendo como insumo básico informações as séries históricas do Projeto de Contas Regionais do Brasil realizado pelo IBGE. A periodização partiu da observação empírica das taxas de crescimento e dos índices do Produto Interno Bruto (PIB) baiano com base no ano de 1975, o que levou à identificação de períodos distintos: uma fase inicial de intenso crescimento; uma segunda, de crise e recessão; a terceira fase, quando a economia baiana volta a apresentar sinais de recuperação, ao longo da década de 1990; a quarta fase em que a economia baiana consolida o crescimento alicerçado no significativo desempenho do setor industrial mediante as políticas de atração de investimentos industriais. E, uma quinta fase de recessão, perda de competitividade estadual, regional e nacional, com taxa média e acumulada de crescimento econômico negativo ao final de dez anos. A proposta dessa última fase é analisar a pior crise da economia

baiana, desde a segunda metade do século XX, num período que pode ser considerado como a *década perdida* da Bahia. As reverberações desse período condicionam o ritmo de recuperação e de reativação da economia baiana e soteropolitana nos primeiros anos da nova década de 2021-2030.

1.1 Período I (1975–1986): Transformações Estruturais e Crescimento Acelerado – A Era do Polo Petroquímico

O período que vai de 1975 até 1986 tem como característica principal a transformação estrutural do PIB da Bahia, que deixa de ter como “carro-chefe” a agropecuária, passando a ser impulsionado pela indústria. A taxa média de crescimento do PIB foi de 6,1%, sobretudo em função da elevada expansão do setor industrial baiano, que apresentou taxa de crescimento de aproximadamente 9%.

Esse processo teve origem em meados dos anos 1950, embora, até o início dos anos 1970, a estrutura produtiva da economia baiana ainda estivesse fundamentada no setor primário-exportador, que se complementava com a economia de subsistência praticada em quase todas as suas regiões. Durante décadas essa dinâmica foi comandada pelo ciclo do cacau, que era o principal produto agrícola estadual e o seu maior gerador de divisas.

Contudo, a renda gerada pela cacauicultura foi em grande monta alocada no próprio setor, aprofundando e mantendo a monocultura do cacau, sendo também canalizada para consumo ou investimentos fora do estado, principalmente em imóveis e viagens ao exterior (GUERRA; TEIXEIRA, 2000). Esse setor, por sua vez, devido às suas características estruturais, era incapaz de irradiar seu dinamismo para a economia baiana como um todo. A partir dos anos 1970, com o avanço da industrialização, a estrutura produtiva começa a mudar e perde sua feição agroexportadora. Spinola (2009, p. 490, grifos nossos) assim caracterizou esse período:

Alguns fatores, a seguir comentados, podem ser apontados como principais para o desenvolvimento desse processo. Em primeiro lugar, as políticas macroeconômicas adotadas no país a partir da década de 1930, que alteraram profundamente a divisão nacional do trabalho no Brasil. O principal projeto era o de **substituições de importações** e é a partir da sua implantação, juntamente com a do processo de desconcentração da economia — promovido pelo Governo Federal e incentivado pelos estados periféricos, dentre eles a Bahia, para reduzir desequilíbrios regionais — que, finalmente, nos anos 1970, a Bahia se insere na matriz industrial brasileira, com a chamada “especialização regional”. Tal especialização levou o Estado a voltar-se para uma industrialização centrada no setor químico, **especialmente na petroquímica, e na metalurgia**.

Ainda no âmbito de medidas macroeconômicas, é importante salientar os incentivos fiscais e financeiros criados pelo Governo Federal para atrair investimentos para outras regiões brasileiras que não o Centro-Sul. Entre esses registram-se o sistema de incentivos fiscais 34/18/FINOR, que beneficiou o processo de reestruturação da dinâmica econômica da região Nordeste, observando-se que tais incentivos foram, em sua grande maioria, alocados no Estado da Bahia. Isso se deu pela proximidade da Bahia em relação ao Centro-Sul, e pelo fato da produção nacional não oferecer alguns insumos básicos demandados pela indústria de transformação do Sudeste. Entre os fatores sistêmicos da competitividade, a Bahia contava ainda com as vantagens de ser, à época, a maior produtora de petróleo do país e de já possuir uma refinaria, a Landulfo Alves, situada no município de São Francisco do Conde.

Em relação ao poder local, foi montada uma explícita política industrial, setorial e regional. Além de participar diretamente de alguns empreendimentos, com estudos, investimentos e infraestrutura, o Governo Estadual concedeu um amplo conjunto de incentivos fiscais e financeiros, o que possibilitou ao capital privado reduzir drasticamente o risco de sua participação no processo produtivo e garantiu vantagens comparativas à Bahia em relação aos demais estados do Nordeste.

Em decorrência das medidas acima descritas, vários projetos foram implantados, destacando-se os localizados no Centro Industrial de Aratu (CIA), nos Distritos Industriais do interior do estado e no Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC). A Tabela 01 evidencia que, a partir de 1975, o setor industrial amplia significativamente a participação na economia baiana.

Tabela 01 - Composição setorial do PIB para períodos selecionados. Bahia, 1960-2020

ANOS	SETORES (%)		
	AGROPECUÁRIA	INDÚSTRIA	SERVIÇOS
1960	40,0	12,0	48,0
1970	21,2	12,4	65,4
1975	30,7	27,5	41,8
1980	16,4	31,6	52,0
1986	18,2	43,2	38,6
1990	15,2	31,9	52,9
1992	9,7	36,3	54,0
2000	8,8	28,9	62,3
2010	7,2	30,3	62,5
2020	10,4	22,2	67,4

Fonte: Elaboração própria com base nas informações de Carvalho Junior, Pessoti e Pereira (2002) e SEI (2023).

Essas alterações estruturais na economia baiana incrementaram fortemente seu produto interno. Em termos de taxas de crescimento real do PIB, a Bahia superou o Nordeste e o Brasil ao longo da década de 1970. No período entre 1975 e 1986, a indústria cresceu acumuladamente 156,4%, a agricultura 30%, o comércio 117% e as comunicações 1.383% (PESSOTI, 2008). Esse crescimento fez com que a economia baiana aumentasse sua participação na economia nacional — de menos de 4% em 1975 passa a 5,4% em 1985 — e contribuiu de forma positiva para a expansão do setor terciário da economia (em média 6,4% ao ano), particularmente na RMS.

É importante destacar que a consolidação da indústria de transformação no processo de desenvolvimento econômico estadual, na primeira metade da década de 1980, ocorreu num período de grande recessão e crise da economia brasileira, da qual poucos estados lograram escapar. A Bahia, exatamente pelo avanço da sua indústria, estava entre estes últimos, ou seja, apresentou, malgrado a crise, crescimento do nível de atividade econômica.

Nos anos 1980, iniciou-se uma política de desvalorização cambial que encareceu os produtos importados, resultando no aumento das vendas de produtos petroquímicos produzidos na Bahia para as indústrias instaladas no “Centro-Sul” do país.

Apesar da economia ter-se concentrado fortemente, principalmente na Região Metropolitana de Salvador (RMS), outras áreas do interior do estado também apresentaram significativo crescimento no final da década de 1970. Entre os destaques tem-se: produção de feijão e cenoura na região de Irecê; expansão do polo cafeeiro na Chapada Diamantina; extração de minérios em determinadas áreas do estado (Caraíba Metais etc.); rápida ocupação do Vale do Iuiú (pecuária e algodão) e desenvolvimento de regiões como o Extremo-Sul, com a extração de madeira.

1.2 Período II - 1986 a 1992: Inflexão e Crise

A partir da segunda metade dos anos 1980, o vigoroso crescimento ocorrido entre 1975 e 1985 sofre um forte processo de inflexão. Entre 1986 e 1992, o ritmo de crescimento do PIB cai de 6,1% ao ano para aproximadamente 1,2%.

Em doze anos, ou seja, de 1975 a 1986, o PIB baiano, sob o efeito do Polo Petroquímico de Camaçari e do adensamento de serviços em Salvador e região, cresceu 92% acumuladamente. Entretanto, no período subsequente, entre 1986 e 1992, o crescimento acumulado foi de apenas 8,9%. Em que pese à diferença quantitativa dos anos entre os dois períodos, essa

comparação tem como único objetivo salientar que entre 1986 e 1992 a economia baiana apresentou uma grande quebra estrutural na sua tendência de crescimento econômico.

Entre 1986 e 1992, o cenário apresentado foi de recessão, com variação negativa do nível de atividade interna durante três anos desse período conforme pode ser observado na Tabela 02.

Tabela 02 – Taxa de Crescimento Anual (%) do PIB da Bahia - 1986 e 1992

Anos	Taxa de Crescimento (em %)
1986	7,9
1987	- 4,6
1988	5,9
1989	0,0
1990	- 0,3
1991	- 1,5
1992	1,8

Fonte: Pessoti (2008).

Os fatores que explicam essa crise podem ser encadeados da seguinte forma:

- a crise da economia nacional nos anos 1980 (a chamada década perdida), capitaneada pela crise fiscal e financeira do Estado brasileiro, levou à falência o modelo anterior, no qual o Estado era o motor da acumulação capitalista e sob o qual se pautou o crescimento da economia baiana entre 1975 e 1986. O endividamento interno e externo do Estado inviabilizou os investimentos projetados e a manutenção da acumulação capitalista, na forma até então vigente;
- a queda no ritmo de crescimento da economia ocasionou altas taxas de inflação, índices crescentes de desemprego e elevação das taxas de juros, o que desencadeou a chamada "ciranda" financeira e teve, portanto, efeitos negativos diretos na demanda agregada da economia brasileira, principalmente no consumo das famílias e nos gastos do Governo;

- ocorreu um redirecionamento da economia brasileira para o mercado externo: incentivaram-se assim as exportações, que geravam divisas, garantiam o fechamento do balanço de pagamentos e mantinham o nível da atividade econômica.

Os efeitos dessa crise para o estado da Bahia foram altamente negativos, podendo-se destacar alguns deles como os mais graves, como se pode verificar a seguir:

- foram paralisados os investimentos previstos para o Polo de Camaçari e, assim, não foram geradas cadeias produtivas, ou seja, a terceira geração da petroquímica. Dessa forma, a economia baiana permaneceu apenas como produtora de bens intermediários e o Complexo Petroquímico não recebeu novos investimentos;
- diminuiu o ritmo de crescimento da produção da indústria química baiana, tendo esse segmento, nos anos de 1988, 1990 e 1991, apresentado taxas negativas, de 3,6%, 6,8% e 7,6%, respectivamente. Pelo elevado peso que a indústria química tem na estrutura do segmento industrial baiano, os reflexos negativos sobre o PIB foram inevitáveis;
- foi gerada, com a paralisação do processo de investimentos, uma economia duplamente concentrada na formação do PIB: na agricultura, o cacau, em crise, continuava ser o principal produto de exportação. Na indústria, ocorreu uma elevada concentração em torno do gênero químico. Em termos macroeconômicos, a geração espacial da renda concentrou-se na RMS e no litoral, principalmente na área de influência dos municípios de Ilhéus e Itabuna;
- A taxa de desemprego cresceu na RMS, consequência da forte migração — em parte derivada do fato de a Bahia possuir uma população rural muito grande (ainda hoje a maior do país em termos absolutos, e vivendo de forma precária na região Semiárida) — para essa região, atraída pelo Polo Petroquímico de Camaçari. Esse processo fez de Salvador a terceira mais populosa cidade do país, com a uma das maiores taxas de desemprego dentre as cidades estudadas pelos institutos de pesquisas brasileiros;
- finalmente, identifica-se um último efeito, que se manifestou em meados dos anos 1980, decorrente da reestruturação produtiva mundial: a crise nos produtos tradicionais de exportação da agricultura baiana. A partir desse período, registraram-se sucessivas quedas nos preços internacionais dessas commodities, resultantes do crescimento da sua oferta mundial, com a entrada, no mercado, de novos países produtores, com menores custos médios e maiores rendimentos por hectare. Dentre os produtos

baianos cujos preços caíram, citam-se: o cacau, que também foi atingido pela grave doença conhecida como "vassoura de bruxa", a mamona, o sisal, o fumo, o café e o algodão. O forte declínio do cacau, principal cultura agrícola do estado na segunda metade dos anos 1980, ocorre sem que outra lavoura a substitua de imediato.

Apesar da crise nos dois principais setores da economia baiana (a agricultura tradicional e a petroquímica emergente), a política de redirecionamento da economia brasileira para o setor externo trouxe novos vetores de crescimento econômico para o estado e deu início a um processo de diversificação agrícola e interiorização da produção. Além disso, a petroquímica, graças à política de desvalorização cambial adotada pelo Governo Federal, conseguiu colocar no mercado externo parte da sua produção, diminuindo, dessa forma, os efeitos da queda das vendas para o mercado interno.

Assim, esse período, apesar de se caracterizar como uma fase recessiva, é também aquele em que se verifica uma diversificação e interiorização de uma dinâmica que vai se intensificar ao longo dos anos 1990, a saber: ocupação dos cerrados com a produção de grãos, tendo na soja seu carro-chefe; desenvolvimento de projetos de irrigação, principalmente na região de Juazeiro, com a produção de frutas para exportação e o cultivo de hortaliças— laranja no Litoral Norte, especiarias no Recôncavo Sul; afirmação do papel e celulose no Extremo-Sul; florescimento do turismo, na faixa litorânea, com destaque para a região de Porto Seguro e o Litoral Norte; surgimento de novos empreendimentos do complexo agroindustrial, dinamizando e modernizando a produção agropecuária, dentre outros setores e processos com menor relevância. É importante salientar que esse processo só começaria a ter impacto sobre o PIB a partir dos anos 1990.

Em conclusão, esse período, diferentemente do anterior, é marcado por uma redução da participação do PIB baiano no nacional (de aproximadamente 5,4% em 1985 para 4,3% em 1992), em consequência de ter-se estagnado o ritmo de crescimento da economia baiana (no cotejo com o período anterior, 1975/1986) e de se terem expandido fortemente outras áreas no Brasil, como o Centro-Oeste, incentivadas pela produção pecuária e agroexportadora, principalmente de grãos.

1.3 Período III: Anos 1990 — Retomada do Crescimento e Diversificação da Base Produtiva

Como dito anteriormente, a transformação na configuração socioeconômica da Bahia tem início a partir de meados da década de 1970, com o fortalecimento do cinturão industrial

da Região Metropolitana de Salvador (RMS), particularmente com a entrada em operação do Polo Petroquímico.

A expansão da economia baiana alicerçada no desempenho industrial — com o incremento nas atividades da indústria de transformação e da construção civil, esta última grande geradora de emprego e renda — aconteceu, principalmente no período do pós II PND e prosseguiu até meados dos anos 1980, momento em que a crise que vinha atingindo a economia brasileira começou a afetar o desempenho baiano: registram-se, entre o final dos anos 1980 e o começo de 1990, taxas de crescimento mais modestas. Apesar disso, a Bahia foi um dos estados de melhor desempenho econômico naquela que é considerada a "década perdida" da economia brasileira.

O período compreendido entre 1992 e 2000 tem algumas características marcantes, como:

- crescimento econômico acompanhando a média nacional;
- consolidação e ampliação da indústria montada no primeiro período, ou seja, petroquímica e metalurgia;
- consolidação de setores que se beneficiaram com a política nacional de incentivo às exportações e que tiveram vantagens comparativas no estado, a exemplo da silvicultura, da produção de papel e celulose, dos frutos e grãos;
- alcance, pela agricultura, de um novo patamar de produção, com base na política nacional de incentivo às exportações iniciada no segundo período;
- esgotamento dos produtos tradicionais, a exemplo do fumo, e esboço de recuperação dos níveis de produção de outros, graças às políticas dos Governos Estadual e Federal;
- surgimento de novos setores industriais, notadamente de bens finais, portadores de mudanças futuras na estrutura do Estado e promotores de sua inserção na divisão nacional do trabalho;
- maior preocupação com o turismo local, que passa a operar em um patamar mais elevado, a partir de investimento do Governo Estadual e de programas nacionais com parceiros internacionais, a exemplo do PRODETUR (Programa de Desenvolvimento do Turismo).

O crescimento médio do PIB baiano correspondeu a 2,5% ao ano ou, em taxa acumulada, foi de 25,0%, no período de 1992 a 2000. Os setores agropecuário e industrial cresceram no mesmo patamar: 2,3% e 2,1%, respectivamente. Outros segmentos, como o comércio e

comunicação, foram de grande destaque nesse período, alcançando um crescimento acumulado de 28,3% e 255,7% respectivamente.

Outra característica desse período vai ser o predomínio do eixo metropolitano, principalmente em Salvador, que se torna a principal economia do estado da Bahia e a mais importante da região Nordeste. O fortalecimento da economia por meio do arranjo indústria-serviços fez com que Salvador passasse a concentrar atividades de logística, infraestrutura, empresas de intermediação de mão de obra, além é claro das atividades comerciais e de intermediação financeira que serviram de base para o fortalecimento da industrialização da região metropolitana.

O crescimento do consumo e a maior previsibilidade econômica trazidas no bojo do desenvolvimento do Plano Real, principalmente na segunda metade dos anos 1990, foram decisivos para impulsionar a consolidação da economia soteropolitana, notadamente pelo fortalecimento de um mercado consumidor regional. A mudança na política econômica nacional, o Plano Real, a abertura do mercado brasileiro foram fatores que fizeram a economia baiana, como um todo, voltar a crescer. Abriu-se um novo período de investimentos produtivos e a perspectiva de outro ciclo sustentado de crescimento, agora mais diversificado pelas inovações industriais e pelo fortalecimento da cadeia de serviços privados.

Antes de tudo, verifica-se um forte crescimento do comércio e do consumo nos primeiros três anos do Plano Real, em função da estabilidade econômica e das facilidades de financiamento. Esse processo beneficiou mais fortemente as classes menos favorecidas, que representam a maioria da população baiana.

Em segundo lugar, ocorreu uma reestruturação dos principais setores do parque industrial baiano, que, como se sabe, é ainda pouco diversificado e concentra-se em setores internacionalmente competitivos: química e petroquímica, mineração e metalurgia, além de papel e celulose. A partir de 1994, além da celulose, a duplicação da Refinaria Landolfo Alves (RLAM) e da Central de Matérias-Primas do Polo Petroquímico de Camaçari fizeram a produção voltar a crescer e, em consequência, cresceu também o PIB estadual. Cabe também ressaltar o bom desempenho da indústria metalúrgica e a consolidação dos investimentos realizados na indústria de papel e celulose no Sul do estado, que resultaram em elevados crescimentos desses segmentos no referido período.

Outro importante fator a ser destacado é que, somente em meados dos anos 1990, o processo de diversificação da produção, ocorrido na agricultura baiana a partir de fins dos anos 1980, como descrito anteriormente, começou a influenciar e determinar a formação do valor agregado agrícola e, conseqüentemente, do PIB baiano. Como mostra a Tabela 03 entre os anos

de 1985 e 2000 ocorre uma profunda transformação na agricultura, com perda significativa da participação do cacau na formação do valor bruto da produção (contribuindo com 36% em 1985, o cacau passou a ter um peso de apenas 6% no valor bruto da produção agrícola da Bahia em 2000).

Tabela 03 - Participação dos principais produtos agrícolas, segundo o VBP Bahia - 1985 e 2000.

POSIÇÃO	2000		1985	
	PRODUTOS	(%)	PRODUTOS	(%)
1º	Mandioca	16,2	Cacau	36,2
2º	Cana de açúcar	15,3	Mandioca	10,7
3º	Soja	10,7	Café	9,2
4º	Feijão	7,6	Feijão	7,1
5º	Café	5,9	Mamão	4,4
6º	Milho	5,9	Algodão herbáceo	4,4
7º	Cacau	5,9	Cana de açúcar	4,1
8º	Mamão	4,2	Soja	3,3
9º	Coco-da-baia	4,0	Milho	3,2
10º	Manga	3,5	Mamona	2,9
11º	Banana	2,7	Banana	2,4
12º	Algodão herbáceo	2,3	Sisal	2,3
13º	Laranja	2,1	Laranja	2,1
14º	Maracujá	2,0	Tomate	1,8
15º	Sisal	1,8	Coco-da-baia	1,3
16º	Tomate	1,5	Arroz	1,1
17º	Cebola	1,1	Fumo	0,4
18º	Uva	1,1	Cebola	0,4
19º	Mamona	0,8	Batata doce	0,4
20º	Dendê	0,7	Caju	0,3
	Subtotal	95,2	Subtotal	98,1
	Outros	4,8	Outros	1,9
	TOTAL	100	TOTAL	100

Fonte: Pessoti (2008).

Na esfera governamental, a Bahia passou por um processo de reforma do Estado desde 1991 e promoveu um ajuste administrativo, fiscal e financeiro. Os primeiros resultados foram o equilíbrio das finanças públicas estaduais — o que levou à recuperação do crédito público nacional e internacional — e o fato do estado passar a ter capacidade de gerar poupança interna e externa, abrindo assim a possibilidade de investimentos e de contar com programas de incentivos fiscais e financeiros.

Em conjunto, esses fatores viabilizaram múltiplos investimentos privados em novas áreas da atividade econômica, a exemplo dos segmentos industriais de bens de consumo populares, automobilístico, cerâmico e madeireiro/moveleiro, turismo, complexos hoteleiros etc. Esse movimento contribuiu para a expansão e diversificação da economia, proporcionando uma maior integração industrial, com a abertura de novos horizontes e a indicação de um novo ciclo de crescimento.

Importante destacar o fortalecimento do turismo também como associação da economia cultural outrora vinculada ao recôncavo baiano e agora ao movimento do axé *music* que consolidou a imagem da Bahia como produtora mundial de diferentes artistas musicais. As transformações trazidas pela ampliação da construção civil, a chegada de importantes grupos relacionados com as atividades de alojamento e alimentação, colocaram o município de Salvador como principal rota de turismo nacional e internacional, principalmente no período de setembro a março, trazendo importantes fontes de receitas e geração de emprego e renda para a capital baiana. A consolidação do *business* musical da Bahia se inicia ao longo dos anos 1990, mas, consolida-se principalmente a partir dos anos 2000 (próximo período desta análise por ciclos econômicos).

Concluindo, é possível afirmar que, do ponto de vista da evolução do PIB, esse período se constituiu no momento histórico em que foram lançadas as bases para um novo ciclo de expansão do produto interno da Bahia, tendo Salvador, Camaçari e as cidades do entorno da refinaria (RLAM), os eixos mais dinâmicos e catalizadores de investimentos produtivos.

1.4 Período IV – 2000-2010: Manutenção do Crescimento e Consolidação Industrial

A partir do ano 2000 começam a ser observadas mudanças na estrutura produtiva do estado da Bahia oriundas de dois fatores principais: Primeiro pela austera política macroeconômica colocada em prática pelo Governo Federal, priorizando a proteção da moeda contra desvalorizações e, buscando uma meta inflacionária extremamente baixa. Utilizando-se do instrumental de controle da taxa de juros, a política econômica do Brasil priorizou o curto prazo,

colocando fim definitivo no projeto nacional desenvolvimentista. Esse fato tem grande relevância para a análise da evolução do PIB, pois como já mencionado, a Bahia como unidade da federação brasileira passou por grandes problemas nos setores demandantes de recursos (atrelados ao crédito de longo prazo, praticamente inexistente no período 2000-2003). Essa conjuntura prejudicou muito o desempenho do setor de serviços baianos e limitou seu crescimento nos primeiros anos da década. Segundo, pela política de atração de indústrias, que viabilizou a instalação no estado de uma montadora de veículos e seus sistemistas, grande geradora de valor agregado, e outras tantas indústrias calçadistas, grandes geradoras de emprego. O empreendimento do Complexo *Amazon* trouxe uma unidade da FORD para a Bahia, acarretando assim efeitos multiplicadores para a economia estadual. Como decorrência desse processo, vários sistemistas, inclusive de outros países, vieram para a Bahia e começaram a consolidar a indústria automobilística no estado.

A reformulação das atividades industriais baianas, como parte de um plano da diversificação produtiva, alcançou maior impulso a partir de 2001, com o lançamento do DESENVOLVE, uma política de atração de investimentos para estimular fluxos de produção e renda no estado. Segundo dados da Secretaria de Indústria e Comércio e Mineração do Estado (BAHIA, 2023), apresentados na Tabela 04, foram realizados na Bahia no período 2000-2010 mais de R\$ 42 bilhões em investimentos industriais, responsáveis por aproximadamente 160 mil empregos diretos. Merece destaque o fato de que 80% desses investimentos foram destinados à implantação de novas plantas industriais no estado, sendo, portanto, 20% outros destinados à reativação de plantas já existentes. Desta forma, vieram para a Bahia entre 2000 e 2010, indústrias de diversas áreas, atraídas pelas isenções fiscais. Delas destacam-se, seja pelo valor do investimento, seja pela elevada geração de emprego e valor agregado: a Ford e seus sistemistas de produção; a VERACEL CELULOSE, na época a maior produtora de celulose do mundo; a MONSANTO, com produção de fertilizantes; e diversas indústrias calçadistas, que são grandes geradoras de empregos. O destaque desse último empreendimento deve ser dado ao fato de ter permitido uma “interiorização” pelo território baiano, ainda que de maneira pouco desconcentrada.

Tabela 04 - Investimentos industriais realizados no Estado da Bahia por atividade econômica, 2000 – 2010

Atividade econômica	Volume (R\$ 1,00)	Empresas	Empregos diretos
Agroindústria	5.041.000	1	30

Alimentos e bebidas	2.251.095.095	136	29.724
Artefatos de couro e calçados	871.283.252	80	41.419
Borracha e plástico	2.061.448.844	108	12.022
Construção	807.000.000	4	1.800
Edição, impressão e gravações	8.500.000	1	56
Eletricidade, gás e água quente	1.551.086.000	7	343
Equip. Médicos, ópticos, de automação e precisão	35.446.491	8	1.685
Ext. de minerais não metálicos	20.000.000	1	20
Ext. de petróleo e serviços correlatos	93.400.000	2	-
Fab. e montagem de veículos automotores	3.515.000.000	1	5.000
Fumo	13.974.260	3	280
Máq. Escritório e equip. Informática	159.386.308	52	3.136
Máq. Aparelhos e materiais elétricos	59.720.000	5	880
Máq. e equipamentos	436.246.586	21	3.546
Mat. Eletrônico e equip. de comunicações	169.685.470	23	4.866
Metalurgia básica	891.064.463	18	1.594
Minerais não metálicos	628.142.599	40	5.627
Móveis e indústrias diversas	338.336.756	34	11.512
Outros	2.480.000	1	52
Outros equip. de transporte	16.940.370	12	587
Papel e celulose	19.185.031.499	28	14.411
Peças e acessórios veículos automotores	463.079.726	19	2.414
Pesca, aquicultura	45.500.000	2	3.100
Petróleo e derivados	25.034.860	6	418
Produtos de madeira	459.175.464	6	399
Produtos de metal - exclusive máq. e equip.	463.710.423	25	1.720
Produtos químicos	7.225.023.663	120	6.759
Reciclagem	38.154.500	8	313
Têxtil	779.294.742	33	6.077
Vestuário e acessórios	91.883.339	13	3.892
Total	42.711.165.710	818	163.682

Fonte: Elaboração própria com base em Bahia (2023).

O PIB da Bahia alcançou, nesse período, uma taxa média de 3,8% de crescimento, acumulando 50% (entre 2000-2010). Ainda em relação à taxa acumulada, os grandes destaques ficaram por conta da agropecuária (113,8%), indústria de transformação (36,9%) e, o setor de serviços (45,1%). Em 2004, a economia baiana apresentou um crescimento de 9,6%, (segunda maior taxa de crescimento dos 35 anos considerados para efeito dessa análise). Como resposta a esse desempenho econômico, a participação da Bahia na economia nacional ficou situada em torno de 4,2% ao longo do período 2000-2008 (sem nenhuma grande oscilação em todo esse período). Entretanto, conforme já observado na Tabela 01, não houve grande modificação na estrutura produtiva do estado, o que indica que apesar de numerosos, esses investimentos não foram capazes de adensar e nem diversificar a matriz industrial da Bahia. Foram importantes para elevar o dinamismo econômico interno, mas não conseguiram promover modificações semelhantes às verificadas na década de 1970 com o advento do Polo Petroquímico de Camaçari.

O incentivo fiscal, no caso baiano, foi uma espécie de contrapartida oferecida pelo governo da Bahia para compensar o seu atraso econômico e social, bem como sua distância dos mercados consumidores e deficiente infraestrutura de transportes, condições essas que são decisivas para a tomada de decisões na alocação do capital industrial. Seu papel no funcionamento do organismo econômico foi o de impulsionar – potencializando – fatores pré-existentes que não se mostraram capazes ou suficientes para que uma determinada iniciativa optasse pela economia baiana – deixada à margem pelo capitalismo mundial –, e que por isso, estava disposta a incrementar seus esforços – e ofertas – para convencê-la a se instalar.

Os programas setoriais criados pelo governo do estado tinham como objetivo atrair investimentos industriais com potencial de gerar uma nova dinâmica na economia baiana, endogenizando o desenvolvimento e buscando criar cadeias produtivas capazes de provocar efeitos multiplicadores para toda a economia. A vantagem comparativa da Bahia em relação aos demais centros econômicos do Brasil foi baseada no menor custo de produção para as empresas que pelo estado mostrassem interesse em direcionar os seus capitais produtivos.

Apesar desses esforços, a diversificação do parque industrial, bem como a sua interiorização, foram bastante tímidas. Excetuada a atração da indústria automobilística, que tem elevada geração de valor agregado, e da produção de celulose, não houve grande alteração na composição da indústria de transformação, com a indústria química continuando a representar aproximadamente 50% de toda a produção industrial baiana em 2009. Mesmo assim, observa-se, a partir da leitura das informações do PIB municipal, que essa estratégia de industrialização contribuiu para diminuir a concentração econômica espacial, com ganho de participação no PIB para os municípios fora da região metropolitana, no período compreendido entre 2000 e 2009.

Pessoti *et ali* (2009, p.58), ao analisarem os dados do Produto Interno Bruto dos Municípios baianos para o período supracitado, afirmam que:

A Bahia, nos últimos anos, tem passado por um processo de desconcentração espacial da sua atividade produtiva. Essa desconcentração pode ser percebida através da análise do Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios baianos, que revelou, em 2007, um ganho de participação para os municípios fora da Região Metropolitana de Salvador. Nos últimos anos, a estrutura produtiva baiana tem se caracterizado pelo redirecionamento de parte da estrutura industrial para vários municípios e diversas regiões do estado; com relação a produção agrícola, esse redirecionamento voltou-se basicamente para os municípios da região Oeste. Nesse sentido, os números divulgados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI, 2009), evidenciam uma desconcentração espacial da atividade econômica da Região Metropolitana de Salvador que, em 1999, era responsável por aproximadamente 46,7% do PIB da Bahia e passou, em 2007, a representar 41,7% do total das riquezas produzidas pelo estado da Bahia. No entanto, é importante salientar que apesar dessa leve desconcentração, a Bahia ainda se caracteriza pela existência de áreas com baixa capacidade de geração de renda e que dependem, em grande parte, da atuação do poder público.

Embora a desconcentração aconteça com o aumento da relevância econômica de alguns municípios na agregação de valor ao PIB da Bahia, não se pode esquecer que a insuficiência de infraestrutura no interior do estado e os custos de escoamento da produção, naturalmente determinam uma concentração de atividades no entorno da Região Metropolitana de Salvador, em função das economias de aglomeração. Essa concentração espacial e setorial da economia baiana também se reflete na dinâmica do comércio exterior da Bahia. Cinco produtos principais foram responsáveis por 71% das exportações baianas em 2010, conforme pode ser constatado pelos dados da Tabela 05. Se a política industrial que vigorou na Bahia entre 2000 e 2010 tinha como objetivo a diversificação e dinamização da economia baiana, pode-se concluir que tais resultados ficaram bastante aquém em relação ao montante de incentivos fiscais que foram concedidos e acabaram aumentando a vocação petroquímica do estado.

Tabela 05 - Exportações Baianas, principais segmentos - Jan./Dez. - 2009/2010

Segmentos	Valores (US\$ 1000 FOB)		Var.	Part.
	2009	2010	%	%
Químicos e petroquímicos	798.615	1.194.037	49,51	20,84
Papel e celulose	821.279	1.134.665	38,16	19,8
Petróleo e derivados	395.066	924.162	133,93	16,13
Soja e derivados	661.615	643.883	- 2,68	11,24

Metalúrgicos	402.124	363.988	- 9,48	6,35
Automotivo	239.678	294.470	22,86	5,14
Minerais	171.416	195.027	13,77	3,4
Cacau e derivados	144.559	188.174	30,17	3,28
Borracha e suas obras	120.123	144.510	20,3	2,52
Algodão e seus subprodutos	107.609	138.132	28,36	2,41
Café e especiarias	75.102	84.653	12,72	1,48
Couros e peles	51.894	73.885	42,38	1,29
Calçados e suas partes	49.329	63.236	28,19	1,1
Máqs., apars. e mat. Elétricos	30.279	49.731	64,24	0,87
Frutas e suas preparações	30.342	45.094	48,62	0,79
Sisal e derivados	45.288	39.206	- 13,43	0,68
Fumo e derivados	10.560	12.366	17,1	0,22
Móveis e semelhantes	8.866	8.691	- 1,97	0,15
Demais segmentos	103.166	132.854	28,78	2,32
Total	4.266.910	5.730.764	34,31	100

Fonte: COMEXSTAT. MDIC (2023).

É importante mencionar que, apesar da Bahia ter uma política de atração de indústrias ativa, criando vantagens econômicas comparativas, é limitada a sua participação no estabelecimento de diretrizes da política macroeconômica, que são determinadas pelo Governo Federal. A evolução do PIB na Bahia dependeu, depende e vai continuar a depender da situação prevalente na conjuntura nacional e internacional, ainda mais para uma economia que não conseguiu desvincular seu perfil econômico da produção de bens intermediários para a indústria nacional. A exacerbação, inclusive, da piora do quadro macroeconômico recessivo no Brasil, vai se revelar como decisiva para a constituição de uma década perdida na Bahia entre 2010 e 2020.

1.5 Período V - Anos 2010 A 2020 – Recessão, Perda de Competividade Regional e Nacional – A Década Perdida da Bahia

O período 2010-2020 começou sobre forte expectativa na continuidade do processo de adensamento da matriz produtiva por meio do programa de governo então denominado de Acelera Bahia e das ações de inclusão socioprodutivas, principalmente no interior do estado. No entanto, como demostram as estatísticas de contas regionais disponibilizadas pela SEI, a década de 2011-2020 apresentou uma retração nas taxas média e acumulada de crescimento do PIB da Bahia, constituindo-se no único momento da história econômica dos séculos XX e XXI em que ambas as taxas se tornaram negativas. A taxa média de crescimento do PIB baiano desta década situou-se -0,3%, provocando uma queda acumulada em 10 anos de -2,6% (SEI, 2023).

As explicações para esses números que vão interromper o ciclo de crescimento econômico do estado, aumentar de forma bastante acentuada o desemprego e diminuir de forma sem precedentes o nível de competitividade da economia baiana estão relacionadas a fenômenos locais, principalmente na primeira metade da década e à conjuntura nacional recessiva que se instala no Brasil a partir de 2015, chegando a culminar com *impeachment* da presidente da república em 2016. Isso para não mencionar a pandemia da Covid-19, que fez a Bahia registrar uma taxa de decrescimento de 4,4% em 2020, com o desemprego atingindo a casa de 21,7% de sua população economicamente ativa (SEI, 2023).

Tabela 06 – Taxas de crescimento do PIB e Desemprego – Bahia – 2012 a 2020

Ano	Taxa de crescimento anual PIB da Bahia (Em %)	Taxa de Crescimento Anual de Salvador % (IDEM/SEI)	Taxa de desemprego ¹ (Em %)
2012	3,0	2,7	10,1
2013	1,3	6,6	13,1
2014	2,3	11,1	14,3
2015	-3,4	-9,8	13,0
2016	-6,2	-6,4	17,6
2017	0,0	4,2	18,6
2018	2,3	-6,6	18,1
2019	0,8	1,6	18,5
2020	-4,4	-9,6	21,7

Fonte: SEI (2023) IBGE (2023b)

Nota: 1 - As informações são da PNADC Trimestral. Para cada ano, o 1º trimestre é o período de referência.

Nos primeiros anos da década, mais detidamente entre 2011 e 2013 a economia baiana passou por duas grandes adversidades na sua estrutura produtiva que merecem destaque e que podem justificar a diminuição na intensidade do seu crescimento econômico: a primeira delas foi o longo período de estiagem que culminou com uma quebra de safra durante três anos

consecutivos e diminuição na produção de grãos em aproximadamente 20% entre 2012 e 2013 (IBGE, 2014). Segundo os dados do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – LSPA, entre os anos de 2012 e 2013, as maiores quedas na safra baiana aconteceram nas produções de sorgo (-70,9%), algodão herbáceo (-41,5%) e soja (-21,3%), que figuram entre os principais produtos agrícolas da pauta de exportações do estado.

A segunda dessas adversidades pode ser associada à diminuição do valor adicionado da indústria de transformação do estado, que em 2012 passou a representar apenas 6,6% do PIB baiano (menor participação desde 1978) e que acumulou sucessivas taxas negativas de crescimento nesse mesmo período. De 2011 a 2020, foram 08 anos de taxas negativas de crescimento da indústria baiana de transformação, que apresentou o ponto mais recessivo no ano de 2015, quando a queda na sua produção física atingiu 6,7% (SEI, 2023).

Apenas como referência da perda de participação da indústria de transformação no PIB da Bahia, em 2005 o setor representava aproximadamente 13,7%, perdendo, pois, aproximadamente 7 pontos percentuais de participação na estrutura produtiva do estado da Bahia daquele período até o ano de 2012. Apesar dos vultosos investimentos industriais realizados na Bahia ao longo dos anos 2000, a indústria do estado não conseguiu perder a sua feição ligada aos ramos químicos e petroquímicos, de modo que mesmo na segunda década do século XXI, não era possível desassociar a indústria baiana do Polo Petroquímico de Camaçari. E foi justamente essa forte correlação que ajudou a explicar a perda de participação do setor industrial no PIB baiano, observado nesse período.

Ocorre que dentro de uma estratégia de se evitar uma alta nos preços dos combustíveis, o que poderia levar a economia brasileira a um processo inflacionário (inércia inflacionária), o governo brasileiro optou por não repassar os preços da elevação do barril de petróleo para o refino. Com isso, houve elevação do consumo intermediário causado pela elevada cotação em dólar do barril de petróleo, mas essa elevação não foi repassada para os preços dos produtos refinados (gasolina, óleo combustível, entre outros). Somado a isso, a Bahia teve que recorrer também ao mercado internacional para comprar nafta necessária para o processamento das resinas petroquímicas que são produzidas pela indústria de transformação do estado. O resultado foi uma grande elevação no consumo intermediário, mas sem correspondente aumento no valor bruto de produção, uma vez que os preços dos produtos transformados não foram majorados na mesma proporção das elevações dos custos de produção. Como consequência, houve uma grande redução do valor adicionado pelo setor à indústria baiana de transformação, que inclusive ficou negativo em aproximadamente R\$ 1 bilhão em 2012 (SEI, 2023). Assim, sem contar com o setor de refino de petróleo, toda cadeia de produção química e petroquímica foi bastante

afetada por essa conjuntura, culminando com a diminuição de valor adicionado e de participação da indústria de transformação no PIB baiano, principalmente nos anos de 2012, 2013 e 2014.

A perda de representatividade desses dois setores (agropecuária e indústria de transformação), fez com que crescesse em importância a participação do setor de serviços, mas, nesse caso, não motivado por uma diferenciação tecnológica ou por um aumento de investimentos nos serviços de alto valor agregado. O ganho de participação esteve associado à perda relativa de importância dos setores primário e secundário da economia baiana.

Em relação ao setor de serviços, pode-se dizer que os setores que ganharam maior participação foram justamente a administração pública que em 2010 representava 29,3% e passou a 32,1% do valor adicionado pelos serviços em 2020 e o setor de atividades imobiliárias, que no mesmo período em tela passou de 13,4% em 2010 para 14,5% da estrutura dos serviços baianos (vide a Tabela 07). Não houve nenhuma diversificação do ponto de vista de novos serviços intensivos em conhecimento e tecnologia, que pudessem criar novas perspectivas para a economia baiana. Pelo contrário, o que se observou como característica desse período foi o crescimento de atividades já bastante tradicionais, pouco dinâmicas e incapazes de reverter a tendência de estagnação econômica e declínio nas taxas de crescimento do PIB baiano.

Tabela 07 – Estrutura (em %) do setor de serviços - Bahia, 2010, 2011, 2015 e 2020

Atividades	Ano			
	2010	2011	2015	2020
Comércio	20,2	19,8	17,9	17,1
Transportes, armazenagem e correio	6,7	7,1	7,2	5,7
Serviços de informação	3,1	2,8	2,3	2,3
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	4,6	4,3	5,0	5,3
Atividades imobiliárias e aluguel	13,4	13,2	14,7	14,5
Administração, saúde e educação públicas	29,3	29,3	29,5	32,1
Outros Serviços	22,7	23,5	23,4	23,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SEI (2023)

Apesar do quadro recessivo apontado pelos números do PIB e do mercado de trabalho da Bahia, ao longo da década de 2011 a 2020, a estratégia da industrialização incentivada claramente não se modificou. Conforme mostra a Tabela 08, as expectativas no início da década eram assentadas em investimentos em novas plantas industriais principalmente nas áreas da indústria naval e náutica, infraestrutura de transportes com as implantações de portos, ferrovias e aeroportos, na mineração e nas energias limpas.

Tabela 08 – Protocolos de Investimentos em ampliação e em novas plantas industriais na Bahia – 2007 a 2020

Período	Investimentos (R\$ bilhões)	Mão de Obra
Ampliadas de 2007 até 2013	R\$ 5,08	19.421
Implantadas de 2007 até 2013	R\$ 7,36	45.337
Total (2007 – 2013)	R\$ 12,45	64.758
Ampliação de 2014 a 2015	R\$ 2,00	6.122
Implantação de 2014 a 2015	R\$ 30,94	61.715
Ampliação de 2015 a 2016	R\$ 1,78	1.838
Implantação de 2015 a 2016	R\$ 14,13	6.537
Ampliação de 2016 a 2020	R\$ 0,01	175
Implantação de 2016 a 2020	R\$ 1,86	8.480
Total (2014 – 2020)	R\$ 50,71	84.867

Fonte: PESSOTI *et al.* (2020)

Apesar dos promissores números esperados até 2020, entre 2007 e 2013, a economia baiana registrou um montante de apenas R\$ 7 bilhões em novos investimentos industriais dos R\$ 12,5 bilhões registrados em protocolo de intenções (isto é, sem levar em consideração os investimentos realizados para ampliação das unidades já instaladas). Os números de efetivações do período 2014-2020 foram ligeiramente melhores, com aproximadamente R\$ 10,4 bilhões, principalmente relacionados com as indústrias eólicas e solar e os investimentos da BAMIN na área de mineração, mas, representaram apenas 20% dos protocolos assinados (PESSOTI *et al.*, 2020).

Ao que parece, esses investimentos não conseguiram promover qualquer mudança no perfil industrial da Bahia, que, permaneceu concentrado espacialmente e setorialmente. A prova cabal dessa informação já foi analisada nesta seção: ao invés de aumentar sua participação no

PIB como resposta dos investimentos já efetivados, o problema vivenciado pelo setor químico e petroquímico entre 2011 e 2015, provocou reduções sucessivas na agregação de valor da indústria de transformação ao PIB nos primeiros anos dessa nova década, fenômeno esse que vai se intensificar também na segunda metade da década, com perdas consecutivas de participação da indústria baiana no PIB.

As condições macroeconômicas se deterioraram no Brasil após o ano de 2015. O ritmo de queda dos investimentos produtivos foi bastante acentuado, tornando-se negativos por três anos consecutivos, 2014, 2015 e 2016. Além de não conseguir reverter a tendência de queda nos investimentos, os gastos públicos aumentavam em proporção ao PIB, sobretudo, em função da continuação das políticas sociais que garantiram a governabilidade da presidente, aumento do passivo em função das elevadas taxas de juros e dos subsídios que foram concedidos em torno dos preços administrados (combustíveis e energia), para evitar uma elevação da inflação em ano eleitoral.

Derivada desta situação o processo de endividamento do setor público em proporção ao PIB se acelerou, saindo de 57% para 66% em 2015, principalmente como resposta do aumento de gastos públicos em um cenário de alta inflação e desvalorização cambial. Não obstante os processos que tentaram controlar os preços administrados, a inflação do ano de 2015 atingiu um patamar acima de 10%, àquela época, a maior desde o ano 2002, quando o IPCA tinha atingido 12,5%. O desemprego, como resposta do quadro recessivo do país aumentou quase 40% em 2015 em relação a 2014, atingindo aproximadamente 10 milhões de pessoas, maior número desde 2004 (IBGE, 2023b). A taxa de desemprego atingiu 9,6% da população economicamente ativa no país, aumentando em 2,7 pontos percentuais o resultado em relação ao ano de 2014.

O *impeachment* da presidente, muito mais como resposta da perda de governabilidade frente ao quadro de *estagflação* do país, agravou ainda mais o quadro recessivo em 2016. Somente em 2017 o Brasil voltou a apresentar um resultado positivo no PIB, de apenas 1,3%, incapaz de alavancar a economia brasileira depois de três anos de crise e recessão econômica.

Esse é um momento igualmente importante de ser analisado do ponto de vista das economias baiana e soteropolitana, pois o quadro recessivo do país agravou o ambiente de negócios e interrompeu completamente o ciclo de crescimento do estado a partir do ano de 2015. O aumento do desemprego, a carestia dos alimentos, da energia elétrica, dos combustíveis e as dificuldades impostas aos gastos públicos são variáveis que ajudam a entender porque a economia baiana passou a enfrentar os mesmos problemas da economia brasileira, mas, em intensidade muito mais forte.

A baixa diversificação de um setor industrial fortemente afetado pela conjuntura nacional e internacional do petróleo, que provocou uma perda considerável na agregação da indústria de transformação ao PIB, como já analisado anteriormente, combinada com um setor de serviços com características anacrônicas e predomínio da administração pública, do comércio e das atividades imobiliárias (somadas essas atividades representavam 63,7% de todo o setor de serviços da Bahia em 2020), configuram-se como as explicações mais contundentes para o quadro recessivo que vai acometer o estado da Bahia (e a economia de Salvador) durante todo o período que vai de 2015 até 2020.

No caso da Bahia o período que vai de 2015 a 2020 pode ser considerado como o de maior recessão econômica da história republicana do estado. Utilizando as informações da SEI e que já foram apresentadas na Tabela 06 do início desta seção, pode-se calcular que a taxa de (de)crescimento acumulada no período citado foi de -10,6% (taxa de (de)crescimento média foi de -1,9% nesse período). É exatamente nesse período que a economia baiana perde a 6ª posição do ranking nacional de PIB para o estado de Santa Catarina e tem seu distanciamento para Brasília (8º lugar neste ranking) diminuído.

Tabela 09 – Participação do PIB Bahia no Brasil e Nordeste – 2015-2020

Ano	Ranking do PIB Bahia no Brasil	Participação do PIB da Bahia no PIB do Brasil	Participação do PIB da Bahia no PIB do NE	Participação de SSA no PIB da Bahia
2015	7º	4,1%	28,9%	23,6%
2016	6º	4,1%	28,8%	23,6%
2017	7º	4,1%	28,2%	23,4%
2018	7º	4,1%	28,1%	22,2%
2019	7º	4,0%	28,0%	21,8%
2020	7º	4,0%	28,3%	19,3%

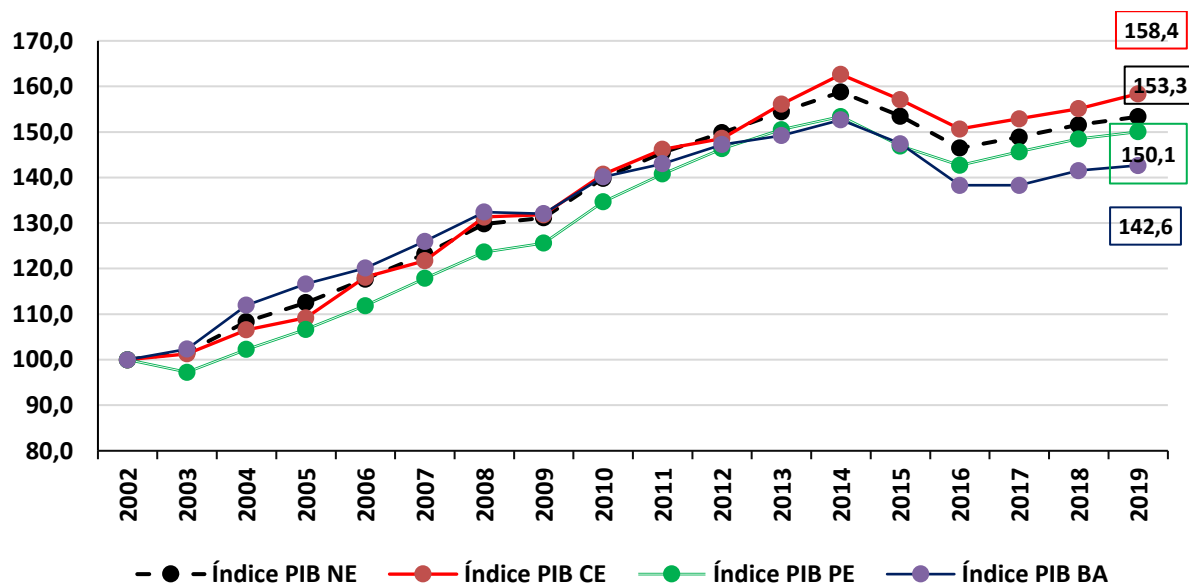
Fonte: SEI (2023) / IBGE (2023).

Em um trabalho publicado no ano de 2021, a equipe de contas regionais da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI, comprovou que os resultados apresentados pela economia baiana, particularmente em 2015, 2016 e 2017 foram decisivos para a diminuição da participação da economia baiana tanto em termos regionais (Nordeste), quanto nacionalmente. Com base no referido documento:

Os índices de volume em queda do PIB nos anos de 2015 e 2016 contribuíram de forma decisiva nas taxas média e acumulada no segundo período analisado, entre 2015 e 2018. Ao observar as taxas dos estados do Nordeste, é perceptível que a Bahia fica atrás apenas de Sergipe quando verificado o seu desempenho econômico nos últimos quatro anos. Para o estado baiano, a variação média foi de -1,9% e acumulou -7,3% no segundo período. A Bahia só volta a registrar uma taxa positiva (2,3%) apenas em 2018. (VIEIRA, SILVA, SANTOS, 2021).

Essa será a tônica da economia baiana a partir da segunda metade da década 2011-2020. O estado não só diminuiu o ritmo de crescimento, como também passou a ter resultados bastante abaixo do restante da economia brasileira, notadamente entre seus pares da região Nordeste. Conforme fica claro pelos dados apresentados no Gráfico 01, a partir de 2011, o ritmo de crescimento econômico da Bahia passou a ser menor que os estados de Pernambuco e Ceará e, que a média de toda a região Nordeste.

Gráfico 01 – Taxa de Crescimento do PIB da Bahia, Ceará, Pernambuco e Região Nordeste no período 2002-2019



Fonte: IBGE (2022)

Em praticamente todas as comparações setoriais, as taxas de crescimento dos setores produtivos do estado da Bahia acumularam menos crescimento que os demais estados do Nordeste, principalmente no período 2015-2018 (à exceção do estado de Sergipe). Na agropecuária, a taxa acumulada da atividade, a despeito dos destaques reconhecidamente feitos para a região Oeste da Bahia, chegou a 4,0% na Bahia, contra 10,3% no Nordeste e 13,2% no Brasil, no período acima mencionado. Na indústria os resultados foram baixos para praticamente todos os estados brasileiros. No acumulado de 2015-2018, a taxa de crescimento da Bahia e do Nordeste estiveram em patamares iguais, com quedas de -14,9%, contra uma queda acumulada de -9,9%

da indústria brasileira. Por fim, no setor de serviços, o desempenho negativo da economia brasileira se deu em um patamar próximo ao da região Nordeste, com queda acumulada de -2,2% no Brasil e -2,6% na região Nordeste. No caso da Bahia, a queda de -5,0% fez com que o estado apresentasse o pior resultado no desempenho do setor de serviços entre os nove estados da região Nordeste para esse período de 4 anos (IBGE, 2023).

Em 2020, a Covid jogou “uma pá de cal”, na tímida recuperação que se desenhava para a Bahia. Tímida, principalmente porque depois de crescer 2,3% em 2018, no ano de 2019 a economia baiana teve um desempenho próximo de zero (apenas 0,8% de expansão do PIB). Com a pandemia e o fechamento da economia baiana no período de março a setembro, a queda do PIB chegou a -4,4% em 2020, fazendo a Bahia encerrar a década de 2011-2020, com uma taxa de (de)crescimento acumulada de -2,6%. (SEI, 2023)

Aparentemente a economia baiana perdeu sua capacidade de reativar-se, diante da constatação mais evidente que a perda no ritmo de crescimento ao longo do período 2010-2020, veio acompanhada pela diminuição de geração de valor agregado pelos vetores econômicos mais dinâmicos. Isto é, apesar do potencial criado em torno do agronegócio e dos investimentos industriais, principalmente nas áreas de mineração e energias limpas, a feição produtiva do estado no final da segunda década do século XXI parecia-se mais com a da Bahia do início do século XX, quando a dificuldade de industrialização ainda era a tônica.

O anacronismo em torno da administração pública e de setores tradicionais de intermediação comercial e de atividades imobiliárias além de reproduzir as características mais tradicionais da economia, não possibilitou a reativação da economia baiana, no momento em que a crise do período 2015-2020 se tornou mais ascendente. A dificuldade de passar para um novo ciclo de crescimento, a partir da nova década iniciada em 2021, vai esbarrar na necessidade de que o estado atraia novos vetores mais dinâmicos e que se sejam intensivos na geração de valor agregado (capazes de promover alteração na estrutura produtiva do estado).

1.6 A Nova Década e os Velhos Problemas

A nova década iniciada em 2021 trouxe o peso da pandemia da Covid e as consequências sobre os setores produtivos, principalmente a indústria que desde a década anterior enfrentava o problema da desindustrialização. A perda de competitividade da cadeia química e petroquímica, as dificuldades em torno das quedas consecutivas na produção metalúrgica do estado foram somadas à saída da *Ford* (2021) e da maioria de seus sistematistas do Polo de Camaçari.

A recuperação na taxa de crescimento em relação ao ano de 2020 (3,0% no PIB da Bahia em 2021) aconteceu muito mais pelo efeito base de comparação, principalmente no setor de serviços e pelo bom momento da agropecuária, que em 2021 expandiu-se 7,3% (SEI, 2023). A indústria de transformação, como consequência da saída da Ford, apresentou uma retração de -7,4%, o que praticamente anulou o bom desempenho dos setores de indústria extrativa mineral (12,7%) e da construção civil (9,6%), fazendo com que o setor industrial como um todo apresentasse uma taxa de decrescimento de -1,6% em 2021, em comparação ao ano de 2020.

Importante sinalizar aqui que a pandemia não foi o pior dos problemas econômicos da Bahia, em que pese toda deterioração no ambiente econômico e social (principalmente) da pior crise sanitária no mundo, desde a gripe espanhola. Mas, no caso da Bahia, a década perdida de 2011-2020 foi o reflexo da perda de competitividade dos setores produtivos, que se consubstanciou pelo aumento dos setores tradicionais, menos geradores de emprego e renda, como predominantes na matriz produtiva do estado. Em 2021, o nível da atividade produtiva da economia baiana era o mesmo de 2009. Com o crescimento econômico projetado para 2023, próximo a 1,8%, o nível da atividade econômica (o volume da produção de bens e serviços propriamente dito) seria semelhante ao registrado em 2012. Isto é, em termos de atividade econômica, a Bahia continua aproximadamente 10 anos atrasada (SEI, 2023).

O menor ritmo de crescimento entre todos os estados nordestinos (a exceção de Sergipe), fez com que os resultados da década passada (2011-2020) refletissem a diminuição de participação da economia baiana em relação ao Nordeste e ao PIB do Brasil. Em 2021, novamente a economia baiana perdeu sua representatividade na economia brasileira, passando de 4,0% em 2020 para 3,9% do PIB nacional em 2021. Pior do que isso, Santa Catarina, 6ª maior economia do país, passou no mesmo período de 4,6% para 4,8%, reforçando a perda de competitividade da economia baiana e a já incrível expectativa da economia baiana recuperar a sexta posição no ranking do PIB nacional perdida desde 2015 (IBGE, 2023).

Qualquer expectativa de que o resultado alcançado em 2021 reverteresse esse quadro de estagnação da economia baiana, não passava de um clássico bairrismo, principalmente porque os investimentos protocolados e em maior ritmo de efetivação não eram capazes de promover uma mudança na matriz produtiva da Bahia e de tornarem-se indutores de crescimento, emprego e renda para o estado.

As promessas em torno de uma nova economia, mais desconcentrada de seu eixo metropolitano e assentada sobre um grande investimento logístico em torno do Porto Sul em Ilhéus, na Ferrovia de Integração Oeste – Leste, da indústria naval e náutica no recôncavo e da mineração e de energia eólica em toda parte semiárida do estado não lograram êxito. Exceção,

claro, da indústria de geração de energias renováveis (solar e eólica) que já há algum tempo têm garantido algum destaque para a Bahia em todas as comparações com as demais unidades da federação.

Por tudo isso é importante não confundir a perda de participação da economia de Salvador na geração de valor agregado ao estado da Bahia como um fenômeno de mudança estrutural ou de ascensão de uma nova economia baiana, mais pujante no interior do que na capital. O quadro recessivo e de total estagnação da indústria de transformação da região metropolitana, bem como o aumento exponencial do desemprego, que tornou a Bahia o estado brasileiro com maior número absoluto de desempregados e desalentados (entre os anos de 2020, 2021 e 2022), segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostras e Domicílios – PNAD, configuram-se como os fatores principais a justificar o menor ritmo de crescimento da economia soteropolitana nos primeiros anos da nova década. O menor efeito transbordamento da indústria para os serviços, a queda de renda, aumento de preços de forma generalizada (como uma das piores consequências da pandemia e do período que se seguiu) e essa explosão na taxa de desemprego no período 2011-2022 são as raízes para entender a perda de participação de Salvador na economia do estado e, também de toda a região Nordeste, notadamente na comparação com Fortaleza, que se transformou na maior capital do Nordeste no ranking do PIB brasileiro. (IBGE, 2023)

A expressão “agronegócio”, que por si só demandaria um esforço metodológico e conceitual de definição, passou a circular como responsável pela transição do modelo indústria-serviços - que foi o principal motor de crescimento do estado na segunda metade do século XX e durante as primeiras décadas do século XXI -, para a relação agropecuária-indústria. Apesar da falta de evidências mais concretas, que possam de forma categórica confirmar essa relação agropecuária-indústria como hegemônica no estado a partir da década de 2021-2030, é perceptível, pelos dados das contas regionais disponibilizadas pela SEI, que tanto o setor da agropecuária, como a indústria ganharam participação, enquanto o setor de serviços perdeu entre os anos de 2020, 2021 e 2022 (vide a Tabela 10).

Tabela 10 – Estrutura (%) dos grandes setores econômicos – Bahia – 2011 a 2022

ANO	SETOR AGROPECUÁRIO	SETOR INDUSTRIAL	SETOR SERVIÇOS	TOTAL
2011	8,2	23,8	68,1	100,00
2012	8,0	22,1	69,9	100,00
2013	7,3	20,5	72,2	100,00
2014	7,9	21,0	71,1	100,00
2015	8,3	22,1	69,6	100,00

2016	7,2	23,7	69,1	100,00
2017	6,7	22,5	70,8	100,00
2018	7,6	21,5	70,8	100,00
2019	6,8	21,8	71,3	100,00
2020	10,4	22,2	67,4	100,00
2021	11,1	24,9	64,0	100,00
2022	10,2	26,2	63,6	100,00

Fonte: SEI (2023). IBGE (2022)

A aparente mudança de participação da agropecuária e da indústria na estrutura do PIB baiano no período em tela, não configuram uma mudança estrutural que ajudariam a reforçar que o novo ciclo econômico seria mais interiorizado ou mais homogêneo que o anterior. Ainda é cedo demais e os números ainda são incipientes para reforçar a ideia deste novo ciclo, seja porque não houve alavancagem na taxa de crescimento do estado com esse aumento de participação da agropecuária e da indústria (nos primeiros anos da nova década, que a diferenciasssem das décadas anteriores) seja, porque, olhando detidamente o período 2003-2005, a participação da agropecuária e da indústria era semelhante à registrada entre 2020-2022. (SEI, 2023)

Tabela 11 – Estrutura dos grandes setores (%) – Bahia – 2003 a 2005

ANO	SETOR AGROPECUÁRIO	SETOR INDUSTRIAL	SETOR SERVIÇOS	TOTAL
2003	13,2	24,2	62,6	100,00
2004	13,1	25,9	61,0	100,00
2005	10,3	26,7	63,0	100,00

Fonte: SEI (2023)

Em uma fase pretérita, no início do século XXI, quando essa discussão do agronegócio ainda não estava em voga na Bahia e a economia alavancava-se por meio das políticas e programas industriais estaduais, a estrutura produtiva do estado era muito semelhante à registrada no ano de 2022. Por isso toda ressalva em afirmar ser esse período da nova década, um novo ciclo claramente constituído, assim como, não precipitar a mudança estrutural como disruptiva e definidora de novos polos de crescimento afastados da região metropolitana. Apesar da semelhança na estrutura de participação dos setores produtivos entre o período 2003-2005 e o período 2020-2022, as taxas de crescimento média e acumulada são bastante diferentes.

A taxa média de crescimento do PIB baiano no primeiro período foi de 5,3%, acumulando 16,6% entre 2003-2005. Já, no segundo período registrou-se uma taxa média de crescimento econômico de 0,6%, acumulando 1,8% entre 2020-2022. Para tornar o exercício ainda mais claro, seria possível expurgar do cálculo do segundo período o ano de 2020, quando os efeitos da pandemia produziram uma expressiva queda no PIB de praticamente todos os estados brasileiros. Ainda assim, considerando-se apenas os anos de 2021 e 2022, a taxa média de crescimento da economia da Bahia seria de 3,2% (ainda pesando sobre o ano de 2021 um efeito base de comparação e não uma efetiva alavancagem de crescimento da economia baiana, até porque o crescimento do PIB sequer foi capaz de cobrir o resultado negativo do ano 2020, auge da pandemia).

Ao lado de Pernambuco, a economia baiana teve o pior desempenho entre todos os estados da região Nordeste em 2021, na comparação com 2020, quando a queda do PIB foi de 4,4%. O crescimento do PIB baiano em apenas 3,0% e as observações em torno das hoje economias mais pujantes da região Nordeste, entre elas o Ceará, que apresentou uma expansão de 4,8% e o Maranhão com 6,2% de crescimento do PIB em 2021, reforçam o argumento da perda de competitividade da Bahia e a inexistência de um setor hegemônico na atualidade, capaz de conduzir a reativação econômica do estado e garantir as melhorias contínuas para geração emprego, renda de forma mais sustentada.

Os números das taxas de crescimento, que foram utilizados para organizar esta seção em períodos para análise da economia baiana, reforçam o cuidado que se deve ter em afirmar alguma evidência de formação de um novo ciclo para a Bahia entre 2021 e 2030. Relembrando, em 2023, o nível de atividade econômica da Bahia era compatível com a registrada em 2012. Por isso, uma reativação dentro da expectativa de um novo ciclo, implicaria não só em um salto maior no crescimento econômico, mas, em uma alavancagem capaz de trazer a produção econômica da Bahia para os anos atuais.

1.7 A Economia de Salvador e os Ciclos Econômicos da Bahia

A análise da evolução da economia baiana, tomando por base os ciclos de crescimento evidenciou o fato gerador responsável pela determinação da dinâmica econômica ao longo da história. É inegável e por assim inexorável afirmar que o traço mais característico da economia baiana ao longo da primeira metade do século XX era o vazio econômico deixado desde a crise na economia açucareira do século XIX e as tentativas de complementação da atividade econômica, principalmente, através da industrialização.

A indústria, portanto, maior sonho do planejamento estadual desde Rômulo Almeida, era o setor que com características dinâmicas seria capaz de dar um impulso no crescimento econômico do estado, com transformação da sua estrutura produtiva. Os números disponibilizados pela SEI e já relacionados nas seções anteriores deixaram claro, que embora o setor industrial como um todo (indústria de transformação, extrativa mineral, construção civil e serviços industriais de utilidade pública) tenha se tornado hegemônico apenas por um curto período dos anos 1980, ele impulsionou e, mais do que isso, condicionou toda a lógica do crescimento econômico do estado durante todo último quartel do século XX e na primeira década do século XXI.

A concentração espacial e setorial da indústria baiana, vista por muitos autores que interpretaram a evolução da economia baiana, bem como pela ala técnica da Secretaria Estadual do Planejamento, trouxe a lógica de funcionamento da economia baiana para a Região Metropolitana de Salvador. Na prática, o cinturão industrial formado pela Refinaria Landulfo Alves Mataripe e pelo complexo industrial de Camaçari criou um conceito mais ampliado para a região onde o desenvolvimento econômico acontecia de forma mais acentuada, tendo Salvador como o eixo central.

No bojo do estímulo industrial que passou a ser a tônica do processo de planejamento estadual ao longo dos anos 1990 e 2000, o objetivo central era a complexificação da cadeia industrial baiana, com a finalidade de complementar a produção de bens intermediários, adensar da matriz produtiva e garantir a consolidação do desenvolvimento econômico com a produção de bens finais.

Para a economia de Salvador esse foi o momento mais importante, desde as frustradas tentativas de endogenizar o desenvolvimento industrial através do Centro Industrial de Aratu. Com a consolidação da indústria moderna e dinâmica na Região Metropolitana, começaram a se desenvolver uma gama variada de serviços prestados às famílias e às empresas na cidade de Salvador e todo um apoio logístico para escoamento da produção industrial pelos portos da capital baiana. A integração da indústria moderna com serviços dinâmicos tornou Salvador um centro gravitacional de muitas empresas que desejavam fazer aportes de investimentos na Região Nordeste. Como pode ser observado na Tabela 12 a seguir, os “noventa” são o momento em que a economia de Salvador passou a ter a maior participação na estrutura estadual, como resposta ao modelo estadual de desenvolvimento econômico.

Tabela 12 – Participação do PIB de Salvador no PIB da Bahia: 1995-2010

Ano	Participação do PIB de Salvador no PIB da Bahia
1995	28,4%
1996	27,7%
1997	27,9%
1998	28,7%
1999	28,2%
2000	28,0%
2001	27,6%
2002	27,0%
2003	25,0%
2004	25,0%
2005	24,9%
2006	25,4%
2007	25,7%
2008	26,0%
2009	27,0%
2010	26,4%

Fonte: SEI (2023)

Houve uma tentativa de modernização econômica em todo o estado e que reverberou mais na capital baiana à medida que novos vetores passaram a atrair importantes fluxos financeiros para o estado. Esse é o momento, ainda na década de 1990, que novas atividades de serviços, mais endógenas começam a despontar, dentro da lógica da Região Metropolitana de Salvador para o estado. O turismo – que foi muito incentivado e profissionalizado na década de 1990, com as ações conjuntas da Bahiatursa e da Secretaria Estadual de Turismo – e, a indústria criativa, principalmente através do movimento denominado de *Axé Music*, tornam-se os maiores expoentes desse momento bastante especial para a Bahia e, notadamente, para a cidade de Salvador.

Esse é um momento (final dos noventa e início dos 2000) de grande entusiasmo para toda a economia baiana, pois, a modernização econômica passou também pelo aparecimento de novas atividades agroindustriais, com a superação da crise da lavoura cacaueira e o surgimento de um agronegócio, principalmente na região Oeste do estado. As expectativas se davam em torno da ideia de que o adensamento da matriz produtiva da Bahia, traria efeitos de transbordamentos para diferentes cadeias produtivas e, inclusive reforçaria o desenvolvimento industrial no cinturão da Região Metropolitana de Salvador. Segundo MENEZES (2020):

Cabe aqui mencionar que a estabilização da economia propiciada principalmente pelo Plano Real resultou, ao lado dos incentivos fiscais, na instalação de algumas indústrias de bons salários na Bahia, seja em função de alguma expansão registrada pelo mercado local, seja por conta de uma busca de redução de custos em uma concorrência

mais ampla. Assim, já nos anos 1990 vemos setores como alimentos e bebidas se expandirem, além da indústria calçadista, dinamizando algumas cidades do interior do estado, mas sem impacto suficiente para alterar a realidade concentrada da economia. Menezes (2000^a; 2000b) identifica esses investimentos em bens leves de consumo com um vetor de interiorização, embora com dimensão limitada, na maioria das vezes, pela dimensão do mercado. O moderno agronegócio também se expande no Oeste e no Vale do São Francisco, ampliando um movimento que havia começado em meados da década anterior.

Com a chegada da Ford (e seus sistemistas), da Monsanto, o fortalecimento da cadeia da indústria de papel e celulose e de plásticos, além das indústrias calçadistas, de bebidas e alimentos, houve uma grande consolidação do desenvolvimento industrial da Bahia, com perspectivas de ampliação do mercado de trabalho, principalmente na Região Metropolitana de Salvador. Entre 2003 e 2006, a taxa média de crescimento do PIB baiano atingiu o maior nível em toda a série histórica do período 2001-2023. A atividade econômica expandiu-se consideravelmente, com incremento médio anual de 4,7% e acúmulo de 20,1%, como reflexo direto das ações estatais adotadas.

Como evidenciado, apesar de Salvador apresentar uma estrutura produtiva bastante diferenciada em relação ao estado da Bahia como um todo, com o setor de serviços representando aproximadamente 87% do PIB, a elevação da dinâmica econômica da Região Metropolitana, fruto dos investimentos industriais, gerou uma série de externalidades positivas para a economia soteropolitana. Tomando por base o Índice da Dinâmica Econômica Municipal elaborado pela SEI, a taxa acumulada de crescimento econômico de Salvador entre 2003 e 2006 foi exatamente 20%, com a taxa média 4,7%, aproximadamente. (SEI, 2023).

Uma economia de serviços, sem grandes destaques na área tecnológica, e com presença forte das atividades de intermediação comercial, aluguel de imóveis residenciais, serviços de alimentação e alojamento e a toda a parte de serviços prestados às empresas e famílias, precisa de elevações na renda e no emprego, além da manutenção de um ambiente macroeconômico relativamente estável. Enquanto essas condições vigoraram, principalmente ao longo da primeira década do século XXI, Salvador apresentou grande destaque em sua economia, com estabilidade na sua participação em relação à economia do estado e crescimento do PIB ligeiramente acima da média registrada para o estado da Bahia (a taxa média do PIB da Bahia entre 2003 e 2010 foi de 4,3% e a de Salvador foi de 7,1% nesse mesmo período).

A desaceleração da economia brasileira e da economia baiana como um todo, principalmente com a degradação do ambiente macroeconômico que predominou na segunda década do século XXI foi decisiva para a dinâmica que se sucedeu para a economia de Salvador no período compreendido entre 2011 e 2020. Apesar de não registrar uma taxa média de crescimento

negativa, como o estado da Bahia, que decresceu 0,3% ao ano nesse período, a economia de Salvador saiu de uma taxa média de 7,1% da década anterior, para 1,7% no período entre 2011 e 2020, sobretudo pelo excelente desempenho no primeiro ano dessa década. (SEI, 2023).

Apenas como reforço desta constatação de queda no ritmo de crescimento e de dinamismo econômico do município de Salvador, no ano de 2020, quando eclodiu a pandemia da Covid, o estado da Bahia apresentou uma retração de -4,4% no PIB, a economia de Salvador apresentou uma expressiva queda de -9,6%. A queda no dinamismo foi também reforçada com o aumento da participação da administração pública em proporção ao PIB da capital, evidenciando de um lado os esforços empreendidos pelas instâncias públicas estadual e municipal para requalificar a economia de Salvador, mas, de outro, a fuga de capitais privados, com o fechamento de muitas empresas de serviços e deslocamento de outras para diferentes localidades, inclusive do próprio Nordeste brasileiro.

Além do esgotamento do ciclo econômico vivenciado na primeira década do século XXI, Salvador enfrentou dificuldades com problemas de natureza estruturais e sociais e que têm reflexo direto na capacidade de dinamizar a estrutura produtiva do município. São eles: a) baixa integração entre as cadeias produtivas da RMS (o que poderia potencializar o novo complexo da saúde após sua consolidação na capital baiana); b) ausência de centros de distribuição que poderiam aproveitar as vantagens comparativas da nova infraestrutura que está sendo construída e ainda ampliar conceito de economia compartilhada a partir de Salvador; c) baixa complexidade da estrutura produtiva, com predomínio de serviços pouco intensivos em conhecimento e, por isso mesmo, de baixo valor agregado; d) elevada participação da administração pública na economia (o segmento com maior participação na estrutura do setor de serviços e no PIB total); e) alto nível de desemprego e informalidade e mercado de trabalho com baixo dinamismo, acompanhados de altos índices de desigualdade social; f) reduzido nível de escolaridade, que pode comprometer a competitividade da economia soteropolitana do futuro, sobretudo nos segmentos ligados à alta tecnologia.

A estrutura produtiva de Salvador em 2020 ainda estava pautada, sobretudo, em atividades tradicionais e de baixo nível de complexidade. Setores convencionais, característicos do Século XIX, entre eles as atividades imobiliárias, a administração pública e o comércio, dão a tônica do crescimento econômico e são responsáveis pela maior parte do estoque de empregos formais do município. A administração pública, que em 2011 que representava 10,8% do PIB de Salvador, passou a ser responsável por 15,2% em 2020 e a aproximadamente 20% de todo o setor de serviços da capital baiana. Se as atividades de serviços são a mola propulsora da

economia soteropolitana, aproximadamente 1/5 do setor de serviços de Salvador apresentou crescimento residual, com média anual de 1%, entre 2011 e 2020. (SEI, 2023).

Isto é, a deterioração da base produtiva de Salvador, acompanhou a perda de dinamismo da economia baiana. O crônico processo de desindustrialização experimentado pela Bahia, principalmente na segunda década do século XXI (em total contraposição à década de 2001-2010), diminuiu não só o ritmo de crescimento do estado, mas, pelo próprio efeito transbordamento, trouxe sérias consequências para todo o setor de serviços, notadamente para a capital baiana. Salvador jamais foi ou será uma economia de base industrial. Mas, obviamente concentrando 87% dos serviços na sua estrutura produtiva, arrefeceu seu ritmo de crescimento e empobreceu sua feição produtiva, à medida em que a desindustrialização da Região Metropolitana somada à crise macroeconômica da economia brasileira diminuíram os fluxos reais e monetários para o estado.

Essa concentração da atividade produtiva em serviços anacrônicos se reflete diretamente em baixas taxas de crescimento para a economia soteropolitana e dificuldades em dinamizar o mercado de trabalho (e equiparam, de certa forma, o problema de Salvador, ao da Bahia que também apresentou semelhante composição econômica no mesmo período de comparação). Nesse caso em particular, o crescimento econômico aquém de suas possibilidades tem fortes reverberações na renda que é gerada pela atividade produtiva e circulada para a realização de negócios na economia de Salvador. Equacionar o problema da economia, da baixa circulação, da renda insuficiente, da informalidade, do desemprego passa necessariamente por romper a lógica vigente atualmente, o que só seria possível com um planejamento assertivo e com ações que não só adensem a matriz produtiva, mas reorientem os vetores a partir dos quais se efetivará o crescimento econômico dos próximos anos.

O mercado de trabalho em Salvador apresenta elevadas taxas de desemprego quando comparado à de outras capitais brasileiras. Conforme indicam os dados da SEI (2019), de dezembro de 2001 a maio de 2019, as taxas de desemprego em Salvador sempre estavam acima de 10,0 pontos percentuais. A menor foi identificada em dezembro de 2010: 12,6%; período em que a economia baiana apresentou uma taxa de crescimento do PIB de 6,1%. A mais elevada foi identificada em junho de 2003: 29,1% de desocupados; período com uma taxa de crescimento de 2,3% do PIB estadual e logo após a instalação da montadora Ford no estado. A partir de 2007 observa-se uma melhora nesse indicador, com todas as taxas mensais abaixo de 20,0 pontos percentuais. Contudo, a partir de março de 2015 o desemprego em Salvador volta a alcançar o patamar de 20,0%, mantendo-se acima deste nível desde então. Em maio de 2019, último dado disponível da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), a taxa de desemprego

na capital baiana estava em 24,9% (SEI, 2023a). Isto significa dizer que, aproximadamente, 1 entre 4 soteropolitanos estavam desempregados antes mesmo da pandemia da Covid-19.

Analizado pelo prisma da Pesquisa Nacional por Amostragem e Domicílios (PNAD Contínua), uma vez que a série da PED foi descontinuada pela SEI/DIEESE em 2020, a taxa de desemprego de Salvador sempre permaneceu entre as três mais altas entre todas as capitais brasileiras, ao longo de toda a série iniciada em 2012. No último trimestre de 2022, a taxa de desemprego em Salvador era de 14,3% e passou a 16,7% no primeiro trimestre de 2023 (mais alta que a taxa de desemprego do estado da Bahia, que foi de 15,4% nesse período). No segundo trimestre do ano de 2023, a taxa de desemprego de Salvador apresentou um leve recuo e fechou com 16%, o que equivalia a um número de 257 mil desocupados (IBGE, 2023b).

Um dos reflexos dos níveis históricos de desocupados e das dificuldades impostas ao mercado de trabalho de Salvador são as altas taxas de informalidade. As atividades informais estão associadas a trabalhos precários, em que não há uma segurança para o trabalhador e reduzidos níveis de rendimento médio. De acordo com uma série histórica da Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílios Contínua – PNADC (IBGE, 2023b), a taxa de informalidade em Salvador, em 2016, era 32,2% do total da população ocupada. Esse percentual equivalia a, aproximadamente, 380 mil soteropolitanos desenvolvendo algum tipo de atividade laboral informal, seja como empregado no setor privado (sem carteira assinada), trabalhador por conta-própria (sem formalização ou sem contribuição para a previdência oficial), trabalhador doméstico (sem carteira assinada) ou trabalhador familiar auxiliar. Já em 2019 essa proporção saltou para 40,2% do total de ocupados. Tal proporção era equivalente a 568 mil soteropolitanos em postos de trabalhos informais. Vale destacar que, esses números são alusivos a um período anterior à pandemia da Covid-19. Apesar do agravamento das condições do mercado de trabalho pós pandemia, em 2022 (4º Trimestre), os informais atingiram 35,0% dos ocupados em Salvador.

O nível de formação da população soteropolitana configura-se como outro entrave para a economia de Salvador. De acordo com dados da PNADC (IBGE, 2023b), no ano de 2022, em Salvador a proporção de pessoas com Ensino Fundamental incompleto (23,7%) era superior a proporção de pessoas com Ensino Superior completo (20,2%). A maior proporção era do grupo de pessoas com Ensino Médio completo: 32,4%. Não obstante se observe uma melhora a partir de 2012, quando: 33,4% tinham Ensino Fundamental incompleto; 30,0% Ensino Médio completo; e 13,0% Ensino Superior completo; a transformação desse cenário requer investimentos de médio e longo prazo e que não estão exclusivamente sob responsabilidade da gestão municipal.

Alto nível de desocupados, associado com elevadas taxas de trabalho informal e nível médio de educação constituem-se entraves para a implementação de setores econômicos mais dinâmicos, sobretudo aqueles relacionados a serviços com intensidade tecnológica, em que é requerida uma capacitação profissional. Para além das medidas propostas e implementadas nos planos de governo municipal ao longo dos anos, o poder público deve se atentar para a qualificação profissional da mão-de-obra soteropolitana, a fim de atrair maior diversidade de atividades econômicas, sobretudo, no setor terciário (comércio e serviços), que é o responsável por grande parcela da economia soteropolitana. Ademais, a conjunção desses fatores tem reflexo direto no nível de desigualdade socioeconômica e no mercado consumidor em Salvador, através da reduzida massa de rendimentos gerada por um contingente de empregados com nível médio de formação e um elevado número de desocupados ou alocados em atividades precárias. A atração de vetores chaves para dinamizar a atividade econômica deve considerar esses entraves da economia soteropolitana.

Assim sendo, essa primeira seção buscou analisar um traço histórico do último quartel do século XX e das primeiras décadas do século XXI, apresentando a evolução da economia baiana, dividida em ciclos de crescimento do PIB e seus rebatimentos para a economia de Salvador. Como demonstrado, o argumento principal do trabalho está diretamente vinculado à essa evolução. Salvador e a sua Região Metropolitana, sempre apresentaram um destaque na economia baiana, principalmente quando o mote do planejamento baiano esteve voltado para as ações em torno da relação indústria-serviços. Mesmo não sendo uma economia industrializada, a dinâmica que favoreceu o crescimento da participação de Salvador na economia baiana e na metropolitana esteve condicionada ao desempenho da indústria de transformação e da construção civil como indutoras de atividades de serviços e geradoras de emprego e renda para a capital baiana.

Os momentos em que Salvador aumentou sua participação na economia baiana (um pouco menos de 30%, em meados da segunda década dos anos 1990), estavam relacionados ao efeito multiplicador dos investimentos industriais que reforçaram a participação do setor secundário na estrutura produtiva, e que, alavancaram toda uma gama de serviços prestados às famílias e às empresas a partir da RMS.

Está claro para os autores deste trabalho, que a partir de seus vetores econômicos atuais (2023), Salvador não tinha (e não tem) como desenvolver um modelo de crescimento econômico autônomo, com características próprias e menos condicionado ao desempenho das economias metropolitana e baiana. Os momentos em que a queda de competitividade da indústria baiana, que culminou com a privatização da Refinaria Landolfo Alves Mataripe, a hibernação

da Fábrica de Fertilizantes do Nordeste (FAFEN) e todas as dificuldades em torno da Braskem, foi mais evidenciada, os impactos negativos sobre a economia soteropolitana foram maiores ainda.

Nessa conjuntura, o fechamento da montadora Ford trouxe um impacto profundo para a toda a economia da Bahia, em especial para Camaçari e Salvador. De acordo com a SEI e a Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia, o impacto econômico com o encerramento das atividades da montadora foi medido em, aproximadamente, R\$ 3,02 bilhões do Valor Adicionado total da economia. Além da perda de 25 mil postos de trabalhos formais e informais e aproximadamente R\$ 850 milhões de rendimento salarial que deixaram de impulsionar os negócios em toda a RMS (PESSOTI *et. al.*, 2021). As reverberações foram percebidas em diferentes elos da cadeia de serviços em Salvador: das vendas em shoppings centers, ao comércio de alimentos, combustíveis, educação, entre outras atividades. E esse esgotamento do ciclo econômico a partir da atual matriz produtiva, iniciado após a crise de 2008 e intensificado desde 2015, consolidou-se no ano de 2020, com os reflexos da Covid-19. A pandemia agravou o quadro de uma economia que já apresentava sinais de estagnação (Salvador apresentou uma retração de -9,6% no indicador de dinâmica municipal em 2020).

Não obstante um planejamento municipal assertivo, com planos de reativação econômica, social e urbana, como o Plano 101 Ações e o Plano Salvador 360, a recuperação de Salvador da queda do PIB em 2020 se efetivou somente ao final de 2023 (ao final de 2023, o patamar produtivo de Salvador estará no mesmo nível de 2019). Mas, mesmo assim, os reflexos do mercado de trabalho não deixam dúvida que o ritmo de crescimento da economia soteropolitana está num patamar muito longe de sugerir uma reativação sustentada, do quadro estagnante que acometeu a Bahia e a capital baiana desde a segunda metade dos anos 2011-2020.

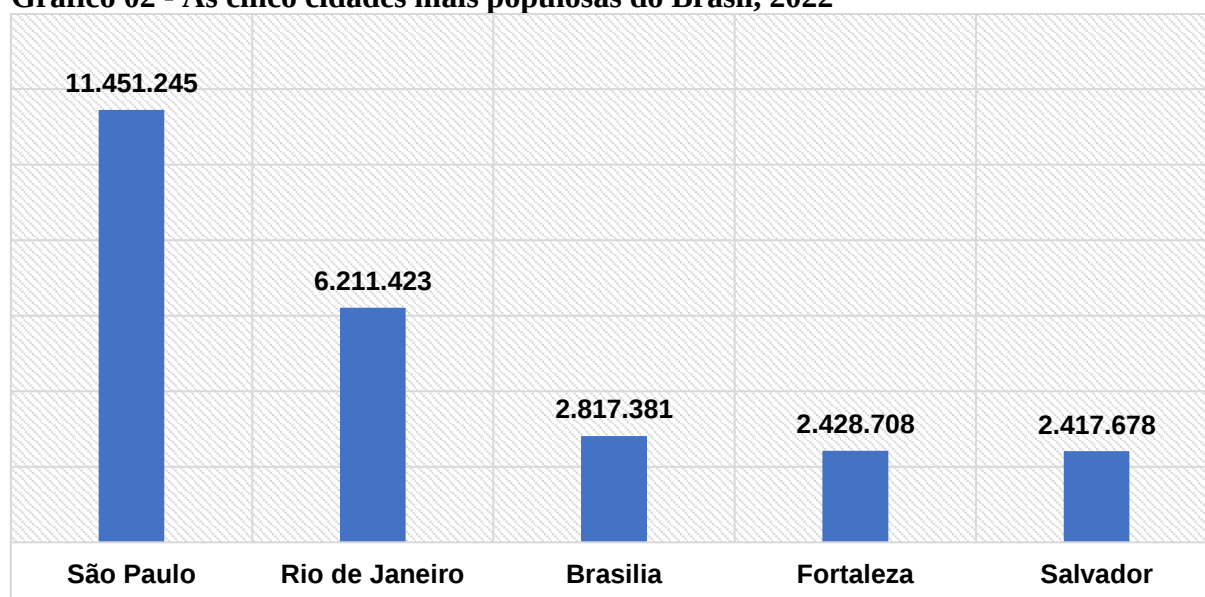
Na próxima seção serão apresentadas as principais estatísticas, pesquisas e indicadores que destacam a evolução da econômica de Salvador ao longo das primeiras décadas do século XXI, bem como sua comparação com outras capitais do Nordeste. Esses números irão complementar as análises realizadas ao longo desta primeira seção e reforçar que não se observou um adensamento/alteração da matriz produtiva nos primeiros anos da década de 2021-2030 que sugira mudança no desempenho econômico ou quebra estrutural deste ciclo de baixo crescimento em Salvador, que vigorou entre 2011 e 2020.

2. ANÁLISE DA TRAJETÓRIA ATUAL DO DESEMPENHO ECONÔMICO DE SALVADOR

2.1 Notas sobre a mudança no perfil demográfico de Salvador

Os dados do Censo Demográfico 2022, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2023a), evidenciaram que Salvador perdeu população frente ao Censo de 2010. Em 2022, a cidade apresentou uma população de 2.417.678 habitantes, uma perda em termos absolutos de 258 mil habitantes em 12 anos, o que representa, em termos relativos, um declínio de 9,6% em relação ao recenseamento de 2010. Com isso Salvador, deixou de ser a terceira maior cidade entre as capitais e passou a ser a quinta, ultrapassada por Brasília e Fortaleza, com 2.817.381 habitantes e 2.428.708, respectivamente no ano de 2022.

Gráfico 02 - As cinco cidades mais populosas do Brasil, 2022



Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2023a)

A queda populacional na cidade de Salvador entre 2010 e 2022, foi a maior entre as capitais brasileiras e a segunda maior entre os municípios acima de 100 mil habitantes, ficando atrás somente de São Gonçalo dos Campos no Rio de Janeiro que perdeu (10,6%) de sua população em 2022.

Duas hipóteses podem explicar essa intensa queda populacional nos últimos anos: a primeira hipótese está relacionada a migração da população soteropolitana para cidades vizinhas, sobretudo da Região Metropolitana de Salvador (RMS), em busca de melhor qualidade de vida, principalmente depois da pandemia da Covid. Esta hipótese é corroborada pelo aumento populacional de municípios como Camaçari (23,6%), Lauro de Freitas (24,4%), juntas as duas

cidades tiveram um aumento de 97.284 habitantes, conforme evidenciado na Tabela 13 (IBGE, 2023a).

Tabela 13 - População da Região Metropolitana de Salvador (RMS), 2010/2022

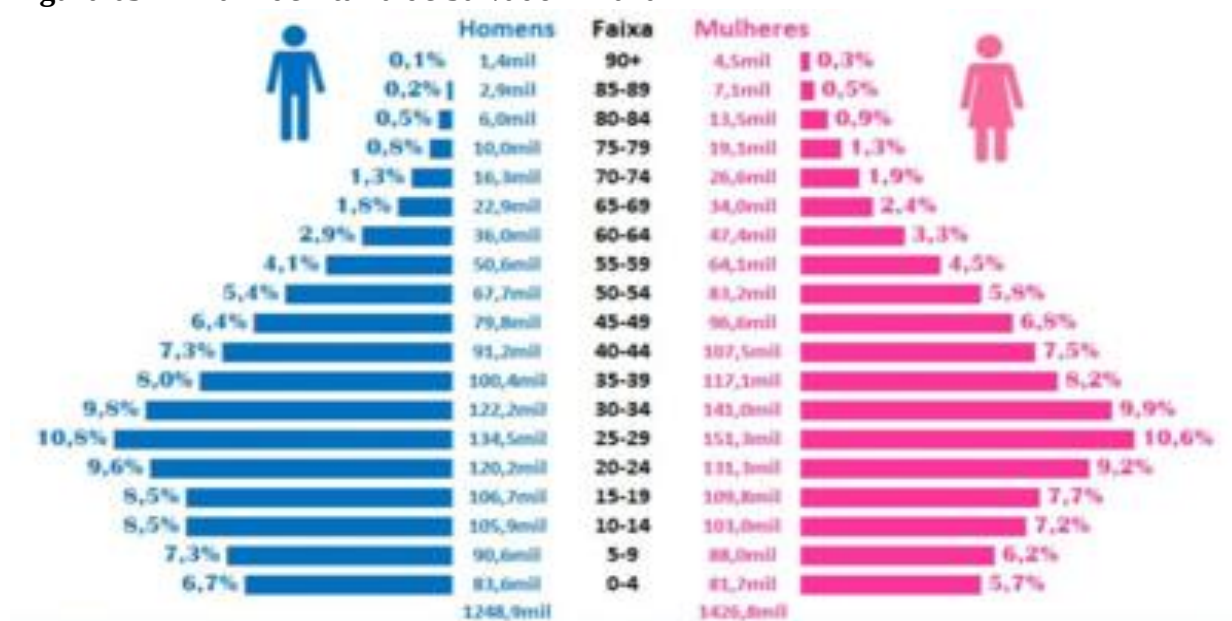
Município	Pop 2010	Pop 2022	Variação Absoluta (2022/2010)	Variação Percentual (2022/2010)
Camaçari	242.970	300.372	57.402	23,6%
Candeias	83.158	72.382	-10.776	-13,0%
Dias d'Ávila	66.440	71.485	5.045	7,6%
Itaparica	20.725	19.789	-936	-4,5%
Lauro de Freitas	163.449	203.331	39.882	24,4%
Madre de Deus	17.376	18.504	1.128	6,5%
Mata de São João	40.183	42.566	2.383	5,9%
Pojuca	33.066	32.136	-930	-2,8%
Salvador	2.675.656	2.417.678	-257.978	-9,6%
São Francisco do Conde	33.183	38.733	5.550	16,7%
São Sebastião do Passé	42.153	40.958	-1.195	-2,8%
Simões Filho	118.047	114.559	-3.488	-3,0%
Vera Cruz	37.567	42.529	4.962	13,2%

Fonte: Censo Demográfico – IBGE (2023b).

A segunda hipótese está associada a queda na taxa de fecundidade. Esse fenômeno vem acontecendo a mais de uma década. Desde o Censo 2010, há registro de taxa de fecundidade inferior à taxa de reposição da população na cidade de Salvador. A taxa de reposição em 2010, segundo o Censo Demográfico era de 1,9 para Salvador. A taxa de reposição populacional é a taxa de fecundidade necessária para equilibrar a quantidade de habitantes. A taxa de reposição em 2010 no Brasil foi de 2,2. Embora os dados do Censo Demográfico ainda não tenham saído na íntegra, há expectativa de queda na taxa de fecundidade em Salvador. (IBGE, 2010)

Outro aspecto importante que o Censo Demográfico 2022 demonstrou para cidade de Salvador é o aumento do número de pessoas com mais de 60 anos. Em 2010, a população de 60 anos ou mais era de 181.173 habitantes, 6,8% da população total. Já em 2022 o número de pessoas dessa faixa etária saltou para 399.075 habitantes, o que representa 16,5% da população total da Bahia. Em 12 anos houve um aumento de 120% (IBGE, 2023a).

Figura 03 – Pirâmide Etária de Salvador - 2010



Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2010). Elaboração: SEI-BA

Figura 04 – Pirâmide Etária de Salvador - 2022



Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2023a). Elaboração: SEI-BA

Esse movimento de reversão na pirâmide etária é uma tendência que ocorrerá nas regiões metropolitanas brasileiras com impacto na vida urbana das cidades. Isso porque as cidades terão que se preparar para lidarem com necessidades para esse grupo etário, fomentando assim políticas públicas de promoção de serviços de saúde, assistência social e maior acessibilidade em vias urbanas.

Mesmo perdendo posições entre as maiores populações do país, Salvador se manteve em terceiro lugar no número de domicílios, com 1.212.328, ficando atrás somente de Rio de

Janeiro com 2.920.302 e São Paulo com 4.996.495 de domicílios. Todavia, segundo a Fundação João Pinheiro (FJP), Salvador e a RMS ainda tem um déficit habitacional alto, algo na ordem de 110.645 unidades em 2019 (FJP, 2022). Em Salvador, a quantidade de moradias desocupadas supera a demanda por novas unidades habitacionais. Dados do Censo 2022, apontam que a capital baiana tem atualmente 198.924 domicílios vagos, mas não há informações sobre o percentual efetivamente disponível no mercado imobiliário.

2.2 Evolução temporal do PIB

Entre 2002 e 2020, o Produto Interno Bruto (PIB) de Salvador passou de R\$ 15,0 bilhões para R\$ 58,9 bilhões, registrando um incremento de 390% em termos nominais. Em valores corrigidos¹, o ganho real foi de 37,0 %. Outro ponto importante e marco histórico na economia soteropolitana foi o período que abrangeu 2002 a 2013, em que o PIB de Salvador atingiu um aumento real de 81,2 %, refletindo assim uma etapa de mais dinamismo para a economia local.

Em contraponto a esse movimento e a partir da crise econômica nacional de 2014, o período compreendido entre 2014 e 2020 apresentou uma perda real do PIB soteropolitano de 24,4%. Essa relevante queda real da economia pode ser explicada, em parte, pela perda de dinamismo da economia da capital, principalmente, pela redução da participação da atividade industrial no PIB, conforme será analisado no tópico da estrutura produtiva. Além disso, como analisado na primeira seção do trabalho, é nesse momento, da segunda década do século XXI, que a economia baiana tem o apogeu do seu declínio, reverberando a perda de dinamismo nos municípios que concentram a maior parte do PIB, como os notadamente situados na RMS. Outro ponto explicativo foi a crise global gerada pela pandemia de Covid-19, iniciada em 2020 e que perdurou até 2022 (IBGE, 2023).

Sobre esse desempenho real é importante fazer uma nota metodológica explicativa. O IBGE, que é o responsável pelo Projeto de Contas Municipais do Brasil, faz o cálculo do PIB municipal, com base em uma espécie de rateio das informações do PIB dos estados (que também é calculado pelo IBGE, através do Projeto de Contas Regionais do Brasil). Nesse rateio, o IBGE pega o valor nominal do PIB e o valor agregado de todas as atividades produtivas (setores) e faz a divisão de acordo com o número de municípios de cada estado, usando uma metodologia que é referendada pela ONU. Com esse procedimento, chega-se ao valor nominal do PIB de cada município do Brasil, bem como de suas atividades/setores produtivos.

¹ Valores deflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA. O mês de referência é dezembro de 2020.

Não há da parte do IBGE um cálculo específico (dentro da atual metodologia) para medir a taxa de crescimento real (volume de produção) das atividades produtivas municipais. E isso se revela em um grande enclave metodológico, pois a série das contas municipais não permite aos pesquisadores e analistas econômicos, saber qual foi o crescimento real do PIB dos municípios brasileiros. Assim, deflacionar os valores nominais tem sido uma prática corriqueira para quem deseja chegar a uma *proxy* da taxa de crescimento real do PIB municipal.

O problema é que seriam necessários deflatores de preços específicos para cada atividade em cada município do Brasil, o que não é realizado por nenhum instituto brasileiro que faz a medição/acompanhamento dos preços e de sua evolução. Portanto, a utilização do IPCA como deflator para medir a evolução real do PIB municipal é arbitrária e por assim dizer imprecisa. Ela só vale como exercício de avaliação. E nessa avaliação, feita para Salvador, chega-se a um resultado que corrobora toda a análise realizada neste trabalho, qual seja: a de demonstrar que o ritmo de crescimento da capital baiana na primeira década do século XXI foi completamente diferente do que se sucede na década de 2011-2020.

No caso especificamente da Bahia, o instituto governamental responsável pela disseminação de informações estatísticas, a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, a SEI realiza o acompanhamento dos dados do PIB municipal, em parceria com o IBGE. A própria equipe de contas regionais e municipais da SEI endossa os exercícios de deflacionamento do PIB municipal utilizando o IPCA, como um esforço válido, apenas como uma referência sobre o desempenho real. Mas, a SEI, visando uma abordagem mais próxima desta taxa real de crescimento do PIB municipal, desde 2003 faz o cálculo do Índice da Dinâmica Municipal – IDEM. O IDEM também não é a taxa real de crescimento do PIB municipal, mas, é muito mais preciso para o acompanhamento da dinâmica dos municípios baianos. As considerações feitas neste trabalho adotaram o IDEM como fonte de dados para medir a evolução do desempenho econômico de Salvador ao longo dos anos (inclusive para as projeções e estimativas para os anos posteriores a 2020, ainda não calculados pela SEI). Como já mencionado anteriormente (na seção 1), o IDEM, que é um indicador bem sensível à evolução da atividade econômica municipal, claramente evidenciou a perda de dinamismo da economia soteropolitana na década de 2011-2020. Dessa forma, o deflacionamento do PIB municipal, realizado nesta segunda seção do trabalho, serviu para corroborar a perda de dinamismo identificada (e não somente associada ao fenômeno da pandemia da Covid). A subseção 2.3 a seguir fará uma análise mais detida sobre o IDEM de Salvador.

Apesar de se manter, entre 2002 e 2020, na 1º posição no ranking dos municípios baianos no que diz respeito a atividade produtiva, a participação do PIB da capital baiana, recuou significativamente, 8 pontos percentuais em relação ao PIB da Bahia. Como já mencionado, isso em parte se explica pelo ganho de participação de outros municípios e regiões situados fora da RMS, a exemplo do Oeste e do Paraguaçu, mas, reforça, de outro, que as atividades de serviços da capital baiana foram muito impactadas pela crise da economia brasileira, pela queda de competitividade da economia baiana (e de sua lógica industrial da RMS), e pelos fenômenos de perda real da renda média e aumento do desemprego que atingiram o município de Salvador, de forma mais intensa na segunda metade da década de 2011-2020.

Tabela 14 - Evolução do PIB a preços correntes e do PIB per capita - 2002 a 2020, Salvador/Bahia

Ano	PIB SSA (R\$ milhões)	PIB Per Capita SSA (R\$1,00)	Participação de SSA no PIB do estado	PIB da Bahia (R\$ milhões)	PIB Per Capita do estado (R\$1,00)
2002	R\$ 15.777,28	R\$ 6.259,57	26,8%	R\$ 58.842,98	R\$ 4.416,58
2003	R\$ 16.800,28	R\$ 6.571,78	25,0%	R\$ 67.174,23	R\$ 4.999,71
2004	R\$ 19.821,52	R\$ 7.531,46	25,4%	R\$ 77.931,72	R\$ 5.695,90
2005	R\$ 21.974,01	R\$ 8.219,01	24,9%	R\$ 88.291,88	R\$ 6.390,86
2006	R\$ 24.205,20	R\$ 8.918,58	25,4%	R\$ 95.347,80	R\$ 6.834,90
2007	R\$ 28.063,73	R\$ 9.701,82	25,7%	R\$ 109.329,53	R\$ 7.764,51
2008	R\$ 31.622,99	R\$ 10.724,26	26,0%	R\$ 121.667,45	R\$ 8.389,37
2009	R\$ 36.689,95	R\$ 12.237,91	26,6%	R\$ 137.942,48	R\$ 9.424,00
2010	R\$ 40.762,69	R\$ 15.229,24	26,4%	R\$ 154.419,55	R\$ 11.013,11
2011	R\$ 44.316,15	R\$ 16.452,35	26,6%	R\$ 166.602,82	R\$ 11.817,87
2012	R\$ 47.940,35	R\$ 17.683,85	26,3%	R\$ 182.572,53	R\$ 12.879,59
2013	R\$ 53.471,66	R\$ 18.542,84	26,1%	R\$ 204.844,27	R\$ 13.616,22
2014	R\$ 56.551,33	R\$ 19.480,80	25,3%	R\$ 223.929,97	R\$ 14.803,95
2015	R\$ 57.918,10	R\$ 19.827,59	23,6%	R\$ 245.043,69	R\$ 16.117,12
2016	R\$ 61.168,16	R\$ 20.819,01	23,6%	R\$ 258.738,97	R\$ 16.936,99
2017	R\$ 62.823,70	R\$ 21.267,43	23,4%	R\$ 268.724,09	R\$ 17.512,79
2018	R\$ 63.534,71	R\$ 22.235,70	22,2%	R\$ 286.239,54	R\$ 19.324,04
2019	R\$ 63.902,29	R\$ 22.247,41	21,8%	R\$ 293.240,50	R\$ 19.716,21
2020	R\$ 58.938,12	R\$ 20.417,14	19,3%	R\$ 305.320,81	R\$ 20.449,29

Fonte: SEI (2023) / IBGE (2022)

Os dados da evolução da economia de Salvador mostram ainda que entre os anos de 2002 e 2020, houve um incremento significativo no PIB per capita. Nesse período, na média, o município apresentou uma taxa superior ao PIB per capita da Bahia, com exceção ao ano de

2020, no qual os valores estão praticamente convergindo. Entre os anos de 2010 e 2013, o PIB per capita médio de Salvador chegou ao auge da série histórica, registrou um valor de 37% maior ao PIB per capita da Bahia. Em 2020, o PIB per capita de Salvador foi o quadragésimo terceiro maior da Bahia registrando R\$ 20.417,14, ficando atrás de cidades como Lauro de Freitas na 22º posição com PIB per capita de R\$ 32.002,00 e Feira de Santana na 31º posição com R\$ 24.456,13.

A mesma magnitude de valor do PIB per capita de Salvador entre 2018 e 2019 e a queda em 2020, reforçam que a perda de dinamismo já impacta a capital baiana até mesmo no valor nominal do seu PIB. Consideradas as informações da perda da população soteropolitana entre 2010 e 2022 demonstradas pelo Censo demográfico (IBGE, 2023a), um menor contingente populacional deveria resultar em aumentos consecutivos do PIB per capita (por queda no denominador da fração). Mas, considerando a convergência percebida em 2020 entre Salvador e a Bahia e a estabilidade no valor do PIB per capita de Salvador em 2019 comparado a 2018, pode-se considerar o valor nominal do PIB de Salvador também está crescendo em um ritmo menor. Todas essas análises reforçam e alertam sobre a perda de dinamismo econômico de Salvador.

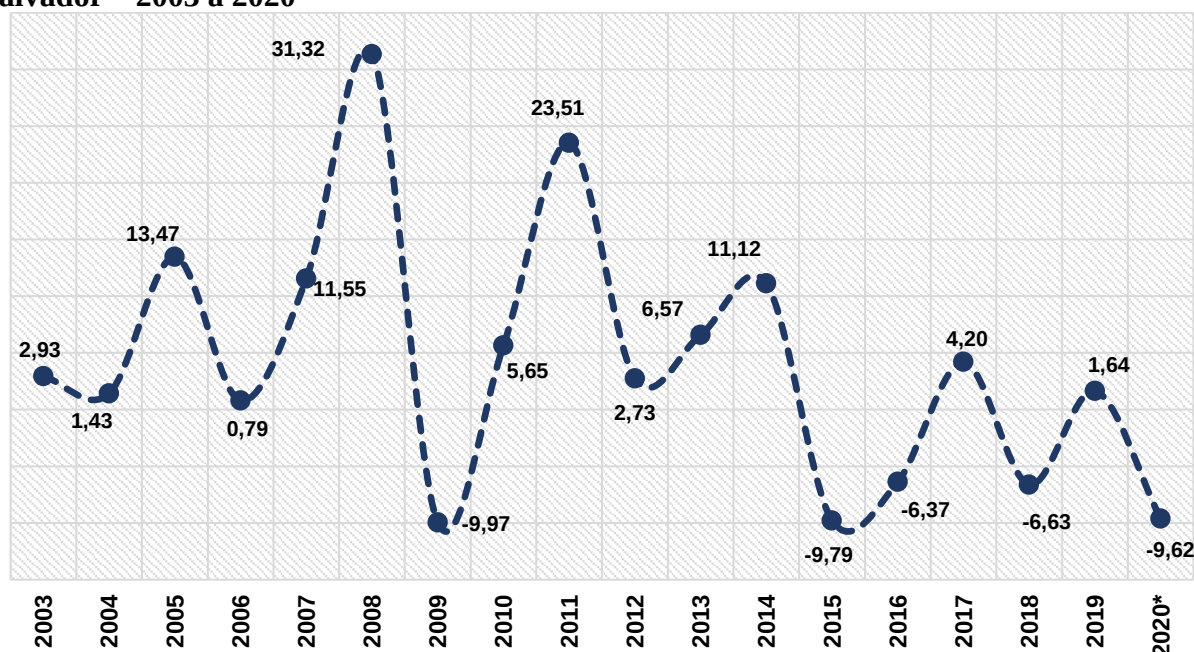
2.3 Índice de Dinâmica Econômica Municipal (IDEM/SEI)

O IDEM, calculado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI – BA), indicador *proxy* da taxa de crescimento das atividades produtivas, possui o objetivo de mensurar a atividade econômica dos municípios baianos com base na estrutura produtiva existente. Neste sentido, o referido indicador é um instrumento de avaliação e acompanhamento acerca das alterações e tendências econômicas geradas nos municípios. A economia soteropolitana, por meio das informações da SEI (2023), registrou, no período de 2010 a 2019, uma taxa de crescimento média anual de 3,3%.

No ano de 2020, Salvador obteve uma taxa anual negativa de -9,6% em comparação com o ano anterior. Essa trajetória foi justificada pela pandemia da Covid-19, a qual influenciou de forma extremamente negativa na dinâmica da economia soteropolitana, principalmente o setor de comércio e serviços que representa 87% do PIB municipal. Mas, mesmo sem pandemia ou qualquer desastre natural, a taxa de (de)crescimento registrada em 2015 na economia soteropolitana foi ainda maior, com queda de -9,79%, dando claros sinais que a perda de dinamismo das economias nacional e baiana foi potencialmente mais sentida em Salvador, dada a grande participação dos setores de comércio e serviços no PIB.

No Gráfico 03 é possível acompanhar a série histórica da taxa anual do IDEM. Por meio destas taxas anuais é possível perceber um efeito chamado de “montanha russa”, que expressa os espasmos de crescimento seguidos por interrupções e quedas no dinamismo econômico, típicos de economias que não conseguem manter as taxas de crescimento de forma sustentável e consistente, a partir das características internas de sua matriz produtiva.

Gráfico 03 – Taxa Anual (Em %) do Índice de Dinâmica Econômica Municipal (IDEM) – Salvador – 2003 a 2020



Fonte: SEI (2022)

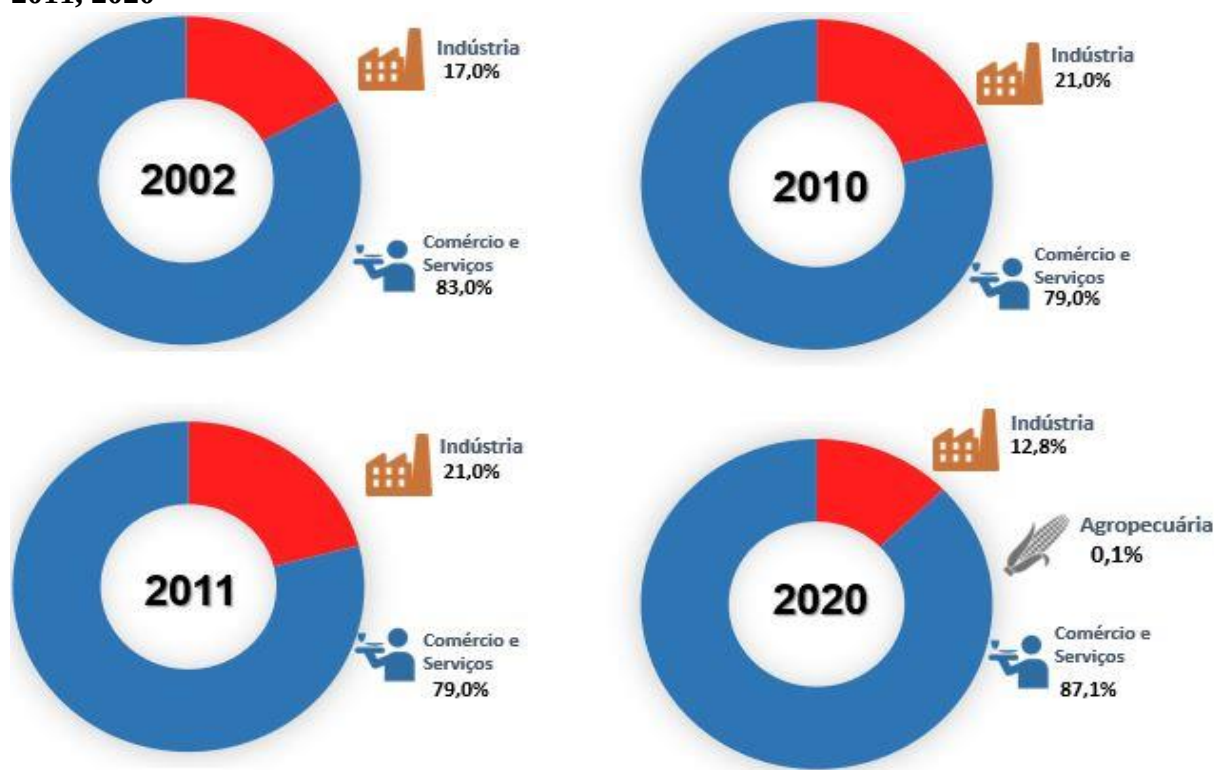
* Sujeito a retificação

Com base nos dados do Gráfico 03, é possível aferir que no período entre 2011 e 2020, o ponto completamente fora da curva registrado no primeiro ano da década em questão, quando a economia de Salvador apresentou uma expressiva expansão de 23,5%, influenciou na taxa média em 10 anos que foi positiva em 1,74%. Se esse resultado de 2011 fosse expurgado do cálculo e se considerasse a média da década a partir de 2012, a taxa média seria de queda de -0,68%, acumulando uma perda de -6,14% (tendência convergente com aquele procedimento de deflacionamento do PIB nominal de Salvador, realizado na subseção anterior). No chamado pior momento da década para a economia baiana, destacada na primeira seção deste trabalho, no período compreendido entre 2015-2020, a queda do IDEM de Salvador atingiu média de -4,43% ao ano, acumulando uma perda de -26,6% no período de 06 anos. Apenas como referência, nesse mesmo período, a economia baiana registrou uma taxa média de (de)crescimento de -1,9% ao ano e queda acumulada em -10,6%. As perdas em Salvador foram aproximadamente 150% maiores que as registradas pela economia baiana.

2.4 Estrutura produtiva

Como é possível observar na Figura 05, na última década, a economia soteropolitana passou por algumas transformações na sua estrutura produtiva. Sua matriz produtiva ficou menos dinâmica à medida em que cresceu de forma expressiva o setor de serviços, sobretudo, ligado aos setores da administração pública, comércio e atividades imobiliárias. Salvador, assim como a grande maioria dos municípios da Bahia, tem sua economia baseada no setor de serviços, seguido do setor industrial e da agropecuária. A Figura 05 apresenta a estrutura produtiva de Salvador entre os anos de 2002 e 2020. Ao longo desse período, houve uma tendência de queda de participação do setor industrial no PIB da capital baiana (em um movimento muito parecido com o acontecido no estado como um todo).

Figura 05 – Evolução da estrutura produtiva do município de Salvador – 2002, 2010, 2011, 2020



Fonte: IBGE (2022)

O setor industrial de Salvador vem acumulando perdas, entretanto nos anos de 2010 e 2011, chegou a representar 21% do PIB da capital baiana. Já em 2020 registrou uma participação de 12,8%, queda de 8,2 pontos percentuais na série analisada. Essa queda pode ser explicada pela perda de proeminência do setor da construção civil que é um setor muito elástico à renda e costuma seguir a mesma tendência da economia.

Por fim, o setor de serviços apresentou ganho de participação de 4,1 pontos percentuais entre 2002 e 2020 e acabou por absorver as perdas no setor industrial. Vale salientar que o setor de serviços em Salvador é marcado por sua baixa intensidade tecnológica e baixa produtividade, gerando assim poucas externalidades positivas ao desenvolvimento econômico da cidade. O setor agropecuário apresenta-se como pouco significativo na estrutura produtiva município, em 2020, participou com apenas 0,1% do PIB, referente a produção agrícola em escala familiar.

2.5 Análise Regional

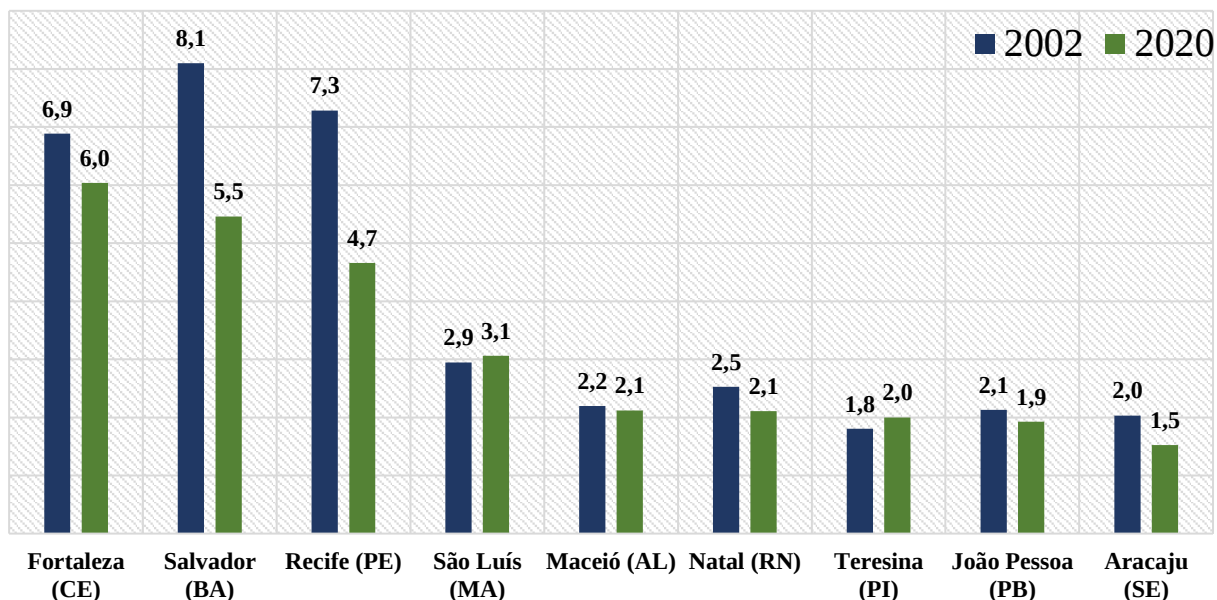
Uma das situações mais agravantes do atual momento da economia soteropolitana refere-se ao fato de que a perda de representatividade da capital baiana no PIB do estado da Bahia, bem como o menor ritmo de crescimento econômico que marcaram a trajetória de Salvador, principalmente ao longo da segunda metade da década de 2011-2020, também trouxeram como consequência a perda de participação da economia soteropolitana entre as capitais Nordestinas.

Ao longo de toda a segunda metade do século XX e nas primeiras décadas do XXI, Salvador sempre foi a capital mais importante da região Nordeste, um ponto de referência em todos os indicadores econômicos, desde o estoque de trabalhadores formais, passando pela participação no PIB da Região Nordeste. Desde o início das séries estatísticas realizadas pelo IBGE para o cálculo das contas municipais do Brasil, em 1995 até o ano de 2017, a capital baiana ocupava a primeira posição no ranking das capitais nordestinas, em média com 7,9% do PIB da região Nordeste (entre 1995 e 2010). Em 1995, atingiu o maior valor de referência, com aproximadamente 8,8% do PIB da região Nordeste. E, em 2020, a menor representatividade da série histórica disponível, com apenas 5,5% de participação.

No Gráfico 04 é possível fazer uma comparação entre o início da primeira década do século XXI e o ano de fechamento da segunda década. Além de evidenciar a ultrapassagem de Fortaleza, que assumiu o primeiro lugar no ranking do PIB da região Nordeste, os dados mostram de forma muito contundente a perda de competitividade das duas maiores capitais da economia nordestina em 2002, respectivamente Salvador e Recife. Pelo Gráfico 04 também é possível observar que somente em duas capitais houve aumento de participação da representatividade na região Nordeste, no ano de 2020 em plena pandemia da Covid. São Luís e Teresina têm liderado a atração de investimentos na região Nordeste e seus estados se configuram como os dois que mais cresceram economicamente entre 2011 e 2020. Em 2021, último ano de publicação das contas regionais do Brasil pelo IBGE, o estado do Maranhão e o Piauí apresentaram uma taxa de crescimento de 6,2% do PIB. Bahia e Pernambuco também tiveram

resultados iguais, com 3,0% de crescimento em relação ao ano de 2020, taxa essa que em nenhum dos dois estados foi suficiente para superar as perdas do ano de início da pandemia no país (-4,4% na Bahia e -4,1% em Pernambuco).

Gráfico 04 – Participação das capitais no PIB da Região Nordeste – 2002 e 2020.

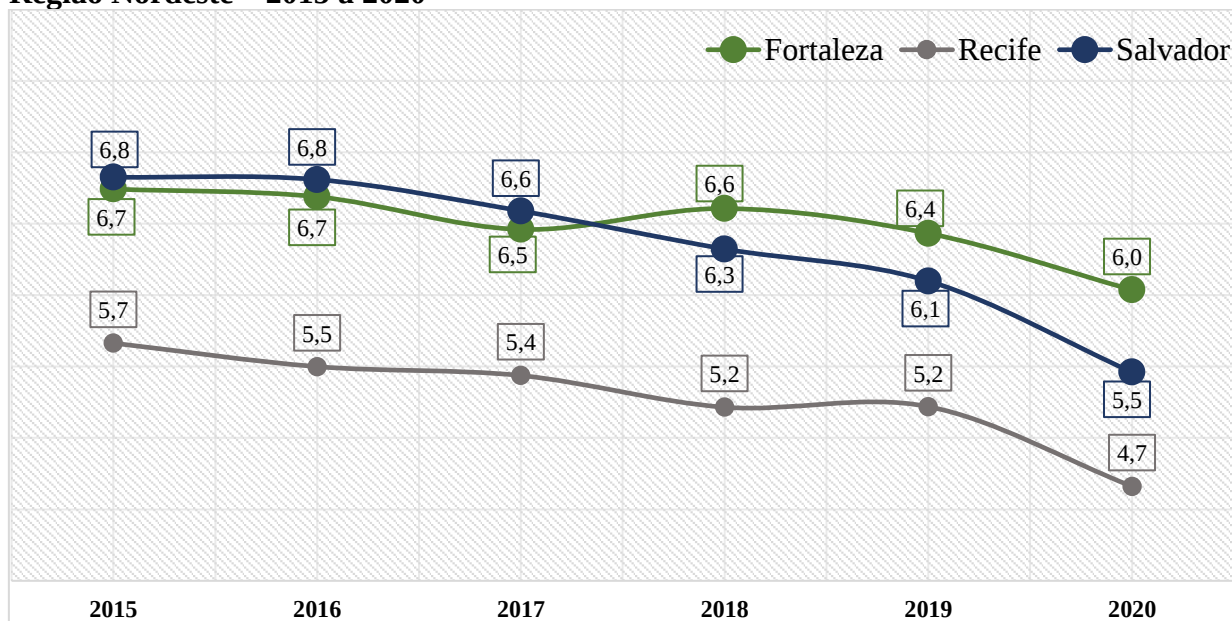


Fonte: IBGE (2023).

O município de Fortaleza, pelo terceiro ano consecutivo (2018, 2019 e 2020), figurou em 1º lugar no Produto Interno Bruto (PIB) do Nordeste, representando 6% do PIB da região Nordeste. No País, Fortaleza ficou em 11º lugar no ano de 2020.

Desde 2015, ano que Salvador apresentou a maior retração econômica registrada pelo IDEM/SEI, na série iniciada em 2003 (-9,79%), a economia soteropolitana começou a perder espaço na região Nordeste. Em 2015, a representatividade de Salvador na economia nordestina chegava ao pior patamar desde a série iniciada em 1995, quando pela primeira vez a taxa de participação ficou abaixo dos 7% (6,83% para ser bem preciso). A partir deste ponto foram mais cinco anos consecutivos de perdas da capital baiana na representação regional. Em 2018, quando a participação da economia soteropolitana na economia nordestina atingiu 6,3%, Salvador foi pela primeira vez na sua história econômica do século XXI superada pelo município de Fortaleza, que com uma participação de 6,6% se tornou a principal capital no ranking de PIB do Nordeste, conforme demonstrado pelo Gráfico 05.

Gráfico 05 – Participação (Em %) das capitais Salvador, Recife e Fortaleza no PIB da Região Nordeste – 2015 a 2020



Fonte: IBGE (2023).

Os dados do Gráfico 05 são bastante elucidativos e mostram que as três principais capitais do Nordeste apresentaram uma tendência declinante na sua representação na economia nordestina, desde 2015. No caso em particular de Salvador em relação a Fortaleza, a ultrapassagem aconteceu porque o ritmo de decrescimento econômico em Salvador foi mais acentuado do que o registrado em Fortaleza no período que vai de 2015 a 2020. Como já apresentado na primeira seção deste trabalho, em estudo apresentado pela equipe de contas regionais da SEI e especialmente referenciado na bibliografia deste trabalho, revelou que entre 2015 e 2018 a taxa média de (de)crescimento do PIB da Bahia foi a menor entre os estados nordestinos à exceção de Sergipe. A perda de dinamismo da economia soteropolitana tem muitos fatores associados, entre eles a queda do desempenho econômico do próprio estado da Bahia.

Apesar de terem realizado o estudo sobre os estados nordestinos e não sobre suas capitais, os aludidos pesquisadores da SEI concluem sobre esse período que culminou com queda do PIB de Salvador em relação ao Nordeste e a perda de posição relativa para Fortaleza:

Considerando as quedas de 2015 e 2016, o segundo período entre 2015 e 2018, implicou em resultados negativos para quase todos os estados do Nordeste. A Bahia caiu de 1,3% na taxa média e -5,0% na acumulada. Dos estados nordestinos, apenas Maranhão e Piauí não tiveram quedas. O Nordeste e o Brasil caíram menos que a Bahia (menos que 1% e menos que 3% na média e acumulada respectivamente) (VIEIRA, SILVA, SANTOS, 2021, p. 200).

Em 2017, quando liderou pela última vez o ranking dos maiores PIBs entre as capitais do Nordeste, Salvador chegou a ocupar a 9º posição no Brasil. Em 2020, o município ocupou a 12º segunda posição no PIB do Brasil. Os destaques regionais no período analisado ficaram por conta da cidade de São Luís e Teresina que ganharam 0,2 pontos percentuais de participação na economia nordestina entre 2002 e 2020 (IBGE, 2023).

2.6 Mercado de Trabalho

As questões anteriormente apresentadas, sobre a dinâmica econômica, bem como, sobre a mudança estrutural da matriz produtiva de Salvador, vão reverberar, sobretudo, no desempenho do mercado de trabalho. Conforme dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios Contínua - PNADC (IBGE, 2023b), a taxa de desemprego² em Salvador registrou 15,1%, no 3º Trimestre de 2023. Isso equivale a 244.000 pessoas desempregadas e sinaliza também que ¼ dos desocupados na Bahia (cerca de 940 mil pessoas) se encontram em Salvador. Em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, houve uma redução de 2,8 pontos percentuais (17,9%), o que pode ser explicado pela retomada gradual da atividade econômica após a crise global oriunda da pandemia de Covid-19. Em uma análise regional, Salvador registrou a pior taxa de desemprego dentre as nove capitais nordestinas no 3º trimestre de 2023. Ao longo do período 2012 a 2023, o município figurou-se em todos os anos da série com os piores índices do mercado de trabalho entre as principais economias nordestinas. Em alguns trimestres pontuais, Recife, que tem a segunda maior taxa de desemprego entre as capitais nordestinas, esteve ligeiramente acima de Salvador. Mas, de forma geral, na média em quatro trimestres (análise anual), Salvador sempre figurou como a capital com maior desemprego entre os estados nordestinos, entre 2012 (ano inicial de aferição do mercado de trabalho pela PNADC) até o ano de 2023. (IBGE, 2023b).

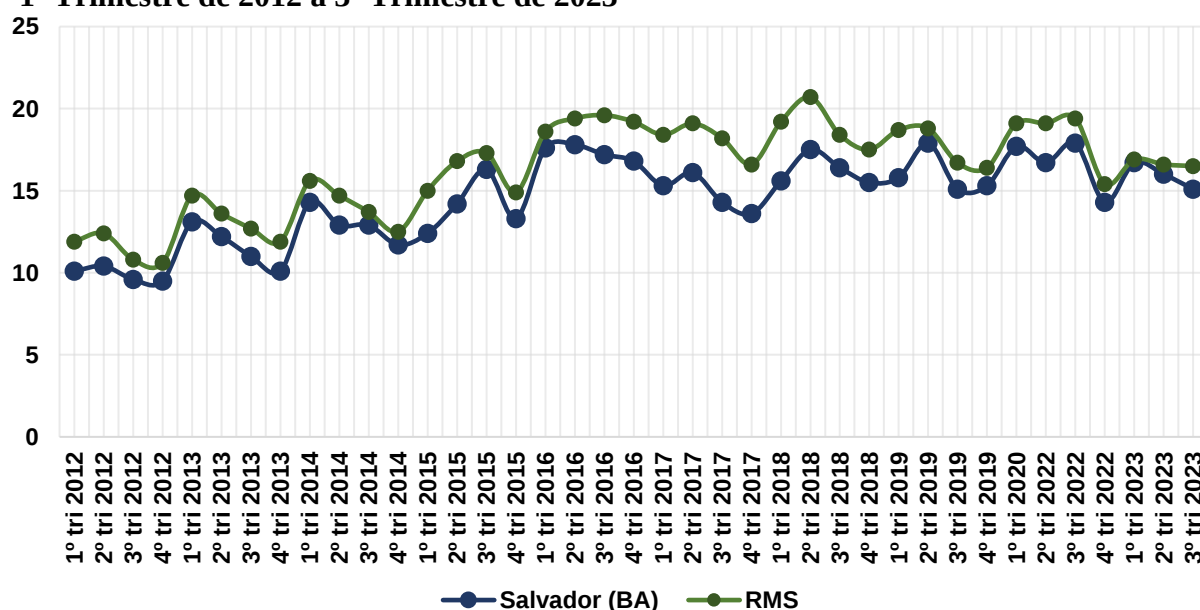
Importante ressaltar que esse indicador reflete uma questão estrutural que envolve a economia soteropolitana, que mesmo em momentos de grande crescimento econômico, apresenta uma alta taxa de desemprego sempre acima de 10% de sua população economicamente ativa. No entanto, a retomada do crescimento econômico acontecida entre os anos de 2021 e 2023, quando, segundo as estimativas feitas, o IDEM registrou por três anos consecutivos taxas positivas em Salvador (2,1% em 2021, 5,0% em 2022 e 3,8% em 2023), foi bastante importante para diminuir o ritmo da taxa de desemprego da capital baiana. Com o crescimento acumulado

² A taxa de desocupação calculada pelo IBGE, se refere a taxa de desemprego das pessoas de 14 anos ou mais. Essa taxa é calculada pela divisão entre a população desocupada e a população economicamente ativa (PEA). Portanto é a porcentagem de pessoas na força de trabalho que estão desempregadas.

nos últimos três anos, Salvador conseguiu superar as perdas econômicas registradas em 2020, quando a retração atingiu 9,6%, segundo o IDEM (SEI, 2022). Assim, a taxa de 15,1% registrada no terceiro trimestre (mesmo sendo altíssima nos padrões brasileiros), voltou a igualar o resultado acontecido no terceiro trimestre de 2019, antes da pandemia, a menor desde o ano de 2017, quando a taxa de desemprego de Salvador atingiu 14,3% (IBGE, 2023b).

Ainda no 3º trimestre de 2023, a taxa de desocupação na Bahia atingiu 13,3% e a do Brasil foi de 7,7%. Desse modo a taxa de desemprego de Salvador se encontra num patamar que é quase o dobro quando comparada ao nível nacional, acima da esfera estadual. Desde 2014, a relação entre as pessoas desempregadas e a população economicamente ativa apresenta-se acima de 10% na capital baiana e na região metropolitana. O Gráfico 06 apresenta toda a série trimestral do desemprego em Salvador e RMS desde o primeiro trimestre em que a pesquisa do IBGE foi implantada (IBGE, 2023b).

Gráfico 06 – Taxa de desocupação (em %) das pessoas de 14 anos ou mais – SSA e RMS – 1º Trimestre de 2012 a 3º Trimestre de 2023



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral. IBGE (2023b).

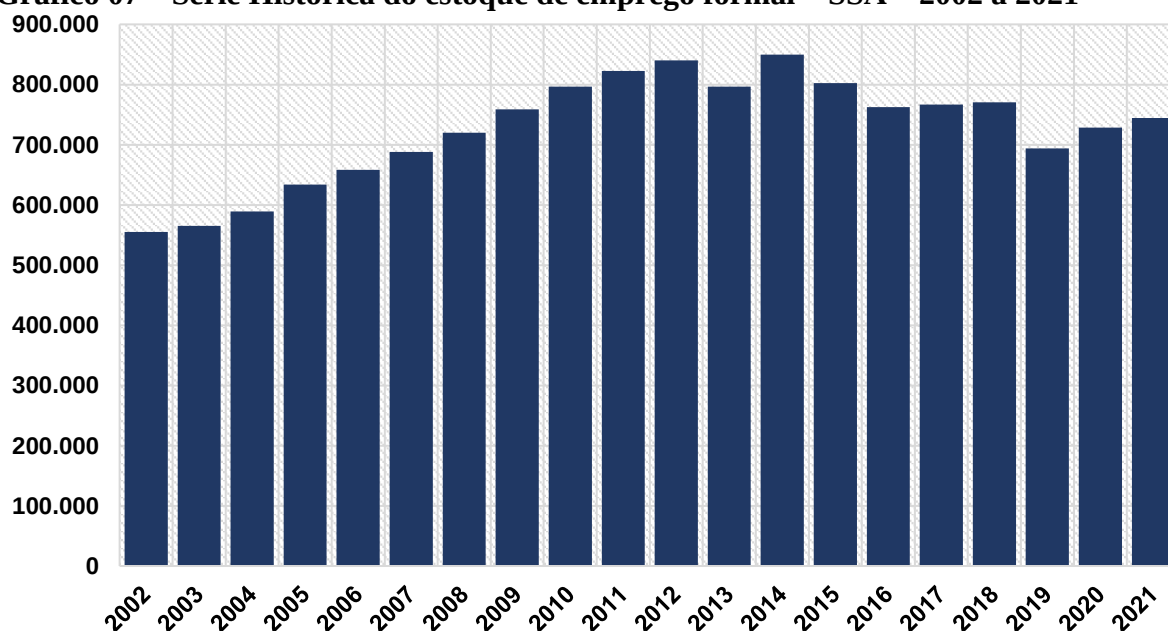
A informalidade é outro indicador que evidencia as fragilidades na perspectiva do mercado de trabalho de Salvador. No ano de 2023 (3º Trimestre), a taxa da população soteropolitana no mercado de trabalho informal representou 37,7%, significando um contingente de 516.000 pessoas que estavam ocupadas nesta condição. É possível afirmar a cada dez trabalhadores soteropolitanos, por volta de quatro estão inseridos na informalidade. No âmbito estadual a taxa

de informalidade se encontra muito mais elevada. No 3º trimestre de 2023, registrou 52,1%, o que equivalia a 3,2 milhões de baianos em situação de informalidade. (IBGE, 2023b)

Esse indicador mais elevado para Bahia é justificado, principalmente, pelas oportunidades existentes no mercado de trabalho formal, as quais são mais presentes na capital do que no interior baiano, onde boa parte do emprego gerado acontece sem a carteira assinada. De acordo com Santos *et ali.* (2020), os segmentos com maiores concentrações da informalidade, em Salvador, são os serviços domésticos e o de alimentação e alojamento (por isso mesmo, eles destacam no estudo ser o turismo uma atividade grande geradora de emprego não formal e, portanto, incapaz de aumentar os empregos com carteira assinada em Salvador e na Bahia).

Na perspectiva do emprego formal, dados do Relatório Anual de Informações Sociais - RAIS (MTE, 2022) indicam que Salvador, em 2021, apresentou um estoque celetista de 744.571 pessoas, o que representava 31,6% dos empregos formais no estado da Bahia (2,3 milhões). Ao longo da série histórica analisada (2002 a 2021), Salvador registrou um crescimento de 34,2% no estoque de empregos formais. Em 2014, Salvador teve o ápice do resultado de empregos formais na série história estudada com um estoque de 849.845 empregos formais na capital baiana (aumento de 53,1% de 2002 a 2014). Os pontos entre 2011 e 2014 foram os melhores momentos em termos do estoque celetista, porém a partir de 2015, com o arrefecimento da economia, houve uma queda significativa (declínio de 12,4% entre 2014 e 2021). Esses comportamentos são demonstrados no Gráfico 07.

Gráfico 07 – Série Histórica do estoque de emprego formal – SSA – 2002 a 2021

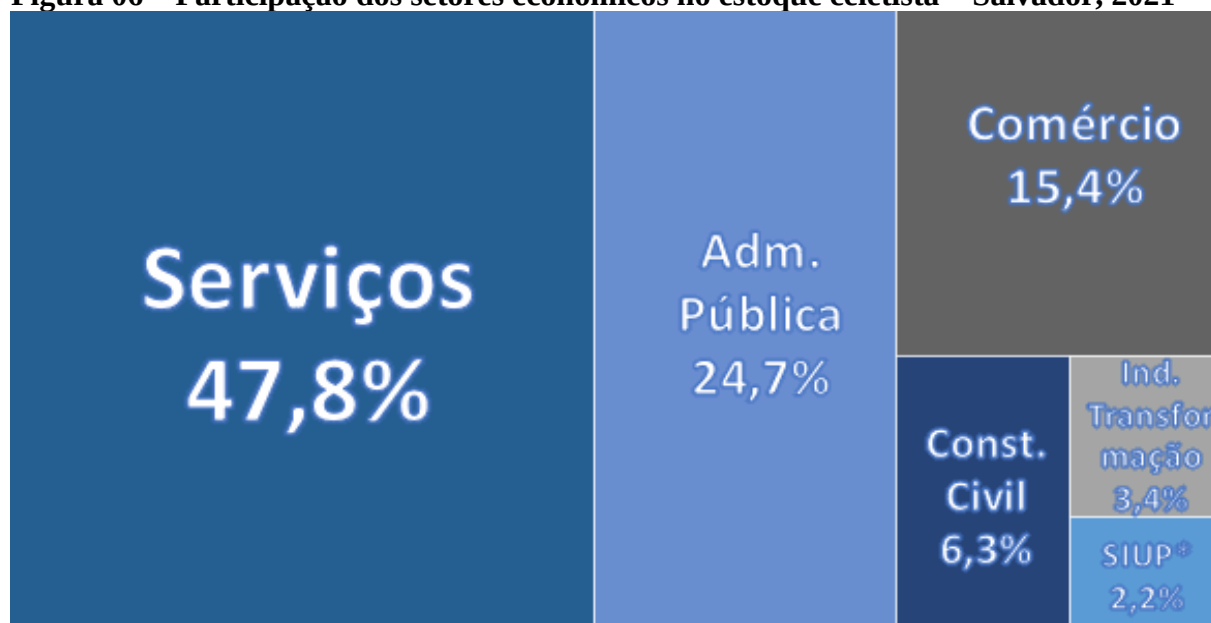


Fonte: RAIS - Ministério Trabalho e Emprego (MTE, 2022)

Nota: Vínculo ativo em 31/12

Sobre a distribuição por setores, os empregos formais concentram-se prioritariamente na atividade de serviços. Dessa forma, em 2021, os setores com maior destaque em Salvador foram respectivamente: Serviços (47,8%), Administração Pública (24,7%) e Comércio (15,4%). Aproximadamente 90% do total do estoque de empregos celetistas em Salvador foram gerados por esses segmentos produtivos - o que equivale a 655.000 empregados formais. Esses dados ratificam a análise realizada no tópico 2.4 desta seção acerca da estrutura produtiva de Salvador, com a concentração do PIB soteropolitano também perto dos 90% no setor terciário. A participação de cada atividade econômica no emprego formal de Salvador é ilustrada na Figura 06.

Figura 06 – Participação dos setores econômicos no estoque celetista – Salvador, 2021



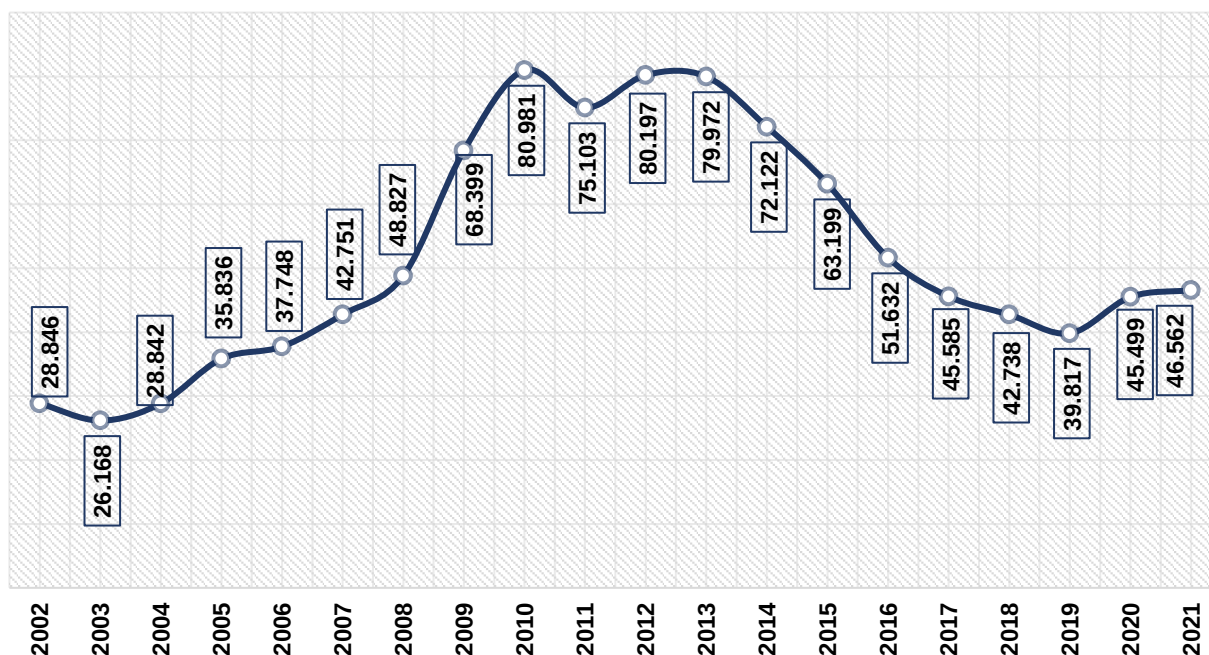
Fonte: RAIS - Ministério Trabalho e Emprego (MTE, 2022)

Notas: * SIUP = Serviços Industriais de Utilidade Pública.

A Indústria extrativa e o setor agropecuário representam em conjunto 0,2% do estoque formal em SSA.

A construção civil tem importância fundamental para a geração de emprego e renda no que se relaciona ao desenvolvimento produtivo das atividades econômicas do setor secundário. Nesta análise do mercado de trabalho formal, no período entre 2002 e 2021, a construção civil atingiu seu ápice, em Salvador, nos anos compreendidos entre 2010 e 2013, sendo que no ano de 2012 atingiu o seu maior valor na série analisada: 80,2 mil empregos celetistas. De 2002 a 2013, o setor de construção civil da capital baiana apresentou um crescimento expressivo de 177,2% referente aos estoques de empregos formais. Entretanto, o período de 2013 a 2021 refletiu o oposto e sinalizou uma queda de 41,8%, seja pelo menor ritmo de crescimento do PIB de Salvador, seja pela própria diminuição de participação do setor industrial em proporção à economia soteropolitana, como ficou evidenciado na subseção 2.4.

Gráfico 08 - Série histórica da construção civil no emprego formal – Salvador, 2002 a 2021



Fonte: RAIS - Ministério Trabalho e Emprego (MTE, 2022)

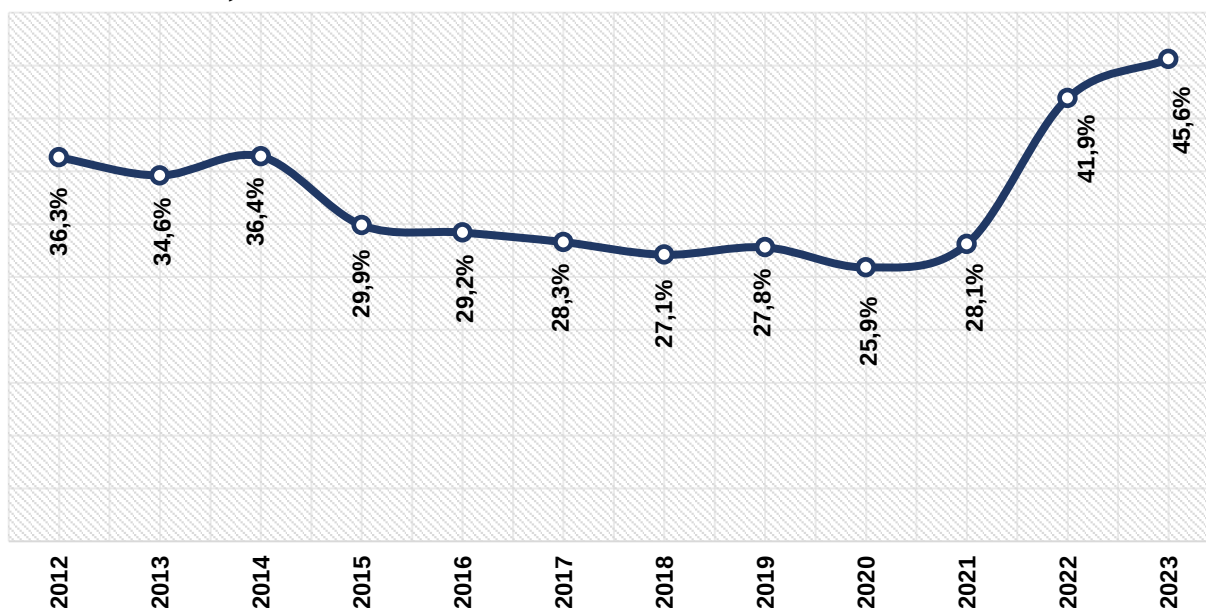
2.7 Bolsa Família e CadÚnico

O Cadastro Único (CadÚnico)³, se trata de um registro com informações fornecidas pela população brasileira e que tem o intuito de caracterizar e identificar as famílias em situação de pobreza e extrema pobreza residentes no país. Os dados são utilizados pelo Governo Federal, Estados, Distrito Federal e municípios, a fim de mapear as vulnerabilidades das famílias e assim buscar ações, auxílios, benefícios que atenuem as vulnerabilidades existentes. (Brasil, 2023a).

De acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), em novembro de 2023, Salvador possuía 576.280 famílias cadastradas no CadÚnico, ou seja, 1,1 milhão de soteropolitanos. Isto representa uma proporção de 45,6% da população total do município em 2023 (IBGE, 2023a). Assim, é possível afirmar que a cada dez pessoas, quase cinco estão registradas neste mecanismo de mapeamento da população com vulnerabilidades sociais. Na série histórica de 2012 a 2023, é possível perceber o aumento de 9,3 pontos percentuais referente a participação das pessoas cadastradas em relação ao total da população soteropolitana. O Gráfico 09 evidencia tal trajetória. (BRASIL, 2023c)

³ Criado em 2001, por meio do decreto nº 3.887.

Gráfico 9 – Percentual de pessoas cadastradas no CadÚnico em Relação a população Total – Salvador, 2012 a 2023



Fonte: BRASIL (2023c)

Com relação ao Programa Bolsa Família⁴ (PBF), em novembro de 2023, 302.466 famílias foram beneficiadas, o que representa 688.556 soteropolitanos. Portanto, 28,5% da população soteropolitana recebe essa fundamental assistência social. Segundo o CadÚnico, 720.918 pessoas encontram-se em situação de pobreza na cidade de Salvador em 2023 (aproximadamente 30% da população). Em 2023 em relação ao ano de 2019, o número de pessoas consideradas pobres da capital baiana aumentou em 7,4 pontos percentuais. Esse acréscimo justifica-se, principalmente, em razão das adversidades provocadas pela Covid-19, a partir de quando a pobreza em Salvador (e no Brasil como um todo) foi intensificada. (BRASIL, 2023c).

Em uma análise comparativa, a Bahia apresenta, em 2023 (novembro), 6,2 milhões de baianos que são assistidos pelo PBF. Assim, Salvador representa pouco mais de 10% dos beneficiários no estado. Tais dados denotam a importância e o “peso” de Salvador na pobreza na esfera estadual (BRASIL, 2023c).

No período entre 2004 e 2023⁵ houve um aumento de 257,4% referente as famílias assistidas pelo PBF no município de Salvador. Somente no mês de novembro de 2023 foi

⁴ Para entrar no programa, a família precisa ter renda mensal de até R\$ 218,00 por pessoa e cumprir algumas condições relacionadas à saúde e educação. O Benefício é um valor que varia conforme o número de pessoas da família e a idade de cada uma delas.

⁵ De 01/02/2004 a 01/10/2021 os dados se referem ao outro programa Bolsa Família estabelecido pela medida provisória nº 132, de 20 de outubro de 2003 que foi convertida para a lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Este programa foi revogado pela medida provisória nº 1.061, de 9 de agosto de 2021, que instituiu, a partir de novembro daquele ano, o programa auxílio brasil e foi convertida na lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021. É importante salientar que as regras dos programas são diferentes.

repassado pelo governo federal o valor de R\$ 196,9 milhões em transferências do Bolsa Família para a população soteropolitana. Desse modo, na relação 2004-2023, houve um incremento nominal de 1.232% saindo de R\$ 14,8 milhões transferidos apenas no último mês do ano de 2004 para R\$ 196,9 milhões no último mês disponível para 2023. Importante ressaltar que os dados aqui apresentados sobre PBF e CadÚnico reforçam para o fato relatado na subseção 2.2, quando foi evidenciada a queda no PIB per capita de Salvador e sua equivalência ao PIB per capita da Bahia em 2020. A Tabela 15 apresenta a evolução histórica do Programa Bolsa Família em Salvador, no período de 2004 a 2023.

Tabela 15 – Informações do Programa Bolsa Família em Salvador, 2004 a 2023

Ano	Famílias PBF	Valor Nominal repassado às famílias PBF	Valor Real repassado às famílias PBF (4)	Valor do Benefício Médio
2004	84.637	R\$ 5.262.791,00	R\$ 14.781.289,50	R\$ 62,18
2005	94.624	R\$ 5.628.106,00	R\$ 15.047.896,21	R\$ 59,48
2006	124.404	R\$ 7.313.449,00	R\$ 19.018.986,01	R\$ 58,79
2007	131.309	R\$ 9.060.642,00	R\$ 22.407.466,45	R\$ 69,00
2008	122.228	R\$ 9.619.491,00	R\$ 22.341.581,56	R\$ 78,7
2009	167.886	R\$ 14.511.683,00	R\$ 32.372.133,04	R\$ 86,44
2010	192.581	R\$ 17.077.060,00	R\$ 35.781.530,01	R\$ 88,67
2011	185.611	R\$ 19.704.458,00	R\$ 38.920.285,41	R\$ 106,16
2012	184.862	R\$ 23.922.572,00	R\$ 44.494.437,19	R\$ 129,41
2013	181.051	R\$ 24.382.370,00	R\$ 42.959.881,58	R\$ 134,67
2014	159.243	R\$ 24.002.004,00	R\$ 39.810.178,91	R\$ 150,73
2015	200.124	R\$ 27.808.383,00	R\$ 41.449.622,34	R\$ 138,96
2016	197.792	R\$ 30.139.488,00	R\$ 42.150.739,92	R\$ 152,38
2017	180.332	R\$ 26.500.639,00	R\$ 36.311.075,80	R\$ 146,95
2018	174.944	R\$ 26.838.912,00	R\$ 35.553.757,95	R\$ 153,41
2019	153.391	R\$ 23.893.704,00	R\$ 30.294.554,88	R\$ 155,77
2020	180.699	R\$ 3.037.005,00	R\$ 3.651.666,22	R\$ 16,81
2021 ¹	188.167	R\$ 8.798.464,00	R\$ 9.603.455,38	R\$ 46,76
2022 ²	301.595	R\$ 180.817.636,00	R\$ 186.308.372,62	R\$ 602,65
2023 ³	302.466	R\$ 196.889.377,00	R\$ 196.889.377,00	R\$ 654,38

Fonte: BRASIL (2023c)

Notas: 1 - O mês de referência é outubro

2 - Em 2022 o programa vigente foi o Auxílio Brasil. O mês de referência foi dezembro

3 - Para 2023 o mês de referência é novembro (último dado disponível)

4 - Valores corrigidos pelo INPC com referência ao mês Novembro de 2023

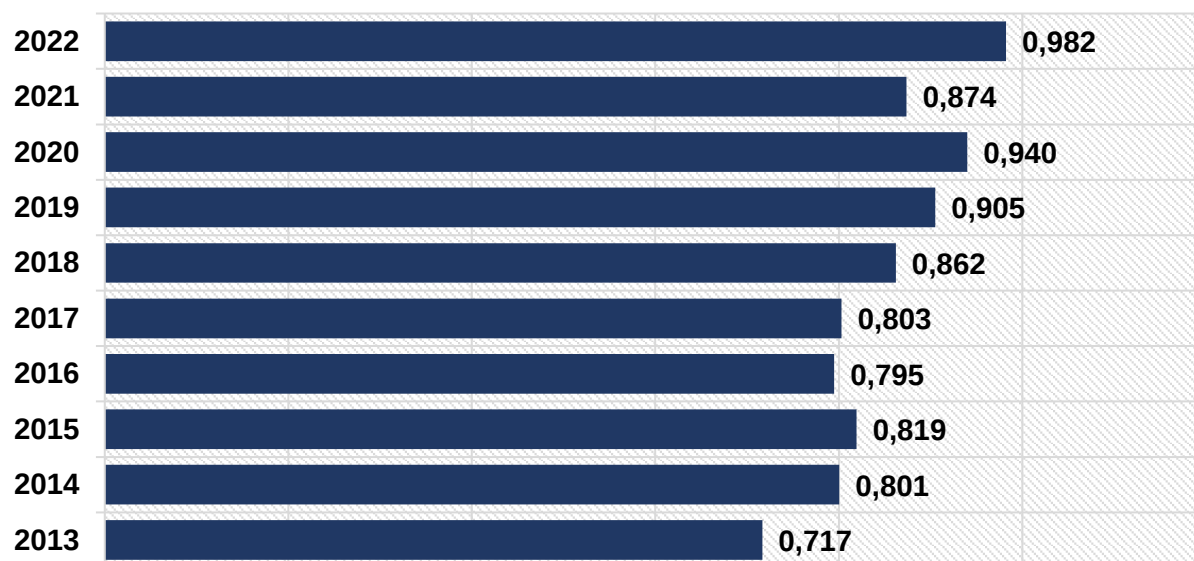
2.8 Índice Firjan de Gestão Fiscal

O Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF), produzido pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), reflete um refinado cenário das contas públicas municipais em todo o Brasil. Esse Indicador possui uma metodologia compilada nos cálculos provenientes

dos relatórios declarados pelas próprias prefeituras à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), e é composto por 4 indicadores⁶. Como balizador no quesito da leitura dos dados, a pontuação do indicador é variável entre 0 e 1. Desse modo quanto mais próximo de 1, melhor a gestão fiscal do município. Salvador, destaca-se, desde que a métrica foi iniciada (2013), tanto na esfera regional/estadual quanto no ambiente nacional.

Entre 2013 e 2022 o município de Salvador obteve um avanço no IFGF de 0,716 para 0,982, respectivamente. Essa performance, em 2022, classificou a gestão fiscal soteropolitana como excelente⁷, pois o índice geral se concentrou entre 0,8 e 1,0. Importante ressaltar que, apesar da pandemia de Covid-19 (2020) em que todas as regiões brasileiras enfrentaram adversidades de grandes proporções, o governo municipal conseguiu manter o nível do IFGF na escala de excelência, isso desde 2014 (acima de 0,800) à exceção em 2016, conforme é possível observar no Gráfico 10 (FIRJAN, 2023).

Gráfico 10 – Série Histórica do Índice de Gestão Fiscal (IFGF) – Salvador, 2013 a 2022



Fonte: Federação das Indústrias do estado do Rio de Janeiro (Firjan, 2023).

No âmbito estadual, Salvador registrou, em 2022, a 2ª posição no indicador geral entre todos os 417 municípios baianos (somente atrás do município de Mata de São João). Em nível nacional, no último ano disponível, Salvador figurou no IFGF entre as 80 melhores gestões

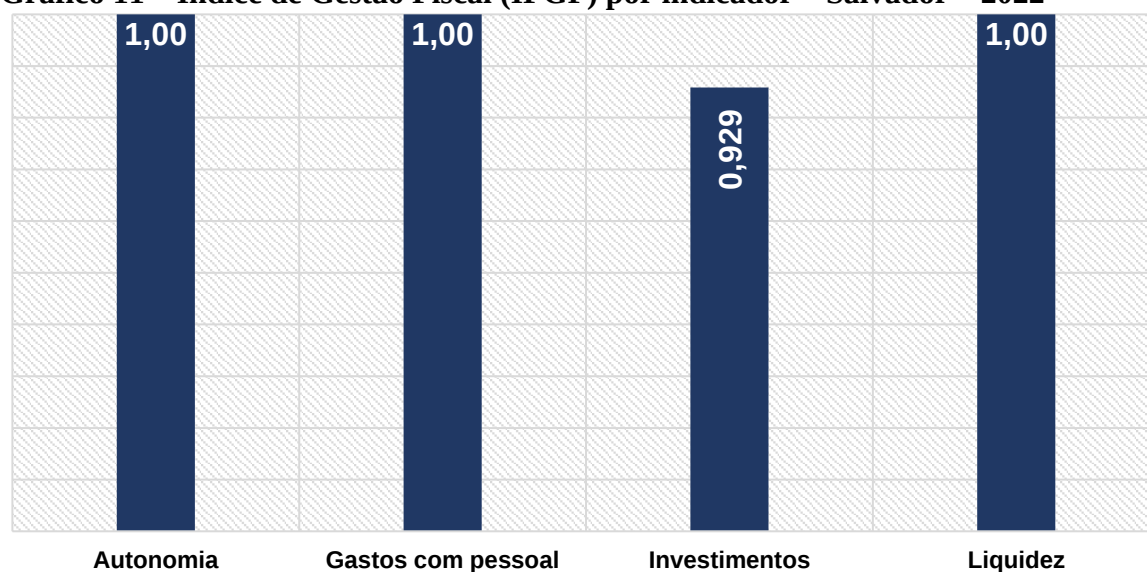
⁶ O IFGF é composto por quatro indicadores, que assumem o mesmo peso para o cálculo do índice geral, 25%: Autonomia, que é a capacidade de financiar a estrutura administrativa; Gastos com Pessoal, que significa o grau e rigidez do orçamento; Liquidez, que trata do cumprimento das obrigações financeiras das prefeituras; e Investimentos, que é a capacidade de gerar bem-estar e competitividade.

⁷ Com o objetivo de estabelecer valores de referência que facilitem a análise, foram convencionados quatro conceitos para o IFGF: Gestão de excelência = resultados superiores a 0,8; Boa gestão = resultados entre 0,6 e 0,8; Gestão em dificuldade = resultados entre 0,4 e 0,6; Gestão crítica = resultados inferiores a 0,4.

fiscais municipais do país. No comparativo entre as 26 capitais brasileiras e o Distrito Federal, Salvador registrou, em 2022, a 1ª colocação no ranking do IFGF geral nacional.

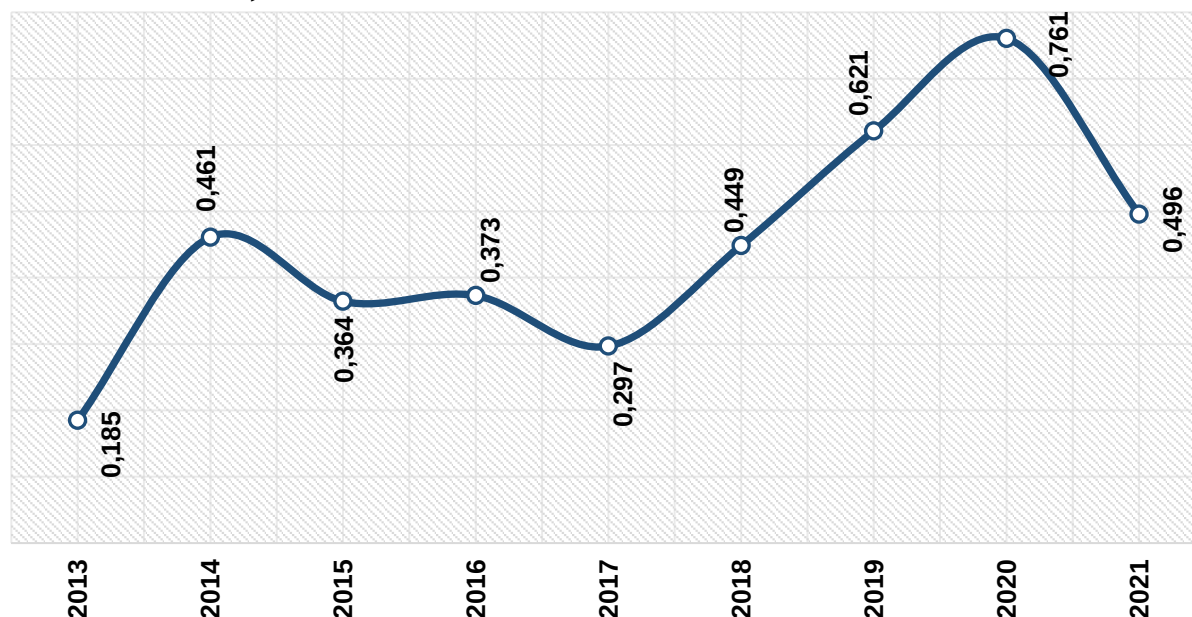
Ao fazer um olhar mais detalhado nos 4 indicadores que compõem o IFGF, foi possível observar que, no ano de 2022, os pilares autonomia, liquidez e gastos com pessoal atingiram o nível mais elevado possível (1,0). O ponto que não possibilitou Salvador figurar com um uma performance ainda melhor, em 2022, foi o indicador investimentos (0,929), mas, que também se qualifica como de excelência na gestão (conforme metodologia do indicador). O indicador de investimentos busca aferir a parcela dos investimentos nos orçamentos municipais, ou seja, mensura a capacidade da geração de bem-estar e competitividade para suas economias. É importante destacar que, em 2013, o valor do índice apresentou o quadro de gestão crítica no quesito Investimentos (0,185), porém conforme foi citado anteriormente esse pilar demonstrou uma evolução significativa e atingiu em 2022 o patamar de excelência. Os Gráficos 11 e 12 mostram os pilares do IFGF e a evolução dos investimentos ao longo do período 2013-2021.

Gráfico 11 – Índice de Gestão Fiscal (IFGF) por indicador – Salvador – 2022



Fonte: Federação das Indústrias do estado do Rio de Janeiro (Firjan, 2023).

Gráfico 12 – Índice de Gestão Fiscal (IFGF) - Série Histórica do Indicador de Investimentos – Salvador, 2013 a 2021



Fonte: Federação das Indústrias do estado do Rio de Janeiro (Firjan, 2023).

Os gráficos deixam claro que apesar e não ter atingido a performance máxima, como nas demais dimensões do indicador de gestão fiscal, o patamar de investimentos alcançados em 2022 (0,929) é o melhor da evolução histórica, desde que o indicador começou a ser realizado pela FIRJAN. E ele corrobora a ideia de que muitos investimentos econômicos e sociais foram realizados pela prefeitura de Salvador a longo dos últimos dez anos, com o objetivo de melhorar a mobilidade urbana, destravar alguns gargalos históricos e para aumentar a competitividade econômica da capital baiana.

2.9 A reforma tributária e a questão municipal: notas para reflexão

A proposta de Reforma Tributária brasileira proposta no de 2023, objetiva simplificar a apuração e a cobrança dos impostos com a criação do chamado “imposto dual”, o IBS que substituirá o ICMS e o ISS e o CBS, que substituirá o IPI, o PIS e a COFINS. Outro grande propósito da reforma é acabar com a cumulatividade tributária, mecanismo de grande relevância para as empresas, uma vez que desonera plenamente as exportações, assim como os investimentos, elevando a capacidade competitiva da produção nacional, tanto no esforço exportador quanto na concorrência com os bens importados. A ideia desta seção, é fazer algumas observações sobre a Reforma Tributária em curso, de modo a tentar evidenciar seus desdobramentos para estados e municípios (notadamente os da região Nordeste).

A primeira observação é de que a Reforma em curso, ainda é verdadeiramente um “arcabouço fiscal”; um “esqueleto”, que será encorpada com as Leis Complementares. Ou seja, o “plano de voo” não está pronto. Será detalhado e corrigido ao longo do percurso.

A substituição do ICMS + ISS pelo IBS, traz algumas questões merecedoras de atenção por parte de cidadãos e governantes. A nova regra, ao retirar a autonomia da política fiscal de estados e municípios, atenta contra o pacto federativo, podendo-se esperar possível judicialização ou nova alteração constitucional no futuro breve.

Embora ainda não definido se haverá uma alíquota máxima ou uma alíquota mínima do IBS, o fato é que os estados determinarão a alíquota que será adotada no seu território, obedecendo o limite estabelecido constitucionalmente. Quem decidirá essa alíquota, o Governo do Estado ou os governos municipais? Imagine-se a Bahia com seus 417 Municípios, que uma parte deseje praticar a alíquota máxima do IBS e outra parte defenda uma alíquota menor para atrair investimentos e que seja esta ou a outra a opção do governo do Estado. Quem decidirá? Qualquer regra poderá subordinar muitos municípios a uma receita diferente do seu desejo. Não há cálculos econômicos conhecidos e confiáveis até o momento, para aferir esses efeitos na arrecadação municipal.

Com a adoção do CBS, serão extintos o IPI, o COFINS e o PIS. Esses dois últimos são tributos vinculados a políticas públicas de integração e de seguridade social. Os municípios do Nordeste estão entre os mais necessitados de apoios das políticas públicas conduzidas pela União. Com o fim desses impostos, eventual destinação de recursos para essas duas finalidades será objeto de Lei Complementar. Se o viés fiscalista falar mais alto, a tendência será de que esses recursos poderão ser reduzidos, com prejuízo para as populações dos municípios, em especial das regiões menos desenvolvidas.

Haverá a preservação do Simples Nacional, de modo que a grande maioria das empresas de comércio e serviços estará fora do alcance direto da Reforma. Porém, não está clara a regra que define como esses recursos serão distribuídos na nova legislação e como soma-se a eles os recursos do IBS.

Está prevista a criação do Conselho Federativo que terá poderes para gerir a distribuição dos recursos arrecadados sob a rubrica do IBS, mas, também, com poder de legislar, dirimir conflitos e julgar. Duas questões se apresentam: A primeira é a possibilidade de excesso de poder a um órgão composto por “não eleitos”, com poderes que seriam próprios do Senado. A segunda questão é como será a representação dos 5.568 municípios do país, de modo que reflita a diversidade de interesses regionais ou locais.

A condição prevista dos estados optarem por uma alíquota diferente da máxima, que, em princípio, seriam os estados mais ricos a decidir por alíquota menor, pode reduzir significativamente o ganho com o princípio da arrecadação do IBS no destino, o que, no caso dos municípios da região Nordeste, pode gerar dificuldades econômicas e sociais, e dificultar aportes crescentes para os programas de combate à pobreza.

Com o fim da chamada “Guerra Fiscal”, os estados não poderão mais praticar renúncia fiscal para atração de investimentos produtivos. A possibilidade de os estados praticarem uma alíquota de IBS diferente da máxima, poderá induzir os Estados mais ricos a praticarem alíquotas menores, o que significará uma nova “Guerra Fiscal” com grande desvantagem para os Estados mais pobres. O fato é que até 2032, não haverá nenhuma melhoria substancial nas condições de desigualdades que caracterizam o Nordeste, o Norte e o Centro-Oeste em relação às Regiões Sul e Sudeste. Um olhar sobre a história econômica dessas Regiões nos últimos 70 anos, confirmará que os Estados do Nordeste, durante todo o período, apresentam as piores rendas “per capita” do Brasil, invariavelmente em torno da metade da renda “per capita” nacional. Então, em 01 de janeiro de 2033 o Nordeste (e todos os seus municípios), se preservada essa relação que é histórica (durante todo o século XX e até esse momento do século XXI), estará com as mesmas carências que impedem um ambiente de competitividade sistêmica, condição fundamental para a atração de investimentos e para suportar um processo de *catching up*⁸.

Será criado então o Fundo de Desenvolvimento Regional- FDR, limitado em até 5% do valor arrecadado pelo IBS. A soma do ICMS + ISS nacional em 2022 foi da ordem de R\$ 800 bilhões. O FDR será no máximo de R\$ 40 bilhões, a serem distribuídos entre Estados, Municípios e Distrito Federal. Não está definida a regra de distribuição. Se for por todas as unidades da federação brasileira, cada estado receberá R\$ 1,48 bilhão por ano. Se for somente entre os Estados das Regiões NO, NE e CO, cada estado receberá R\$ 2,0 bilhões por ano. Para a Bahia, isto significa um acréscimo de cerca de 2,5% a 3% ao orçamento estadual, um valor bastante irrisório. Não se trata da implementação de uma Política de Desenvolvimento Regional. Esse fundo não atende a nenhuma das pré-condições que devem nortear uma Política de Desenvolvimento, com claro dimensionamento das carências a serem superadas e dos recursos necessários para tanto, do tempo compatível com as metas a serem alcançadas, dos objetivos claros e mensuráveis, além de uma governança para reter/ratificar os programas e investimentos que deverão ser priorizados.

⁸ O *catching up*, é a busca incessante por posição competitiva, iniciativa de fazer parte do jogo comercial, tentativa de alcançar degraus de acesso à novas tecnologias visando assim uma melhoria na qualidade vida da população.

A conclusão preliminar que se chega é que o ponto de partida para a disponibilização dos insuficientes recursos do chamado Fundo de Desenvolvimento Regional será 2033, encontrando as regiões menos desenvolvidas no mesmo estágio atual, sem qualquer superação das suas carências sociais, econômicas e infraestruturais e impedidas de fazer política fiscal para atração de investimentos. Não se trata de uma visão pessimista sobre o Nordeste, mas uma constatação histórica, que inclusive foi apresentada em estatísticas apresentadas nas seções anteriores desse trabalho. Pode-se depreender que as desigualdades de toda sorte e a dependência econômica das regiões Norte e Nordeste, em particular, as mais desiguais do Brasil, poderão perpetuar-se, sem alternativas fiscais para seu enfrentamento.

Em novembro de 2023, visando aumentar a atratividade de empresas de serviços e industriais para a capital baiana, a Prefeitura Municipal de Salvador criou um pacote fiscal, alicerçada na flexibilidade que a atual estrutura tributária permite aos municípios brasileiros (e, que praticamente, não será mais permitida se a atual proposta de reforma for aprovada com o texto foi enviado para a câmara dos deputados). Por meio da Lei número 308/23 foram criados programas de incentivos econômicos através de isenções tributárias, parcelamento de dívidas e algumas flexibilizações em relação a multas e juros devidos. Entre esses programas, destacam-se os seguintes (com a redação da própria Lei municipal):

Programa de Incentivos Econômicos para desenvolvimento de novos Polos Logísticos que beneficia o desenvolvimento regional dos bairros de Valéria e São Tomé, com o aproveitamento das grandes áreas de terreno ali disponíveis.

Programa de Incentivo ao Segmento da Atividade Econômica da Incorporação Imobiliária com estímulo à atividade da construção imobiliária mediante a suspensão de exigibilidade das dívidas do imóvel até a emissão do Alvará de Construção e exclusão de encargos para pagamento das dívidas após a emissão do Alvará de Construção. Ademais, 80% das dívidas poderão ser pagas com Certificado de Autorização de Transferência do Direito de Construir (TRANSCON) e os 20% restantes, em pecúnia, à vista. Além disso, prevê Isenção do Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis (ITIV) na aquisição do imóvel para fins de incorporação e para a primeira cessão de direito mediante contrato de compra e venda com a incorporadora; e isenção do IPTU e taxa de lixo durante o período da obra nos prazos fixados na lei e, no caso de imóvel com utilização residencial, pelo prazo de dez anos contados da aquisição.

Programa de Pagamento Incentivado (PPI), que prevê o parcelamento de dívidas de contribuintes municipais. Com descontos de juros e multas: a) 100% dos respectivos valores

consolidados apurados, com a escolha do contribuinte pelo prazo de pagamento à vista em cota única; b) 80% de desconto no valor total da multa de infração e da multa e juros de mora, para pagamento em até 12 parcelas mensais e sucessivas; c) 60% do valor total da multa de infração e da multa e juros de mora, para pagamento em até 24 parcelas mensais e sucessivas. d) 40% do valor total da multa de infração e multa e juros de mora, para pagamento em até 60 parcelas mensais e sucessivas. Descontos dos honorários advocatícios no percentual de 50% sobre o valor do débito, já deduzidos os descontos aplicados sobre a multa de infração e multa e juros de mora.

Programa de Incentivo e Empreendimentos e Moradias (Renova Centro); inclui a remissão dos créditos tributários do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, a Taxa de Coleta, Remoção e Destinação de Resíduos Sólidos Domiciliares – TRSD constituídos até a data de adesão ao programa, incidentes sobre o imóvel destinado às obras de edificação, restauração na modalidade *retrofit*, recuperação ou reforma no âmbito do Programa; a isenção do Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis – ITIV na aquisição do imóvel para fins de incorporação e para a primeira cessão de direito mediante contrato de compra e venda com a incorporadora; a isenção do IPTU/TRSD, durante o período da obra nos prazos fixados na Lei e, no caso de imóvel com utilização residencial, pelo prazo de dez anos contados da aquisição do imóvel.

Mediante a criação de um fundo de desenvolvimento regional irrisório para as necessidades estaduais, com claras reverberações nos municípios, a reforma tributária em curso poderá não só coibir futuras flexibilizações de natureza tributária, como as apresentadas pela Prefeitura de Salvador, como impedir determinados arranjos que visem a atração de empresas por incentivos fiscais e tributários. As consequências para as economias nordestinas poderão ser mais amplas que a capacidade de entendimento das distintas realidades socioeconômicas dos municípios brasileiros, bem como de seus estágios de desenvolvimento. Não será fácil adaptar a realidade municipal no contexto do seu processo de desenvolvimento e os desequilíbrios regionais existentes no Brasil a nenhum tipo de reforma.

2.10 Índice de Qualidade Mercadológica para Negócios

O estudo das melhores cidades para fazer negócios é produzido anualmente pela UbanSystems (2023b) em parceria com a Revista Exame. O objetivo do estudo é sinalizar para as cidades brasileiras mais atrativas para desenvolvimento de negócios empresariais. Para tanto,

o estudo é segmentado em sete dimensões, quais sejam, saúde, educação, mercado imobiliário, serviços, comércio, indústria e agropecuária.

O ranking das melhores cidades para fazer negócio é calculado através da metodologia intitulada análise estatística IQM (Índice de Qualidade Mercadológico). O objetivo do índice mercadológico é servir de referência para qualificação de um determinado mercado, sintetizando uma gama de informações, populacionais, comerciais, urbanísticas, econômicas e de infraestrutura.

O cálculo do índice de qualidade mercadológico permite que se parta de valores específicos de cada informação que variam de natureza, complexidade e unidade de medida, para se chegar em valores ponderados que podem ser analisados em uma mesma sentença matemática. Basicamente, o índice é construído a fim de hierarquizar as melhores áreas para se fazer investimentos produtivos.

Os indicadores utilizados para construção do IQM referem-se a pontos que impactam o desenvolvimento dos setores e estão em sua maioria relacionados a questões como: evolução do setor, oferta concorrente, demanda ou crescimento da demanda e infraestrutura complementar. O presente estudo levou em consideração os municípios acima de 100 mil habitantes com base no Censo Demográfico 2022, totalizando 319 cidades e uma população de 115 milhões de pessoas.

Analisando especificamente o desempenho da cidade de Salvador no IQM na edição 2023, a cidade se destacou entre as 319 analisadas em 4 dimensões, quais sejam, saúde, educação, mercado imobiliário e serviços.

As principais bases de dados utilizadas para o cálculo do indicador são: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), Censo demográfico, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), INFRAERO, Ministério da Economia (entre 2019 e 2022), DATASUS.

O melhor resultado obtido pelo município de Salvador foi no setor de saúde, alcançando a primeira posição no IQM, desbancando grandes capitais como São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília. Alguns pontos positivos foram detectados pelo índice: a cidade de Salvador teve um crescimento de 11,8% no número de estabelecimentos de saúde, a cidade já conta com prontuário eletrônico, tem o primeiro projeto de parceria público privado para gestão hospitalar, a exemplo do hospital do subúrbio. O indicador também apontou algumas fragilidades: baixa cobertura de plano de saúde, cobrindo apenas 34% da população, o número de oferta de médicos é intermediário, 401 médicos para 100 mil habitantes e o investimento per capita baixo, R\$ 813

por habitantes. Ademais, Salvador conta com baixa quantidade de leitos no setor privado, 37 a cada 100 mil habitantes.

Outra dimensão que Salvador apresentou excelente resultado foi no setor de educação, alcançando a terceira posição no IQM, ficando atrás somente de São Paulo que registrou a primeira posição e Rio de Janeiro na segunda posição. Salvador ganhou oitenta e nove posições em relação ao estudo realizado em 2022. Salvador apresentou resultados interessantes como: detém 1,04% de todas as matrículas do ensino básico e 2,22% de todas as matrículas do ensino superior do país. Ademais, obteve crescimento expressivo nas matrículas em todos os níveis, com destaque para um aumento de 12,75% da matrícula básica privada, 13,9% das matrículas do ensino superior, 5,87% da matrícula do ensino superior privada.

No que concerne a dimensão relativo ao mercado imobiliário, Salvador é a sétima cidade melhor para se fazer negócio. Chama atenção em 2021 que a cidade gerou 2,1 mil novos empregos na construção civil, apresentando expansão na construção de imóveis residenciais tanto para população de baixa renda como de classe média alta, ou seja, empreendimentos de luxo. O setor da construção civil registrou crescimento de 9,6% no número de empresas e conta com projeções de demanda de 64 mil domicílios para os próximos 5 anos. O estudo chama atenção para o intenso crescimento do mercado de imóveis compactados, os chamados *smart* imóveis. Somente em 2022, o setor cresceu 40% e com expectativa de ampliar ainda mais nos próximos anos.

Não menos importante, no setor de serviços a cidade alcançou a décima quarta posição no IQM (e segundo lugar em toda a região Nordeste. Atrás de Recife, porque o IQM destaca a interconexão dos serviços estabelecidos entre o Porto de Salvador e a economia de serviços locais. No caso de Recife essa relação com o Porto de Suape acaba estimulando alguns serviços logísticos em nível ligeiramente superior ao registrado em Salvador). Especificamente, o mercado soteropolitano se beneficiou dos empregos gerados no setor de saúde no ano de 2021 e no retorno da demanda turística em 2022.

O IQM de Salvador poderia ser ainda maior se o processo de desindustrialização que acometeu o estado da Bahia, com reverberações também na capital, estivesse mais controlado ou revertido. Importante salientar que mesmo não sendo um polo industrial, Salvador reúne vantagens competitivas para estimular algumas cadeias industriais e outras de serviços a partir das chamadas aglomerações produtivas, como será demonstrado na próxima seção.

3. VETORES QUE PODEM ACELERAR O CRESCIMENTO ECONÔMICO E PROMOVER ALTERAÇÕES NA ESTRUTURA PRODUTIVA DE SALVADOR

Conforme demonstrado até o momento, os desafios para a uma reativação da economia de Salvador passam necessariamente por uma mudança estrutural da sua matriz produtiva, a partir da qual, setores mais dinâmicos aumentem as suas participações, à medida em que os mais tradicionais percam espaço em proporção ao PIB municipal. Parece claro que o aumento de participação da administração pública, bem como dos setores de intermediação comercial e imobiliária expressou, ao longo dos anos, uma perda de participação tanto do setor industrial, como demonstrado na seção anterior, como uma dificuldade de atração de segmentos mais empresariais, capazes de acelerar a geração de emprego e renda para a capital baiana.

Não será fácil vencer os desafios para uma retomada do crescimento econômico, nem tão pouco resolver o problema da pobreza que acelerou bastante ao longo dos últimos 10 anos. Segundo a Síntese de Indicadores Sociais – SIS (IBGE, 2023c), em 2022, 50,5% da população baiana, o que equivalia a aproximadamente 7,6 milhões de pessoas, estavam abaixo da linha de pobreza, com renda domiciliar per capita abaixo de R\$ 637,00 por mês e 1,8 milhão de baianos estavam na linha da pobreza extrema (maior número entre todos os estados do Brasil), com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 200,00 por mês. Trazendo esses números para Salvador, 36,9% da população soteropolitana se encontrava em 2022 abaixo da linha da pobreza, o que significava que aproximadamente 1,1 milhão de soteropolitanos vivendo com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 637,00 e, desses, 289 mil pessoas, se encontravam na linha da pobreza extrema (9,9% da população do município). Com isso, Salvador possuía nesse período, o segundo maior índice de pobreza extrema entre todas as capitais brasileiras.

Por isso, esperar que a inércia, bem como que a retomada do crescimento a partir dos seus setores produtivos atuais produza os efeitos necessários para reverter o quadro do baixo crescimento, bem como para gerar emprego e renda que ajudem a melhorar os indicadores sociais, não trará os resultados esperados pelo planejamento municipal. Será necessário reverter essa lógica atual, bem como oportunizar alguns investimentos que estão em curso para a Bahia e que poderão requalificar a economia de Salvador. Na seção 4 serão apresentados quais são esses investimentos e como eles criam expectativas positivas para a economia soteropolitana para os anos de 2023 a 2030.

Nesta terceira seção serão apresentados os vetores que poderão acelerar o crescimento econômico de Salvador, a partir da perspectiva de geração de economias de aglomeração na capital baiana. É importante esclarecer que essa perspectiva da geração de aglomerações

produtivas complementa a proposta apresentada por Pessoti *et al* (2021) que de forma enfática apresentaram os caminhos necessários para uma mudança estrutural da matriz produtiva de Salvador, que permitisse um modelo "mais autônomo" de crescimento econômico para década de 2021-2030.

Isto é, todas as premissas do estudo proposto por Pessoti *et al* (2021) continuam válidas e condicionarão o ritmo em que as transformações econômicas serão processadas para acelerar o crescimento da economia soteropolitana, à medida em que setores mais dinâmicos deverão aumentar sua participação na composição do PIB de Salvador ao longo dos anos vindouros da década atual. Esse crescimento será efetivado pelo capital privado, a partir de induções planejadas e realizadas de forma majoritária pela administração pública municipal.

Assim, utilizando uma nova metodologia desenvolvida por essa equipe de pesquisadores, será possível acelerar o ritmo dessas transformações estruturais a partir de vetores que uma vez induzidos pelo Estado (nesse caso a administração pública municipal), poderão gerar aglomerações produtivas capazes de adensar o número de empresas/atividades que poderão aumentar o ritmo de crescimento da economia soteropolitana nos próximos anos. A partir dos vetores portadores de um novo futuro para Salvador, propostos por Pessoti *et al* (2021) e, agora associados à metodologia de aglomerações produtivas, é possível afirmar que Salvador possui vantagens comparativas e competitivas para a formação de aglomerações produtivas em três atividades principais: na economia do mar, na economia da tecnologia de cidades inteligentes e no complexo industrial da saúde. A ideia desta seção é fazer incursões setoriais a partir de uma perspectiva das economias de aglomerações.

A literatura sobre desenvolvimento regional, preconiza que quando diversas empresas concentram suas atividades econômicas em uma determinada região, esse movimento é denominado de economia de aglomeração. A finalidade dessa ação é obter algum tipo de vantagem que não seria possível obter isoladamente. Assim sendo, a economia de aglomeração pode promover a dinâmica produtiva das firmas e ainda gerar desenvolvimento local.

A economia de aglomeração pode ser entendida como um agrupamento de várias firmas em uma única região geográfica, provocando uma aglomeração da produção. Essas empresas não necessariamente precisam pertencer ao mesmo setor econômico. Contudo, o ideal é que elas tenham correlação entre si. Esse arranjo geraria aquilo que é chamado de economia de escala (aumento de produção, de produtividade e redução de custos). Essa concentração geográfica de empresas também pode ocorrer entre aquelas que prestam serviços, gerando então uma aglomeração de serviços (MENDES JÚNIOR, 2022). A propósito, essa é uma tendência

que vem se consolidando no mundo moderno, particularmente nos complexos industriais da saúde, cidades inteligentes e na economia do mar.

3.1 Economia do Mar: desafios e possibilidades para Salvador

A Economia do Mar é um conceito desenvolvido para se referir ao uso sustentável dos recursos proporcionados pelos oceanos. Assim, as regiões podem promover o desenvolvimento econômico a partir do seu uso, mas sem prejudicar o ecossistema. A economia marítima é encarada como uma possibilidade de aproveitar todos os benefícios gerados pelos oceanos, transformando essas alternativas em vantagens econômicas, mas sem renunciar à preservação desse ecossistema tão importante (CARVALHO, 2018). Portanto, a sustentabilidade dos oceanos deve ser tão prioritária quanto o crescimento econômico e os princípios de equidade e inclusão social.

A Economia do Mar é também uma forma de promover a criação de empregos e riquezas, mas também a preservação dos espaços aquáticos e marinhos. Trata-se de uma tendência bastante forte e presente em setores como a pesca, o turismo, o transporte marítimo, a logística verde etc. Em razão de sua complexidade e a diversidade de segmentos que a integram, um consenso ainda é difícil no que tange a conceituação da Economia do Mar, marítima ou oceânica. Segundo a OCDE (2016), a Economia do Mar pode ser entendida como o somatório das atividades econômicas (industriais, comerciais, de pesquisa científica e tecnológica, governamentais etc.) que possuem o ambiente aquático como pilar ou interesse, juntamente com os ativos econômicos, bens e serviços pertencentes aos respectivos ecossistemas.

De maneira mais ampla, Economia do Mar inclui as atividades tradicionais como a pesca, a aquicultura e as indústrias de processamento; a extração de petróleo e gás *offshore*; o transporte marítimo de carga e de passageiros; as instalações portuárias e a logística; as infraestruturas e obras marítimas; a construção naval e reparação; a fabricação de estruturas marítimas; o turismo de cruzeiros, o turismo costeiro, a náutica de recreio. Inclui também as atividades emergentes como as energias renováveis do oceano (eólica, ondas e marés); a biotecnologia marinha (biocombustíveis, recursos genéticos, farmacêuticos); a mineração em águas profundas; a defesa das áreas marítimas. O Quadro 01 a seguir classifica as atividades correlatas da economia marítima conforme a Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE).

Quadro 01 – Setores de Atividades da economia do mar brasileira – Dimensão Marinha⁹

Seção	Classe	Código CNAE
A – Agricultura, Pecuária, Produção florestal, Pesca e aquicultura	Pesca em água salgada	3116
	Aquicultura em água salgada e salobra	3213
B – Indústrias Extrativas	Extração de petróleo e gás natural	6000
	Extração e refino de sal marinho e sal-gema	8924
	Extração de gemas (pedras preciosas e semipreciosas)	8932
	Atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural	9106
	Atividades de apoio à extração de minerais, exceto petróleo e gás natural	9904
C – Indústrias de transformação	Preservação do pescado e fabricação de produtos do pescado	10201
	Fabricação de máquinas e equipamentos para a prospecção e extração de petróleo	28518
	Construção de embarcações e estruturas flutuantes	30113
	Construção de embarcações para esporte e lazer	30121
	Fabricação de artefatos para pesca e esporte	32302
	Manutenção e reparação de embarcações	33171
F – Construção	Incorporação de empreendimentos imobiliários	41107
	Obras portuárias, marítimas e fluviais	42910
G – Comércio, Reparação de veículos automotores e Motocicletas	Comércio atacadista de carnes, produtos da carne e pescado	46346
	Comércio varejista de carnes e pescados – açougues e peixarias	47229
H – Transporte, Armazenagem e Correio	Trens turísticos, teleféricos e similares	49507
	Transporte marítimo de cabotagem	50114

⁹ Para o escopo dimensão marinha, foram selecionadas quarenta classes de atividades econômicas agrupadas em doze seções definidas de acordo com a Classificação Nacional das Atividades Econômicas 2.0. A dimensão marinha compreende as atividades que possuem ligação direta com o mar, constituindo-se a categoria mais importante da economia do mar brasileira.

	Transporte marítimo de longo curso	50122
	Navegação de apoio	50301
	Transporte por navegação de travessia	50912
	Transportes aquaviários não especificados anteriormente	50998
	Gestão de portos e terminais	52311
	Atividades de agenciamento marítimo	52320
	Atividades auxiliares dos transportes aquaviários não especificadas anteriormente	52397
I – Alojamento e Alimentação	Hotéis e similares	55108
	Outros tipos de alojamento não especificados anteriormente	55906
	Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas	56112
	Serviços ambulantes de alimentação	56121
L – Atividades Imobiliárias	Atividades imobiliárias de imóveis próprios	68102
	Intermediação na compra, venda e aluguel de imóveis	68218
N – Atividades Administrativas e Serviços Complementares	Aluguel de equipamentos recreativos e esportivos	77217
	Agências de viagens	79112
	Operadores turísticos	79121
	Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente	79902
O – Administração Pública, Defesa e Segurança Social	Defesa	84221
R – Artes, Cultura, Esporte e Recreação	Gestão de instalações de esportes	93115
	Clubes sociais, esportivos e similares	93123
	Atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente	93298

Fonte: Adaptado de Carvalho (2018)

O estado da Bahia, abriga a Baía de Todos os Santos (BTS) que é uma reentrância da costa litorânea brasileira. Estende-se por 1.233 Km², com profundidade média de 9,8 metros,

chegando até 70 metros, com visibilidade de mergulho entre 10 e 20 metros. É a maior baía do Brasil e a segunda maior do mundo (LANDIM, 2009). Em 2014, recebeu da Marinha do Brasil o título de capital da Amazônia Azul. Nela estão incluídas as águas da baía e suas ilhas. Abrange os municípios de Cachoeira, Candeias, Itaparica, Jaguaripe, Madre de Deus, Maragogipe, Salinas da Margarida, Salvador, Santo Amaro, São Francisco do Conde, Saubara, Simões Filho e Vera Cruz.

Neste sentido, o município de Salvador apresenta vantagens competitivas por estar situada na maior costa do Brasil e estar também localizado na Baía de Todos os Santos e ter acesso livre ao oceano Atlântico, o que possibilita a criação de diversas espécies marinhas e de água doce. Esta subseção visa responder a duas perguntas, quais sejam: 1) quais as possibilidades e desafios para o desenvolvimento econômico da cidade de Salvador oriundas da Economia do Mar? 2) Quais setores ou atividades podem ser induzidas a fim de formar economias de aglomeração, e por conseguinte, fomentar o desenvolvimento local?

Dados da Prefeitura Municipal de Salvador (2023b), indicam que a economia náutica pode representar até 5% do PIB da Bahia. No Brasil, estima-se que mais de US\$ 1 bilhão de dólares são movimentados pela cadeia do mar, a qual apresentou um crescimento de 25% em termos nacionais entre 2020 e 2021 (PMS, 2023b). Conforme informações do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE, 2022), através da RAIS, o emprego formal, em 2021, das atividades correlatas da Economia do Mar¹⁰ registrou, em Salvador, 5,5% do total de estoque celetista do município. Portanto, isso significa que aproximadamente 40,9 mil trabalhadores de Salvador estavam ligados diretamente ao ecossistema marítimo nesse período. Os dados relatados ratificam para a potencialidade do setor aqui mencionado e suas características denotam para um momento de ascensão deste segmento na capital baiana. Sendo assim é importante ressaltar as vantagens comparativas de Salvador, no sentido de existirem fatores que devem ser aproveitados para que este vetor evolua ainda mais e, aliado a outras vertentes, possa promover uma nova dinâmica para a economia soteropolitana.

Salvador conta com uma demanda significativa por produtos da aquicultura, tanto para consumo interno quanto para exportação. A cidade é conhecida por suas tradições culinárias e frutos do mar que são muito apreciados pelos moradores e turistas. No entanto, Salvador importa cerca de 70% do que é consumido internamente, em sua maioria o pescado consumido na cidade vem dos estados de Santa Catarina e do Pará (Peixe BR, 2023). Neste contexto, existem condições naturais para internalizar parte do que é comprado em outros estados e fortalecimento

¹⁰ As estatísticas foram geradas pela RAIS com base no Quadro 01 que identifica as atividades envoltórias a economia marítima diretamente relacionadas a atividade da dimensão marinha.

da produção local de maneira sustentável. A atividade é considerada pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) como sendo de baixo impacto e, por isso, facilita o licenciamento ambiental para empreendimentos no ramo.

Outro vetor de desenvolvimento relacionado ao mar é o turismo náutico. A orla de Salvador e as ilhas a seu entorno têm cerca de 105 km de extensão. Essa vantagem possibilita Salvador, adensar o ecossistema do turismo da cidade que já é um vetor consolidado, porém com necessidade de ter sua cadeia produtiva reforçada. O Turismo Náutico é caracterizado pelo contato com a água salgada ou doce e que está ligado à navegação, à prática de esportes aquáticos ou outras atividades realizadas na água. Outra característica importante é que, diferente de outros meios de transporte, as embarcações são os principais atrativos do turismo náutico, já que elas oferecem lazer e entretenimento, em vez de apenas deslocamento. Esse segmento aparece como tendência para o fortalecimento do turismo no país, em especial na retomada das atividades no pós-pandemia, se constitui no próprio atrativo motivador do deslocamento, ao mesmo tempo em que é utilizado como meio de transporte turístico.

Não menos importante, o turismo de pesca esportiva vem sendo impulsionado no cenário do turismo nacional, pois além de movimentar a economia, tem trazido benefícios como o estímulo à pesca sustentável e a conscientização dos pescadores amadores. Turismo de pesca é definido pelo movimento de pessoas em busca da pesca por lazer. Nessa prática, o pescador realiza pesca recreativa, devolvendo os peixes para o meio ambiente após a fígada. O turismo de pesca envolve um conjunto de ofertas de equipamentos, produtos e serviços, tais como operação e agenciamento turístico, serviços de transporte, meios de hospedagem, serviços de alimentação, recepção e condução, eventos e material para pesca, entre outras atividades complementares que existam em função do setor. No caso especial da cidade de Salvador, essa atividade quando estimulada pode gerar significativos fluxos turísticos e, consequentemente, trazer benefícios econômicos para o município.

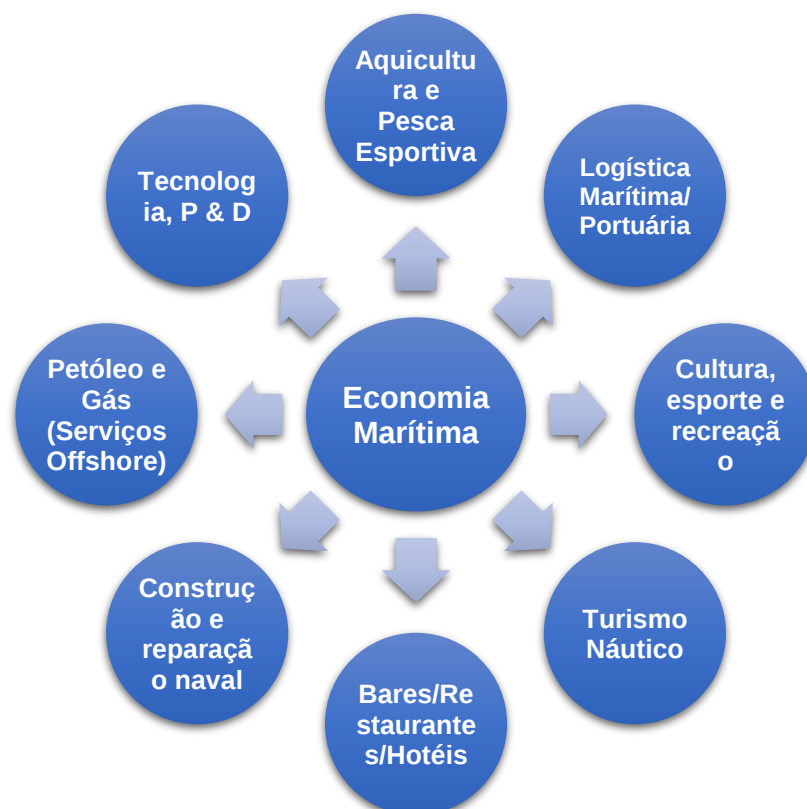
Em relação a atividade portuária, o Porto de Salvador tem localização estratégica, está localizado na Baía de Todos os Santos, entre a Ponta do Monte Serrat, ao norte, e a ponta de Santo Antônio, ao sul. O acesso marítimo acontece por meio de dois canais de acesso. O primeiro, denominado Canal de Dentro, com profundidade mínima de 8m, fica ao lado da cidade (LANDIM,2009). O segundo, denominado Canal de Fora, com profundidade variando de 13 a 55 metros, situa-se ao lado da Ilha de Itaparica. Os canais permitem o tráfego dos navios em dupla via. O acesso rodoviário é feito via BR-324, em pista dupla de Salvador a Feira de Santana, conectando com as BR-101, BR-110 e BR-116.

Atualmente o Porto de Salvador desempenha um papel decisivo para a economia baiana, se destacando na movimentação de contêineres, cargas gerais, trigo, celulose e frutas, beneficiado, entre outros fatores, por sua posição estratégica em relação ao Continente Europeu e ao Mercosul. Sua área de influência inclui, além da Bahia, o norte de Minas Gerais, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. É um dos maiores portos exportadores de frutas do Brasil, com expressiva participação no comércio exterior baiano. É também um dos principais destinos das rotas de cruzeiros marítimos do litoral brasileiro. No entanto, o porto de Salvador carece ainda de aumentar sua competitividade frente aos portos localizados na região nordeste. Um dos entraves é a falta de investimento logístico, principalmente o ferroviário que possibilite conectar o município aos centros dinâmicos do estado, a exemplo da região oeste da Bahia e o vale do São Francisco. O principal problema hoje é fazer com que a carga chegue ao porto de Salvador.

A partir das caracterizações de atividades relacionadas com a Economia do Mar e seu respectivo panorama que envolve Salvador e o tema da economia náutica, a Figura 07 demonstra as diversas atividades sistêmicas que estão ligadas a cadeia produtiva da economia marítima. Esse diagrama é de fundamental importância pensando na lógica da economia de aglomeração, com empresas da mesma cadeia formando *clusters*¹¹ e ampliando assim a dinâmica econômica não só do setor, mas também do sistema produtivo de uma forma geral.

¹¹ Os clusters estão associados à flexibilidade e concentração geográfica de pequenas e médias empresas, incrementando a competitividade e incentivando a inovação.

Figura 07 – Atividades sistêmicas relacionadas com a Economia do Mar



Fonte: Elaboração Própria

Embora existam alguns desafios a serem superados, o município de Salvador vem atuando de maneira proativa afim de alavancar o ecossistema do mar e algumas ações já estão em curso, podendo trazer benefícios no médio prazo para a economia soteropolitana. Um dos exemplos dessas atuações é a inédita realização do Salão Náutico Salvador com *Grand Pavois*¹². Com apoio institucional da Prefeitura de Salvador, esse evento reuniu cerca de 30 estandes sobre negócios relativos aos produtos náuticos e, também importantes instituições públicas e privadas, como o SEBRAE, a Prefeitura de Salvador, o SENAI-CIMATEC (MAR), o Yatch Clube da Bahia e dentre outros. Entre fóruns, palestras e expositores além de pesquisadores, empresários do setor, velejadores e interessados pela Economia do Mar, o referido evento simboliza uma fundamental ação pública para a promoção e desenvolvimento do turismo, da economia náutica e de sua cadeia como um todo.

No Salão Náutico foi assinado um Protocolo de intenções entre a prefeitura de Salvador e a Universidade Federal da Bahia (UFBA). Essa parceria visa a implantação de um projeto

¹² O Grand Pavois foi criado há 50 anos na França. É um dos maiores eventos do setor náutico do mundo e aconteceu pela primeira vez na América Latina. Além de exposição de embarcações e equipamentos, o Grand Pavois trouxe conteúdos sobre a arqueologia subaquática, trilhas interpretativas com histórias da Baía de Todos-os-Santos, além de pavilhões destinados a diferentes temas do universo náutico, desde destinos com potenciais turísticos até gastronomia.

denominado “Archemar – Salvador” e prevê a criação de um Centro de Pesquisa e Referência em Arqueologia e Etnografia do Mar (CRMAR) e do Museu Aberto da Baía-de-Todos os Santos (MABaía). Tal iniciativa busca potencializar a questão arqueológica marítima e subaquática da Baía de Todos-os-Santos. (CORREIO, 2023)

Em outubro de 2023 foi inaugurado pela Prefeitura de Salvador um projeto inovador e pioneiro no Brasil, o SAC Náutico. Esse órgão busca maior integração entre todos os processos relacionados com a atividade marítima. Dessa forma, o intuito é a redução do entrave burocrático e a consequente otimização dos procedimentos que tangem a esfera pública relacionados a atividade náutica. Portanto, a estratégia do ente municipal é pautada na busca pela agilidade no atendimento de condutores e embarcações e na regulamentação de documentações permitindo assim a realização de negócios e uma fiscalização mais apropriada. (BAHIA NOTÍCIAS, 2023).

Outra iniciativa de extrema importância para o desenvolvimento da economia soteropolitana e o segmento da Economia do Mar, trata da abertura de uma nova unidade do SENAI, o SENAI CIMATEC Mar¹³. Esse campus é projetado para dar suporte em atividades e pesquisas marítimas industriais e comerciais. Suas áreas de atuação permearão a sustentabilidade ambiental, engenharia submarina, tecnologia de portos, energias oceânicas, Amazônia Azul e Desenvolvimento Náutico e Naval (SENAI, 2023).

As iniciativas supramencionadas reforçam o fomento e o incentivo municipal e público-privado existentes para o aproveitamento das potencialidades relacionadas ao segmento marítimo em Salvador. Esse setor, como foi mencionado inicialmente, tem um potencial relevante no sentido de novas alternativas para uma retomada do crescimento econômico de Salvador e consequentemente uma dinâmica produtiva que, aliado a outros vetores, possam provocar uma melhoria na geração de emprego e renda e a respectiva melhoria na qualidade de vida dos soteropolitanos. Melhor do que isso, as atividades ligadas à economia do mar encontrarão muitas vantagens competitivas e comparativas para uma aglomeração produtiva em Salvador. Com um cluster ligado à Economia do Mar, certamente as oportunidades de geração de renda e emprego serão muito maiores que os projetados no estudo, tomando por base as atividades ligadas à Economia do Mar. Certamente, um vetor indutor de emprego com muita capacidade de aproveitar vocações regionais e locais e reduzir o desemprego estrutural da capital baiana.

¹³ A unidade está prevista para início das operações em 2025. O campus, que estará sediado na Baía de Todos-os-Santos, contará com uma área de operações no porto de Salvador, uma embarcação de pesquisa e duas áreas demarcadas para a implantação de estações científicas de testes subaquáticos.

3.2 A Transformação Urbana e Social de Salvador, através do conceito de *Smart City* (Cidade Inteligente)

De acordo com os dados do Censo Demográfico (IBGE, 2023a), Salvador registrou uma densidade demográfica de 3.486,49 hab. por Km² no ano de 2022. Isto representa uma alta taxa de habitantes por Km² que em conjunto com a urbanização de 100% do território criam uma necessidade de atenção por parte do poder público no que se refere a ocupação desordenada de pessoas e atividades em solo soteropolitano.

Nessa perspectiva, as cidades passam a ser concebidas como espaços geoeconômicos críticos para o acesso aos fluxos globais de conhecimento, às redes transnacionais para a geração de riqueza e criação de valor, por meio de ecossistemas institucionais técnico-científicos públicos, privados e de arquiteturas empresariais propícias ao fomento de soluções inovadoras e inclusivas (WEISS *et. al.*, 2015). Desse modo, através da concepção das cidades inteligentes (*Smartcities*), forma-se uma nova estratégia do ponto de vista da gestão pública para o enfrentamento desses desafios de organização e competitividade do ambiente urbano.

O conceito de cidade inteligente é muito abrangente e pode contemplar desde um município que instaura sensores de Internet das Coisas (IOT) conectado nas ruas para monitoramento em tempo real, bem como cidades que possam priorizar uma política de desenvolvimento sustentável como por exemplo a busca por meios de transportes públicos alternativos à gasolina. De forma objetiva, pode-se entender a definição de *Smartcity* como um local onde vivem governos e cidades mais inteligentes, em que a tecnologia se trata apenas de um instrumento de governança. Essa discussão inicia-se justamente na época da denominada transformação digital¹⁴, momento esse que tudo está em mudança: vida cotidiana, negócios, organizações públicas e privadas, dinâmicas e territórios. O Quadro 02 faz um apanhado conceitual sobre as cidades inteligentes, com base em vasta literatura internacional.

Quadro 02 – Conceitos de Cidade Inteligente

Autor	Definição
Hall et al. (2000)	São aquelas que monitoram e integram as condições de operações de todas as infraestruturas críticas da cidade, atuando de forma preventiva para a continuidade de suas atividades fundamentais.

¹⁴ Transformação digital é o fenômeno histórico de mudança cultural provocada pelo uso disseminado das tecnologias de informação e comunicação (TICs) nas práticas sociais, ambientais, políticas e econômicas. A transformação digital provoca uma grande mudança cultural, inédita, rápida e difícil de entender na sua totalidade. Afeta mentalidades e comportamentos nas organizações, governos, empresas e na sociedade de forma geral.

Kanter & Litow (2009)	São aquelas capazes de conectar de forma inovadora as infraestruturas físicas e de TICs, eficiente e eficazmente, convergindo os aspectos organizacionais, normativos, sociais e tecnológicos a fim de melhorar as condições de sustentabilidade e de qualidade vida da população
Toppeta (2010)	São aquelas que combinam as facilidades das TICs e da Web 2.0 com os esforços organizacionais, de design e planejamento, para desmaterializar e acelerar os processos burocráticos, ajudando a identificar e implementar soluções inovadoras para o gerenciamento da complexidade das cidades
Giffinger & Gudrun (2010)	São aquelas que bem realizam a visão de futuro em várias vertentes – economia, pessoas, governança, mobilidade, meio ambiente e qualidade de vida – e são construídas sobre a combinação inteligente de atitudes decisivas, independentes e conscientes dos atores que nelas atuam.
Washburn & Sindhu (2010)	São aquelas que usam tecnologias de smart computing para tornar os componentes das infraestruturas e serviços críticos – os quais incluem a administração da cidade, educação, assistência à saúde, segurança pública, edifícios, transportes e utilities – mais inteligentes, interconectados e eficientes.
Dutta (2011)	São aquelas que têm foco em um modelo particularizado, com visão moderna do desenvolvimento urbano e que reconhecem a crescente importância das tecnologias da informação e comunicação no direcionamento da competitividade econômica, sustentabilidade ambiental e qualidade de vida geral; esse conceito vai além dos aspectos puramente técnicos que caracterizam as cidades como cidades digitais.
Harrison & Donnelly (2011)	São aquelas que fazem uso sistemático das TICs para promover a eficiência no planejamento, execução e manutenção dos serviços e infraestruturas urbanos, no melhor interesse dos atores que atuam nestas cidades.
Nam & Pardo (2011a)	São aquelas que têm por objetivo a melhoria na qualidade dos serviços aos cidadãos e que o estabelecimento de sistemas integrados baseados em TICs não é um fim em si, mas mecanismos por meio dos quais os serviços são fornecidos e as informações são compartilhadas.

Fonte: Adaptado de Weiss et al. (2015)

Conforme é possível observar no quadro 02 e nos vários significados abordados, não há um consenso sobre a definição de uma cidade inteligente, porém o que se pode extrair desta ilustração são algumas palavras-chaves que aparecem em quase todas as concepções. Conectividade, integração, inovação, são pontos fundamentais para entender o conceito que está por trás do termo *Smartcity*. Compreender essa teoria é de extrema importância no sentido do desenvolvimento e consolidação de Salvador como uma cidade inteligente e integrada às novas transformações do mundo moderno.

Essa indefinição em relação ao que representa uma cidade inteligente, foi destacada no âmbito nacional. Em 2021 foi lançada uma Carta Brasileira para Cidades Inteligentes com liderança do Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR e uma das principais intenções do

documento foi uniformizar o conceito de cidade inteligente, levando em consideração a diversidade e complexidade dos municípios brasileiros. Portanto segundo essa Carta, as cidades inteligentes devem ser definidas como:

Comprometidas com o desenvolvimento urbano e a transformação digital sustentáveis, em seus aspectos econômico, ambiental e sociocultural que atuam de forma planejada, inovadora, inclusiva e em rede, promovem o letramento digital, a governança e a gestão colaborativas e utilizam tecnologias para solucionar problemas concretos, criar oportunidades, oferecer serviços com eficiência, reduzir desigualdades, aumentar a resiliência e melhorar a qualidade de vida de todas as pessoas, garantindo o uso seguro e responsável de dados e das tecnologias da informação e comunicação. (MDR, 2021, p. 28)

De acordo com o Ranking *Connected SmartCities*¹⁵, Salvador está entre as 10 cidades mais conectadas e inteligentes do país (9ª posição), e a mais bem situada na esfera regional (1º lugar no Nordeste). Entre as cidades brasileiras com mais de 500 mil habitantes, a capital do estado se encontra na 5ª posição (UrbanSystems, 2023a). Tais dados ratificam para a qualidade das políticas municipais desenvolvidas que ao longo dos últimos dez anos transformaram Salvador em uma cidade inteligente, assim como destacam vantagens locais comparadas a outras capitais do país, possibilitando a prospecção de serviços cada vez mais integrados e de alta performance tecnológica na capital baiana. Nesse sentido, a presente subseção visa responder as seguintes indagações: 1) como consolidar Salvador na perspectiva de uma Cidade Inteligente e quais práticas já desenvolvidas no município podem colaborar com outras atividades em prol de uma nova dinâmica para a economia soteropolitana? 2) Qual a importância de Salvador se tornar uma cidade inteligente, na perspectiva dos serviços de alto grau tecnológico?

O desenvolvimento urbano e sustentável é um grande desafio para as grandes cidades brasileiras. Com o município de Salvador não é diferente. Neste sentido o governo municipal desde a gestão ACM Neto até a atual do prefeito Bruno Reis vem executando diversas medidas e ações em prol desta causa. Iniciativas essas que estão totalmente interligadas no intuito de capacitar Salvador no direcionamento de uma cidade inteligente e com isso utilizando-se da transformação digital e unindo forças para sair da limitada dinâmica econômica, investir em novos vetores de atividades que podem potencializar a atratividade e formação de diversas cadeias produtivas.

Nos últimos anos, a Prefeitura Municipal de Salvador idealizou diversas iniciativas a fim de promover o município ao status de uma *SmartCity*. O principal foco foi construir uma

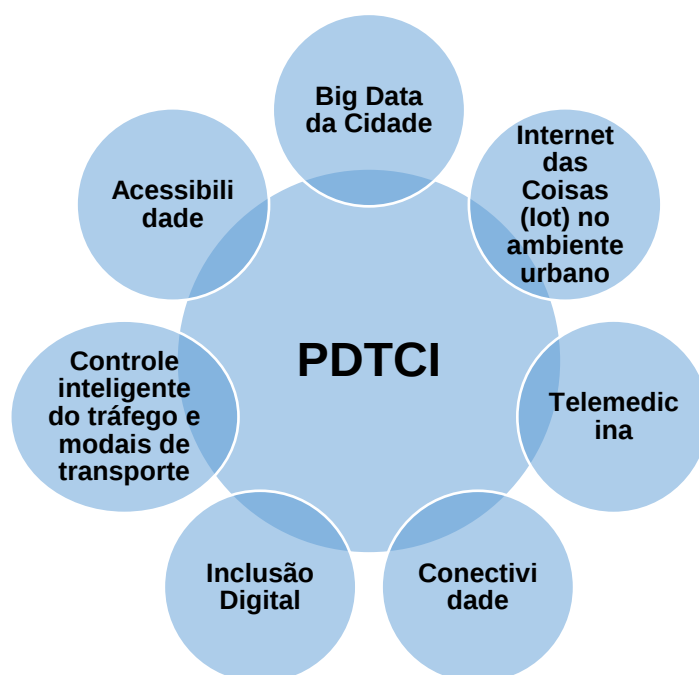
¹⁵ Feito com o objetivo de mapear as cidades com maior potencial de desenvolvimento no Brasil através de indicadores que retratam inteligência, conexão e sustentabilidade, o Ranking é composto por indicadores de 11 principais setores: Mobilidade, Urbanismo, Meio ambiente, Energia, Tecnologia e Inovação, Economia, Educação, Saúde, Segurança, Empreendedorismo e Governança.

rede de conectividade urbana mais eficiente sob a ótica da gestão pública. O Plano Salvador 360, é um dos pilares iniciais no direcionamento de uma Cidade Inteligente, mais sustentável e resiliente. Na Gestão de ACM Neto existiram diversas medidas que convergiram para o conceito aqui debatido, como por exemplo: O Fala-Salvador; Wi-Fi Público; Estacionamento Cidadão (Zona Azul Digital); Calendário de eventos sobre inovação; o Hub Salvador (um dos melhores centros tecnológicos do país) e entre outras atividades que contribuem para que Salvador esteja cada vez mais interconectada e com uma infraestrutura tecnológica de grandes proporções.

Seguindo uma linha muito próxima da Carta Brasileira para Cidades Inteligentes, foi lançado, em 2022, o Plano Diretor de Tecnologias da Cidade Inteligente (PDTCI)¹⁶ pela Prefeitura de Salvador, com o intuito de definir as diretrizes que nortearão no decorrer dos próximos 30 anos a concepção de Salvador como uma cidade inteligente. O PDTCI estabelece objetivos, metas e iniciativas no sentido da evolução do município em prol de uma transformação urbana e social que se apoia na transformação digital. Este plano é composto por 75 programas espalhados pelos 50 Objetivos da Cidade Inteligente (OCI). O documento além de possuir uma visão de longo prazo, também apresenta um planejamento estratégico de curto prazo, já que é projetado um valor de R\$ 2,1 bilhões entre investimentos e despesas de custeio dos projetos e ações até o final de 2024 (Prefeitura Municipal de Salvador, 2022).

¹⁶ Iniciado em janeiro de 2020, ainda na gestão ACM Neto, o PDTCI credenciou Salvador como a primeira cidade no mundo a diagnosticar o conjunto de indicadores urbanos estabelecido pelas normas ABNT NBR ISO 37120:2021, ABNT NBR ISO 37122:2020 e ABNT NBR ISO 37123:2021. Essa estratégia possibilita a identificação concisa das demandas, desafios e prioridades da SmartCity.

Figura 08 – Exemplos de Objetivos traçados no Plano Diretor de Tecnologias da Cidade Inteligente



Fonte: PDTCI. Prefeitura Municipal de Salvador (2022). Elaboração própria.

A Figura 08 representa alguns dos 50 objetivos que estão inseridos no PDTCI. Esses objetivos foram selecionados pois se destacam pelo seu alinhamento com alguns tópicos comentados e sugeridos pelo relatório anterior de Pessoti *et al.* (2021) como por exemplo o aspecto da telemedicina, Iot e Big Data. Frente a isto, é notável perceber a importância deste plano diretor que também está totalmente em consonância com alguns arcabouços legais do município, como é o caso do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) – 2016, a Lei Municipal nº 9.534 de 2020 conhecida como a Política Municipal de Inovação, o Plano Salvador 500, dentre outros instrumentos de planejamento que o PDTCI buscou integrar em sua visão.

Projetos como o INFOVIA SALVADOR, a NUVEM URBANA e o Centro de Inteligência Municipal – Observatório Salvador estão previstos pelo Plano Diretor de Tecnologias da Cidade Inteligente. A INFOVIA tem como proposta o fomento a conectividade de alta performance para os órgãos municipais com o intuito de melhorar e otimizar os serviços públicos prestados à população soteropolitana. A NUVEM URBANA vem com a tentativa de reunir recursos computacionais de alto desempenho compartilhados com os órgãos municipais. Já o Observatório é destinado à governança da cidade inteligente, gestão, operação, monitoramento e controle das infraestruturas. Essas iniciativas citadas são fundamentais no sentido de Salvador dar um passo ainda maior para ser uma cidade inteligente e em alinhamento com os conceitos internacionais apresentados no Quadro 02.

Visto isso, é possível conceber que o PDCTI, além das estratégias citadas tanto na gestão passada de ACM Neto e na atual de Bruno Reis possuem uma capacidade de consolidar Salvador como uma referência nos quesitos do desenvolvimento sustentável, tecnológico e social através da afirmação de uma cidade cada vez mais inteligente, por meio da execução das atividades mencionadas anteriormente. Para isto é de fundamental importância um acompanhamento, monitoramento e avaliação do PDCTI.

No campo da infraestrutura e mobilidade urbana, Salvador tem tudo para angariar ainda mais possibilidades de melhorias na área, através de sua consolidação como uma cidade inteligente. O transporte por uma perspectiva de sustentabilidade e conectividade é um dos pilares conceituais no que se refere a *SmartCities*, portanto, com a execução do PDCTI há vários objetivos que estão em alinhamento com essa sustentação e de fundamental importância para o desenvolvimento do município. O Objetivo da ciclomobilidade¹⁷, previsto no PDCTI, é uma intervenção evidente de que a cidade inteligente e o progresso da infraestrutura e mobilidade urbana caminham em direções complementares. Outras ações previstas no plano diretor merecem destaque nessa interseção, como são os exemplos previstos no documento, em que se define como objetivos a gestão inteligente da coleta de resíduos, o controle inteligente do tráfego e modais de transporte e a acessibilidade.

Em relação à economia de aglomeração, o desenvolvimento social e urbano de Salvador sob a ótica conceitual de cidade inteligente permite que o município detenha fatores locacionais, ou seja, vantagens comparativas em relação a boa parte das grandes capitais brasileiras. Desse modo a prefeitura deve se atentar para ações que busquem fomentar a aglomeração ou formação de *clusters* relativos aos serviços diretamente ligados a alta tecnologia como por exemplo *Fintechs* e *Startups*. As empresas demandantes de tecnologia da informação (TI) intensiva possuem uma característica importantíssima que é a geração de empregos com alta especialidade e a consequente agregação de valor na renda originada por essas ocupações. A Figura 09 representa algumas atividades que utilizam de serviços de alta tecnologia e que podem ser mapeadas pela prefeitura a fim de atrair empresas nestes ramos para a capital baiana, dadas suas vantagens competitivas.

¹⁷ Esse objetivo busca otimizar e ampliar, continuamente, a infraestrutura ciclovária, o número de bicicletas públicas ofertadas aos cidadãos e turistas em Salvador, bem como o número de estações de locação e sua distribuição no território urbano, por meio de parcerias que desonerem os cofres públicos, ofertando uma alternativa ao uso de automóveis, contribuindo à qualidade de vida e à minimização dos impactos da Cidade Inteligente ao meio ambiente.

Figura 09 – Exemplos de atividades que envolvem alta tecnologia



Fonte: Elaboração Própria.

Outro elemento que se deve salientar é para a questão da especialização da mão-de-obra. Como foi dito anteriormente, o mercado das empresas relacionadas aos serviços de alta tecnologia busca captar pessoas cada vez mais especializadas e, é nesse sentido que se insere relevantes instituições e centros de tecnologia, pesquisa e desenvolvimento como por exemplo: SENAI/CIMATEC; Parque tecnológico; Núcleo de inovação da tecnológica da UFBA e Centros computacionais de bases de dados (a exemplo da SEI). Desse modo, o governo municipal deve viabilizar convênios/parcerias com instituições engajadas nessas áreas (P&D e capacitação) para que assim possa potencializar as oportunidades geradas. O quadro discutido na seção 1, da baixa escolaridade da maior parte da população economicamente ativa de Salvador precisa ensejar uma política de qualificação tecnológica e esse é um desafio difícil de se transpor se não iniciado imediatamente. A responsabilidade ou o equacionamento desta questão, evidentemente não é apenas do município de Salvador. Mas, para continuar criando vantagens competitivas, Salvador não poderá esperar até que as políticas públicas estaduais resolvam essa situação da baixa escolaridade, que aliás, é secular na Bahia.

Com base nos aspectos relatados nesta presente seção, é nítida a importância da consolidação de Salvador como uma cidade cada vez mais inteligente. Essa transformação urbana e social advinda das políticas de incentivo às *SmartCities* pode promover, aliada a outros vetores, uma dinâmica econômica produtiva gerando externalidades imensamente positivas e possibilitando inverter a lógica atual da economia soteropolitana de baixo dinamismo.

3.3 Economia de Aglomeração e a cadeia da saúde em Salvador

A saúde é um elemento primordial no âmbito da ocupação territorial, já que este setor direciona a organização das redes urbanas e estabelece limites e escalas territoriais, aglomerando assim diferentes atividades e setores sensíveis ao planejamento e implantação de novas políticas de desenvolvimento regional. Além disso, a saúde exerce um papel de liderança no que concerne ao investimento em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), reforçando assim o seu caráter estratégico. Portanto, é importante destacar para sua função de catalisadora de inovações, fator essencial na competitividade da sociedade atual (Gadelha *et. al*, 2012).

O desenvolvimento possui relação intrínseca com a questão da saúde, uma vez que configura “um processo dinâmico e virtuoso que combina, ao mesmo tempo, crescimento econômico, mudanças fundamentais na estrutura produtiva e melhoria do padrão do padrão de vida da população” (VIANA; ELIAS, 2007, p.1766). A conexão entre esses dois conceitos evidencia para a necessidade e importância de se pautar a cadeia produtiva da saúde como um vetor de transformação econômica e social.

Gadelha *et al.* (2003), identificam o setor de saúde como um locus fundamental de desenvolvimento econômico, pois, segundo os autores, a saúde é uma esfera em que a inovação e a acumulação do capital provocam oportunidades de investimento, emprego e renda. A cadeia produtiva da saúde é ampla, e estende-se por um complexo de produção de produtos e serviços em saúde, a qual varia do comércio varejista de produtos farmacêuticos e de higiene, perpassa por hospitais e clínicas, serviços de diagnósticos, serviços de remoção de pacientes até a fabricação de produtos farmoquímicos e medicamentos, conforme exposto no Quadro 3.

Quadro 03 – Atividades econômicas representativas da cadeia produtiva de saúde, CNAE 2.0

Código CNAE 2.0	Atividades Econômicas
21106	Fab. de produtos farmoquímicos
21211	Fab. de medicamentos para uso humano
21238	Fab. de preparações farmacêuticas
32507	Fab. de instrumentos e materiais de uso médico e odontológico
46443	Atac. de produtos farmacêuticos
46451	Atac. Materiais de uso médico, cirúrgico e ortopédico
46460	Comércio atac. Cosméticos, perfumaria e higiene pessoal
47717	Com. Varejista de produtos farmacêuticos

47725	Comércio varejista de cosméticos e produtos de perfumaria
47733	Com. Varejista de artigos médicos e ortopédicos
47741	Com. Varejista de artigos de ótica
65201	Seguros saúde
65502	Planos de saúde
86101	Atividade de atendimento hospitalar
86216	Serviços móveis de atendimento de urgência
86224	Serv. Remoção de pacientes
86305	Ativ. de atenção laboratorial
86402	Ativ. de serviços terapêuticos
86500	Ativ. de profissionais da área de saúde, exceto médico
86607	Ativ. apoio a gestão de saúde
86909	Ativ. Atenção humana
87115	Ativ. de assistência ao idoso e deficiente físico
87123	Ativ. de infraestrutura de apoio a assistência
87204	Ativ. de assistência psicossocial
87301	Ativ. de assistência social prestadas a residência
88006	Serviços de assistência social sem alojamento

Fonte: elaboração própria com dados (Pessoti *et al*, 2021).

No caso especial da cidade de Salvador, nos últimos anos observa-se um aumento significativo de fluxo de investimentos privados na área de saúde, com grandes grupos chegando à cidade em busca de ofertar serviços, a exemplo das redes, H+Brasil, Mater Dei, Rede D’Or e Dasa. No ano de 2023, Salvador foi considerada a melhor cidade do Brasil para se fazer negócios no setor de saúde conforme relatado na seção anterior (tópico 2.10) referente ao estudo desenvolvido pela consultoria UrbanSystems¹⁸. Segundo o relatório da consultoria (UrbanSystems, 2023b), o ranking possui um olhar para o investimento privado no setor, com indicadores de oferta, demanda e crescimento do setor (conforme já apresentado no final da seção 2). A excelente performance neste ranking é justificada também por algumas medidas desenvolvidas

¹⁸ O Estudo das Melhores Cidades para fazer negócios é um projeto concebido pela UrbanSystems e revista EXAME. O estudo é calculado a partir de um Índice de Qualidade Mercadológica (IQM), que aponta quais municípios oferecem melhores condições para as empresas. O documento contempla uma análise dividida em 7 segmentos econômicos: Educação; Saúde; Comércio; Serviços; Indústria; Mercado Imobiliário; Agropecuária. Na categoria Saúde, de acordo com a publicação, são analisados 9 indicadores, incluindo investimento público em saúde por habitante, total de leitos privados para internação, número de médicos, enfermeiros e obstetras na cidade.

pela Prefeitura Municipal de Salvador, como exemplo a política de incentivos fiscais para o setor da saúde, e, também, a redução do prazo de abertura de empresas (desburocratizações empresariais do Plano Salvador 360).

Salvador apresentou em 2022 um aumento de 11,8% no total de estabelecimentos de saúde que aportaram na capital baiana. Boa parte deste acréscimo aconteceu em função do fluxo de investimentos privados como mencionado no parágrafo anterior (REVISTA EXAME, 2023). Entretanto com o significativo aumento da oferta, o município ainda apresenta muito potencial de crescimento (demanda a atender) e isso é ratificado pela performance de Salvador no setor de saúde no estudo de potencial de mercado promovido pela UrbanSystems. Um exemplo de que ainda há muito espaço de crescimento no setor, é que Salvador registrou apenas 34% de cobertura da população em planos de saúde (URBANSYSTEMS, 2023b).

Com base nestas considerações, uma relevante pergunta a se fazer é: o que tem incentivado esses grandes grupos a procurarem a capital baiana para investir? Três hipóteses parecem ser pertinentes: a primeira hipótese é o envelhecimento da população soteropolitana que em 2022 segundo IBGE (2023a), registrou uma população de 60 anos ou mais de 16,5% da população total, com projeções para 2030 que esse contingente populacional alcance um quarto da população; a segunda hipótese está relacionada ao aumento da expectativa de vida do soteropolitano, atualmente em 76 anos em média (IBGE,2023a); a terceira está ancorada no tamanho da população da Região Metropolitana de Salvador (RMS), registrando 3,4 milhões de habitantes (IBGE,2023a).

Do ponto de vista do desenvolvimento local, a vinda desses grupos prestadores de serviço em saúde vem contribuindo para fortalecer a economia de aglomeração, adensamento da cadeia e o fortalecimento do ecossistema da saúde na cidade, indicando uma nova dinâmica que envolve criação de emprego, renda, facilidade de acesso de serviços pela população e ampliação dos serviços. Em 2021, a cadeia da saúde em Salvador estava focalizada predominantemente nos setores comércio e serviços que empregavam juntos 97.029 profissionais com carteira assinada, sendo 13% do estoque de empregos formais da cidade de Salvador e abrigando 1.863 estabelecimentos de saúde (MTE, 2022). A Figura 10 traduz o ecossistema do setor de saúde na cidade com suas principais atividades.

Figura 10 - Principais setores da cadeia da saúde em Salvador



Fonte: Elaboração própria

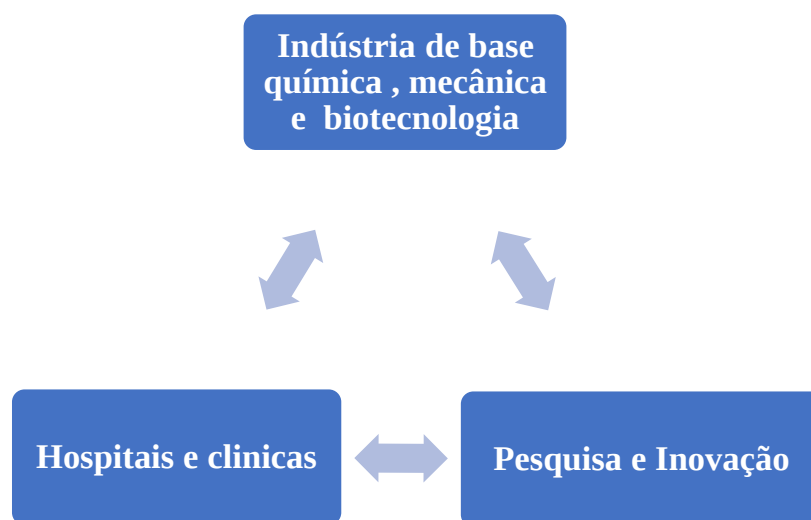
As aglomerações de empresas nesse ramo têm como principais benefícios os seguintes requisitos (MENDES JÚNIOR, 2022):

- a) Ganho de produtividade: fornecedores especializados em bens e serviços dão condições para o fácil acesso a matérias primas, promovendo economias de escala;
- b) Redução dos custos logísticos: tanto no escoamento da produção quanto para a exportação de produtos industrializados e matérias-primas;
- c) Criar oportunidades: através da possibilidade de encontros mais produtivos entre quem demanda e quem oferta o produto;
- d) Desenvolvimento urbano da região: através do desenvolvimento de atividades complementares com melhores ofertas de hospitais, serviços laboratoriais, imagem e de fármacos etc.;
- e) Mão de obra qualificada: surge uma grande oferta de mão-de-obra especializada, isto é, com habilidades específicas exigidas pelo segmento;

Além disso, essas aglomerações geralmente são reconhecidas como grandes centros industriais de desenvolvimento, pesquisa e inovação. Todavia, em que pese o adensamento da cadeia por meio do comércio e serviços nos últimos anos, o município de Salvador ainda precisa avançar no sentido complementar e integrar a cadeia produtiva a fim de evoluir para formação de um complexo de saúde, integrando, também a indústria de base química e biotecnologia e a

indústria de base mecânica hoje inexistentes, além de centros de pesquisa, desenvolvimento inovação. Em 2023, Salvador conta com duas grandes instituições de pesquisa de referência internacional que precisam serem integradas ao ecossistema da saúde, quais sejam, o Centro de Integração de Dados e Conhecimentos para Saúde (CIDACS) e o SENAI-CIMATEC. Atualmente, essas duas instituições produzem muito mais pesquisa e tecnologia que retratam a realidade de outras regiões do país e do mundo do que propriamente pesquisa para o desenvolvimento da cidade Salvador.

Figura 11- Triáde para formação do complexo de saúde em Salvador



Fonte: Elaboração própria.

Conforme já destacado no relatório técnico anterior de Pessoti *et. al* (2021), conectar esses três pilares da cadeia de saúde no mesmo espaço geográfico não é algo fácil e espontâneo. O desafio do poder público é gerar maiores incentivos para consolidação dessa parte da cadeia e a promoção do adensamento com a parte industrial. Isso exige um alinhamento entre as três esferas do poder, municipal, estadual e federal e, sobretudo, com o mercado na promoção de parceria público-privado. A esfera municipal tem como função primordial promover um ambiente propício para instalação de uma indústria desse porte, inclusive oferecendo infraestrutura e logística de qualidade. Por fim, o setor público deve atuar como articulador e facilitador e garantir recursos à pesquisa científica básica e aplicada para o desenvolvimento tecnológico na área de saúde. Salvador é, sem margem de dúvidas, o município baiano com a maior possibilidade de criação de um grande cluster de saúde, inclusive de indústrias que poderão aumentar a participação do setor secundário na composição do PIB, principalmente de uma atividade indutora de renda e de desenvolvimentos tecnológicos (integrando e reforçando a potencialidade do município como uma grande smartcity).

Nesta seção 3 foi possível observar a importância de novos vetores para a economia soteropolitana e seu respectivo desenvolvimento atrelado às transformações em curso, sejam elas na esfera urbana, social, ambiental. Ressalta-se a necessidade de aprofundamento de cada um dos temas abordados por essa seção 3, com o intuito de potencializar cada vez mais as externalidades positivas que estas atividades podem gerar a partir do conceito de aglomerações produtivas.

Na próxima seção serão abordados os investimentos previstos e o planejamento para a economia baiana nos próximos anos e assim sendo os impactos e as possíveis reverberações sobre a economia soteropolitana no horizonte temporal 2023-2030.

4. PRINCIPAIS INVESTIMENTOS QUE PODERÃO REORIENTAR O CRESCIMENTO ECONÔMICO DE SALVADOR NO PERÍODO 2023-2030

Realizadas as análises retrospectivas e atualizadas sobre a economia de Salvador nas seções anteriores, cumpre, nesta parte do trabalho, realizar um esforço de uma investigação perspectiva, com base nos principais investimentos previstos para o estado da Bahia para os próximos e que poderão criar uma nova perspectiva para a economia de Salvador no período entre 2023 e 2030. Assim, foram consideradas as informações disponíveis sobre os protocolos de investimentos previstos pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado da Bahia, bem como as dos investimentos federais previstos para o estado, com base no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

De acordo com BAHIA (2023), o montante de investimentos industriais previstos para o período 2023-2026 deverá ser de aproximadamente R\$ 50 bilhões, com potencialidade de geração de 37.500 postos de trabalho em toda a Bahia. Apesar da maior parte destes protocolos direcionar os aportes para o interior do estado, dentro de uma proposta já secular de diminuição da concentração produtiva do estado na área metropolitana, muitos dos investimentos previstos e já com mais segurança de implantação estão direcionados às indústrias química, automobilística, alimentos e bebidas, setor de petróleo e derivados, e para o fortalecimento da infraestrutura dos municípios da Região Metropolitana de Salvador.

Isto é, mesmo que os investimentos previstos sejam efetivados em sua maior parte, é pouco crível, até mesmo pelo valor agregado em torno das atividades que seriam incentivadas, que haja um processo de perda da importância de Salvador no cenário econômico da Bahia durante a década de 2021-2030. É importante levar em consideração, não como dogma que não

possa ser superado, mas, como uma observação sobre a evolução da economia baiana ao longo dos anos, que PESSOTI e PESSOTI (2019) já destacaram em trabalho anterior, que a média histórica de efetivação das intenções de investimentos industriais protocolados junto ao governo do estado é de aproximadamente 43% do total previsto.

Apesar dos números atuais e dispostos nas seções anteriores das contas regionais e municipais da Bahia e do processo de desindustrialização que marcou o cenário econômico do estado, principalmente da década de 2011-2020, não há nenhuma evidência explícita que a perda de participação da economia de Salvador no PIB da Bahia seja resultante de um processo de interiorização liderado pelas cadeias do agronegócio ou das energias limpas. A queda no ritmo de crescimento da capital baiana ao longo da segunda metade da década passada (2015-2020) esteve associada à crise que acometeu a estrutura produtiva do estado da Bahia, aliada à conjuntura macroeconômica recessiva do período, que culminaram com aumento do desemprego, queda na renda e consequente perda de participação de setores mais dinâmicos em proporção ao PIB do estado.

Ao se afirmar que a economia de Salvador vai continuar sendo o eixo mais importante da economia baiana nos próximos anos (ideia reforçada inclusive pelos recentes investimentos anunciados pelo governo do estado para Salvador e para o eixo metropolitano para o período 2023-2026), não se quer negar que exista um processo de desconcentração em curso ou que ele não seja importante para o estado da Bahia. Menezes (2020) reforça a ideia do aumento de participação de regiões econômicas fora do eixo metropolitano ao longo dos últimos anos, justamente pelo aumento de expressão das cadeias agroindustriais do Norte e Oeste do estado, bem como pelo reforço de industrialização na região de Feira de Santana e entorno. Segundo o autor:

Isso não significa que não houve alteração na estrutura espacial da economia baiana. Como já foi dito, elementos como a modernização das atividades agrícolas em algumas regiões, em conjunto com a decadência desse setor em outras, além do crescimento de atividades de apoio, muitas vezes dos serviços, em alguns espaços e mesmo de uma maior participação da indústria em determinadas áreas do interior do estado – via calçadistas, alimentos e bebidas e alguns setores vinculados a um mercado mais regionalizado – contribuíram para a dinamização de algumas regiões em detrimento de outras. Comparando os anos de 2002 e 2017, dentre as regiões que ganharam importância destacam-se o Paraguaçu, o entorno de Feira de Santana, e o Oeste. Com um movimento de menor magnitude, mas também com alguma relevância, está o Sudoeste. Importante perceber que as razões que levaram essas regiões a ganharem força na economia baiana são distintas, configurando claramente dinamismos diferenciados (MENEZES, 2020).

Ao se analisar as perspectivas de investimentos industriais anunciadas pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado da Bahia, os anos vindouros desta década (2021-

2030) são extremamente promissores para alavancar o crescimento econômico do estado. Muitos projetos de integração regional e de dotação de infraestrutura de transportes estão no bojo do processo de planejamento da Bahia para os próximos anos. A mudança em direção a um crescimento econômico mais equilibrado e sustentado passa pela definição de uma agenda de projetos estruturantes capazes de integrar a economia baiana com as demais regiões do país e com importantes mercados internacionais.

Em sentido complementar, na Bahia os eixos troncais dos investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento do governo federal (PAC) se concretizam com a finalização da Ferrovia Oeste-Leste - FIOI e do Porto Sul, que devem se articular diretamente com a Ferrovia de Integração Centro Oeste (FICO), o que vai viabilizar o escoamento de parte da produção de grãos do interior do Brasil pelos portos baianos. No sentido Oeste-Leste, a articulação entre a FICO e a FIOI passam a constituir um novo corredor de movimentação de minérios e grãos, conectando importantes zonas de expansão da produção do Centro-Oeste do país, do Oeste Baiano e de mineração no interior do Estado da Bahia ao novo Porto Sul.

O novo PAC vai injetar na Bahia entre 2023-2026, recursos da ordem de R\$ 119 bilhões (BRASIL, 2023b). Além dos investimentos na finalização da FIOI e para a integração da FIOI e da FICO, estão previstas duplicações de importantes rodovias federais, entre elas BR 101, da divisa de Sergipe a Feira de Santana, a BR-116, de Serrinha a Feira de Santana e a BR 242, de Barreiras a Luís Eduardo Magalhães. Além disso, os investimentos do PAC se destinarão também à duplicação da Estrada do Derba - BRT Águas Claras até o Subúrbio, além de construções de barragens e moradias do Programa Minha Casa, Minha Vida.

A Ponte Salvador-Itaparica (em que pese a discordância dos autores deste trabalho em sua eficácia como vetor indutor desenvolvimento para o estado), bem como os investimentos em mobilidade urbana, com ampliação dos tramos metroviários e dos corredores para VLT e BRT, além da construção da nova rodoviária são os principais destaques para o município de Salvador, no período 2023-2026. Juntos, essas atividades projetam injetar aproximadamente R\$ 8 bilhões e estimular a criação de aproximadamente 50 mil empregos diretos, principalmente nos setores de construção civil e em algumas atividades de serviços comerciais e de alojamento e alimentação.

Além dos investimentos dados como certos para a infraestrutura e mobilidade urbana de Salvador, a retomada da indústria automotiva no município de Camaçari cria grandes potencialidades para Salvador, principalmente em se tratando de um projeto de base tecnológica muito maior que o antigo Projeto *Amazon* (Ford). A chinesa BYD já estipulou o início de suas operações para o ano de 2025 o aporte de R\$ 3 bilhões em investimentos para a produção de carros,

caminhões e ônibus elétricos, além da produção de células de lítio e ferro fosfato utilizado nas baterias de seus carros (BAHIA, 2023).

Apesar da geração de aproximadamente 1.500 empregos diretos, a montadora chinesa deverá atrair uma gama de sistemistas, tal qual a lógica da Ford (que devem concentrar a maior parte dos chamados empregos indiretos). As expectativas anunciadas pela própria BYD são da produção de 150 mil veículos elétricos no ano de 2025, podendo chegar a 450 mil até 2028.

Ao se considerar os projetos da Hidrovia do São Francisco e a requalificação das ferrovias da FCA, nos seus ramais de Salvador para Minas Gerais e Salvador para Juazeiro, e agregar os projetos de plataformas logísticas na Macrorregião de Salvador-Feira de Santana, em Juazeiro, em Itabuna e em Vitória da Conquista, compreende-se que está sendo construída uma grande rótula de articulação dos fluxos econômicos. Isto é, dotando a Bahia de maior infraestrutura e considerando como válidos os preceitos das teorias de localização industrial, pode-se assistir a um verdadeiro ciclo de crescimento econômico, alicerçado na complexificação, diversificação e aumento do valor adicionado nas atividades econômicas, principalmente em vetores muito mais dinâmicos, capazes de gerar externalidades para o mercado de trabalho e efeitos multiplicadores para toda a cadeia de serviços do estado e principalmente da região metropolitana.

Salvador não poderá deixar de oportunizar todos esses investimentos, mesmo com aqueles notadamente direcionados para o interior do estado, como nas áreas de mineração, energia eólica e solar. Segundo as informações de BAHIA (2023), só as energias renováveis, incluindo eólica, solar, biomassa e hidrogênio verde deverão receber um aporte de R\$ 22 bilhões entre 2023 e 2026. As escalas necessárias para essas atividades, bem como as economias de aglomeração requeridas pelos serviços, a necessidade de uma mão-de-obra especializada e com maior nível de escolaridade, além das infraestruturas físicas e tecnológicas obviamente colocam Salvador em destaque para oferecer toda uma gama de serviços que estarão a montante das produções industriais do interior.

Mas, essa ação estratégica vai requerer novas orientações no planejamento econômico de Salvador, inclusive com o estabelecimento de um setor de inteligência competitiva (na prefeitura ou no setor privado) que seja capaz de criar a ambiência necessária para qualificação e atração de serviços empresariais para a capital do estado. Nas palavras de Menezes (2020) e nos argumentos já amplamente discutidos nas seções anteriores:

Num cenário em que os serviços empresariais assumem um papel proeminente no estímulo à competitividade, a presença deles é claramente limitada na Bahia. Os serviços de agregação de valor são muito poucos e precisam aumentar substancialmente

para que se logre uma maior integração com as demais atividades econômicas, potencializando assim o seu desempenho. (MENEZES, 2020).

Algumas vantagens competitivas como a presença de um grande centro de desenvolvimento tecnológico, com parcerias com diversas empresas multinacionais e países do mundo, o SENAI-CIMATEC, além do projeto do CIMATEC PARK em Camaçari, assim como a potencialidade para o desenvolvimento de um parque tecnológico (que a bem da verdade nunca foi oportunizado, desde sua criação), podem ser os indutores para essa transformação do setor de serviços de Salvador, na direção de atividades mais modernas e dinâmicas. Conforme destacado por Pessoti *et al* (2021), a mudança da estrutura produtiva, com elevação de serviços intensivos em tecnologia, mais empresariais e ligados a segmentos indutores de outras atividades complementares (também tecnológicas, como o complexo industrial da saúde) estão no âmago da retomada do crescimento econômico de Salvador em intensidade muito maior que a registrada nas primeiras duas décadas do século XXI (num movimento, que guardadas as devidas proporções, seria parecido com a articulação indústria-serviços do auge de criação do Complexo Petroquímico de Camaçari no final dos anos 1970 e que potencializou muito a dinâmica da economia soteropolitana).

Além de um conjunto diversificado de investimentos nos modais de transporte ferroviário e rodoviário, e a construção/ampliação/modernização de 10 aeroportos (Paulo Afonso, Barreiras, Lençóis, Bom Jesus da Lapa, Feira de Santana, Salvador, Ilhéus, Guanambi, Vitória da Conquista, e Porto Seguro) que já foram efetivados até o final da década passada, os investimentos previstos na construção e ampliação dos Distritos Industriais e as Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs), poderão atrair novos investimentos e aumentar a competitividade da economia baiana, com grandes oportunidades para Salvador. Os novos investimentos previstos até 2026 permitem vislumbrar grandes possibilidades de agregação de valor à produção local, capaz de viabilizar um grande número de negócios, tanto no setor industrial como no setor de serviços. A criação de novas áreas para implantação de indústrias possibilita a instalação de novas empresas e uma maior diversificação e desconcentração da economia estadual – a exemplo da ZPE de Ilhéus –, com a criação de novos postos de trabalho e fortalecimento do centro comercial e de serviços. A utilização do estaleiro enseada, a partir de São Roque do Paraguaçu, para exportação de minério de ferro e grãos também pode se consubstanciar em outro vetor importante para a expansão da economia náutica, com claríssimos potenciais de desenvolvimento para Salvador.

Figura 12 – Distribuição Espacial dos Principais Investimentos para a Bahia no Período 2023-2026



Fonte: BAHIA (2023)

Como se percebe pela Figura 12, a diversificação da base produtiva da Bahia deve acontecer assentada em poucos vetores novos, mas, com potencialidade de expandir o dinamismo do estado, aperfeiçoando a deficiente infraestrutura e aumentando as vantagens competitivas para o aporte de investimentos industriais e de serviços (o que evidentemente potencializa oportunidades para a RMS). O argumento desta análise, que continua sendo o mesmo já historicamente conhecido, de desconcentrar e aumentar a integração econômica do estado, não será um entrave para o fortalecimento estratégico da economia soteropolitana. Mas, será imprescindível ao planejamento municipal realizar uma leitura especializada dessas informações de tendências, para a criação de programas especiais que oportunizem a diversificação e a atratividade de novos serviços, intensivos em conhecimento e tecnologia, para a capital baiana.

Romper com a atual estrutura produtiva, na qual serviços de baixo valor agregado assumem o destaque tanto na geração de empregos, como na composição do PIB, será o grande desafio para a gestão pública municipal de Salvador dos próximos anos. Se considerarmos que

os três primeiros anos da nova década (2021-2030), já se passaram e não trouxeram como legado o avanço na direção de uma economia mais dinâmica e diversificada, com serviços diferenciados, capazes de induzir um novo ritmo para a economia soteropolitana, esses desafios só poderão ser alcançados, a partir da segunda metade desta atual década.

Diante desse exposto, a década compreendida entre 2021 e 2030 deve ser considerada sob a perspectiva de dois períodos distintos, porém inter-relacionados: o primeiro marcado por uma recuperação lenta (dos efeitos da pandemia), mas com intensa ação governamental municipal, sobretudo, de estímulo aos novos vetores econômicos mais dinâmicos; e o segundo período com crescimento mais intenso como resposta das ações implementadas pelo planejamento governamental, com a reativação do setor privado a partir de vetores econômicos mais dinâmicos, e por fim, a consolidação da mudança estrutural na matriz produtiva de Salvador. A expectativa é de que esse processo tenha grandes reverberações no emprego e na renda municipal e com a perspectiva de mais autonomia e crescimento sustentado entre 2025 e 2030.

Isto é, agir planejadamente, reforçando os programas e ações do Plano Salvador 360 será imperativo para a mudança de ritmo e de patamar de crescimento econômico da capital baiana, a partir de agora. Não há dúvidas de que o esforço coordenado do planejamento econômico de Salvador, trouxe algumas conquistas importantes, ao longo dos últimos anos. Mas, até mesmo por conta da pandemia da Covid que continuou impactando em toda a recuperação da economia em 2021 e 2022, os resultados alcançados até 2023 mostram muito mais uma pequena reanimação da atual base produtiva da capital baiana, do que um movimento verdadeiramente concatenado e disruptivo na direção de vetores dinâmicos, diversificados e que oportunizassem geração de emprego e renda.

Segundo as estimativas realizadas por essa equipe de trabalho e referendadas pela Secretaria da Fazenda Municipal (a partir do crescimento real da arrecadação), a taxa de crescimento econômico do PIB de Salvador voltou a crescer pelo terceiro ano consecutivo, a saber: 2,5% em 2021, 5,0% em 2022 e deverá fechar o ano de 2023, com uma taxa real de aproximadamente 4,0%. Dessa forma, o crescimento acumulado conseguiu suplantear a queda de 9,6% do PIB de Salvador em 2020 (medido pela Índice da Dinâmica Econômica Municipal – IDEM), somente a partir do terceiro ano da nova década. Com isso, o nível da atividade econômica de Salvador ao final de 2023 estava praticamente no mesmo patamar do ano de 2019 (reforçando o argumento que os três primeiros anos foram de recuperação e não de reativação em bases verdadeiramente diferenciadas).

Tabela 16 - Comparação entre o crescimento real da arrecadação tributária o Índice da Dinâmica Econômica Municipal - Salvador, 2019-2023

Ano	Taxa de Crescimento Real da Arrecadação Tributária Municipal (em %)	Índice da Dinâmica Econômica Municipal IDEM/SEI (em %)
2019	4,2	1,6
2020	-4,5	-9,6
2021	2,1	2,5
2022	8,4	5,0
2023	6,0	4,0

Fonte: SEFAZ/PMS (2023); SEI (2023); PESSOTI (2021)

Os direcionamentos para uma mudança de ritmo de crescimento, a partir de alterações estruturais da economia de Salvador para a próxima década foram feitos por Pessoti *et al* (2021). Mas, naquele citado trabalho a premissa sobre a qual foram estimados os cenários moderado e otimista para o desempenho econômico da capital baiana foram assentadas em mudanças na composição do PIB de Salvador, que até o ano de 2023 não se efetivaram plenamente. As informações das contas municipais do Brasil, realizadas pelo IBGE, para o ano de 2023, só estarão disponíveis para consulta no ano calendário de 2025. Mas, com a recente publicação dos dados de 2021, que não só evidenciaram mais perda de participação da economia baiana na economia brasileira (de 4,0% em 2020 para 3,9% em 2021) e estabilidade no mesmo patamar no Nordeste (28,3% em 2020 para 28,4% em 2021), somada ao ritmo em que se processou o crescimento econômico de Salvador (que precisou de três anos para recuperar as perdas de 2020), pode-se elucubrar sobre as ainda incipientes alterações na matriz produtiva de Salvador, após o fim do terceiro ano de referência da nova década.

Com a aproximação do período eleitoral em 2024, pode-se agora prospectar que as mudanças na matriz produtiva, orquestradas por mais atrações de serviços empresariais (inclusive no bojo dos investimentos com protocolos de intenção para o período 2023-2026 para o estado da Bahia), estariam mais próximas de serem efetivadas somente a partir do ano de 2025. Esse fato não só interfere na análise de cenários realizados por Pessoti *et ali* (2021), como pode sugerir menor ritmo de crescimento para toda a década, notadamente nos seus cinco anos iniciais. Mesmo assim, as projeções para o crescimento econômico de Salvador em 2024 são de aproximadamente 3,3% em relação ao ano de 2023.

Entre as condições estabelecidas pelos referidos autores para definir o que seria um cenário moderado de crescimento econômico para Salvador, entre 2021-2030, foi estabelecido

um conjunto de premissas, que ao final de 2023 pareciam expressar a realidade até aqui vivenciada, a saber:

As bases criadas no PPA 2022-2025 para alteração da estrutura produtiva no município não se concretizariam até a primeira metade da década atual; A retomada da atividade econômica ocorreria com base em vetores tradicionais da economia de Salvador; Não ocorreria uma mudança na matriz produtiva antes de 2026. Isso implicaria em taxas moderadas de crescimento e dificuldade de redução do desemprego e da informalidade em Salvador (PESSOTI *et al*, 2021).

Apesar desta constatação anterior, continua aqui a ideia de que as mudanças na estrutura produtiva de Salvador poderão determinar um novo ritmo de crescimento, principalmente a partir da segunda metade da década atual. Isto é, permanece a ideia vinculante de que, com a continuidade e efetivação de ações do Plano Salvador 360 que ainda não foram finalizadas e com investimentos estruturantes que serão realizados até 2026 (pelo governo federal através do PAC, pelo governo estadual por meio dos protocolos de investimentos e pelo governo municipal, através dos seus vários programas de atração de investimentos), as expectativas são de alteração na matriz produtiva do município, com aumento da participação de segmentos mais empresariais e dinâmicos na composição do PIB. Assim, independente do ritmo em que o crescimento econômico vai se processar, se dentro de um cenário mais otimista ou moderado, as expectativas para as economias baiana e soteropolitana nesta nova década são muito melhores que o desempenho realizado ao longo do período 2011-2020.

Os elementos estruturantes anteriormente mencionados, bem como as análises de cenários prospectivos, estarão ancorados na assertividade do planejamento municipal, bem como no entendimento de que uma ação coordenada de mudança estrutural irá se assentar em bases tecnológicas muito mais elevadas a partir de agora. Independentemente de quais sejam os vetores que assumirão a dianteira do dinamismo econômico a partir desta terceira década do século XXI, a atração de investimentos certamente estará respaldada (e condicionada) na melhoria dos indicadores educacionais e na obrigatoriedade da inclusão digital e tecnológica. Os dados da PNAD Contínua do IBGE que revelaram que praticamente ¼ do mercado de trabalho da capital baiana não ter o nível fundamental completo em 2022, deverão condicionar todas as ações, planos e programas municipais. Esse será um dos maiores condicionantes a serem enfrentados. Do contrário, os óbices para uma “nova economia” serão intransponíveis.

Ter os centros de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, tais quais o SENAI-CIMATEC, o CIMATEC PARK e mesmo o Parque Tecnológico seriam no máximo uma condição necessária, mas, certamente, não suficiente para colocar Salvador em uma nova posição destaque entre as capitais brasileiras. Investimentos massivos integrantes dos planos e programas

municipais e estaduais em melhoria continuada do sistema educacional, treinamentos e formação de mão-de-obra especializada, fortalecimento de cursos técnicos e superiores em tecnologia serão os elementos decisivos para tornar Salvador em um grande centro gravitacional de investimentos portadores de um novo futuro. Infraestrutura, vantagens competitivas e comparativas naturais, bem como a melhoria do sistema educacional formarão o tripé para um salto qualitativo de crescimento econômico, com melhoria na geração de empregos e renda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho buscou fazer uma complementação em relação ao texto anterior organizado por Pessoti *et al* (2021), quando esses autores fizeram uma incursão sobre vetores econômicos que poderiam transformar a estrutura produtiva da capital baiana e acelerar seu ritmo de crescimento. Para aquele trabalho, importava muito mais o exercício de cenarização, dentro de critérios pré-estabelecidos, que pudessem indicar um ritmo mais moderado ou mais otimista para a economia de Salvador, à medida que ações governamentais planejadas fossem modificando a matriz produtiva da economia, na direção de vetores mais dinâmicos e portadores de um novo futuro para a economia soteropolitana.

Neste trabalho em questão buscou-se fazer uma releitura atualizada sobre a evolução econômica de Salvador, de forma a perceber algumas transformações estruturais que pudessem sugerir que a economia soteropolitana havia reencontrado seu ritmo de crescimento, com a reativação de setores dinâmicos, indutores de emprego e renda. Neste trabalho em particular, além de uma análise retrospectiva sobre os fatos que marcaram as economias baiana e soteropolitana ao longo do período 1975-2023, foi feito um esforço de percepção sobre a leitura correta do atual momento, bem como os desafios para acelerar o crescimento econômico da capital baiana, principalmente no período 2024-2030.

Dois trabalhos com objetos diferentes, mas interdependentes e complementares entre si. Se os vetores econômicos sugeridos pela equipe de trabalho estivessem bem contemplados nos diferentes instrumentos de ação política municipal, o ritmo de crescimento seria mais facilmente percebido, à medida em que a feição produtiva de Salvador fosse sendo transformada na direção de serviços mais empresariais e dinâmicos, ao tempo em que os setores econômicos mais tradicionais fossem perdendo participação na matriz produtiva.

A leitura das principais bases de dados econômicos e sociais utilizadas neste trabalho demonstrou algumas questões importantes. A primeira delas é a que a evolução econômica de Salvador entre 2011 e 2020 foi extremamente importante para entender a perda de ritmo de

crescimento e, por assim dizer, a estagnação econômica que foi registrada entre 2015 e 2020. O aumento em aproximadamente 5 pontos percentuais da administração pública e a perda de 8,2 pontos percentuais do setor industrial em proporção ao PIB da capital baiana, mostram e reforçam um fenômeno que é mais estrutural desta perda de dinamismo econômico em Salvador no ponto de comparação entre o primeiro e o último ano da segunda década do século XXI. A perda estrutural seguida pelos imbróglis conjunturais (nacionais e estaduais), produziu e potencializou um resultado muito mais negativo na economia de Salvador, que na própria economia do estado da Bahia e do Brasil.

A segunda dessas questões, ainda interligada à primeira, foi a constatação de que à medida em que a relação indústria-serviços perdia musculatura na estrutura da economia baiana (notadamente no eixo metropolitano), a economia de serviços de Salvador foi potencialmente mais afetada pelos efeitos da queda de ritmo de crescimento. Dadas suas características, explicitadas por esse estudo, de um mercado de trabalho com alto índice de informalidade e desemprego, a queda da renda que seguiu às perdas no setor industrial dentro da onda desindustrializante que vai caracterizar a evolução da economia baiana ao longo do século XXI, acabou por diminuir os fluxos real (de bens e serviços finais) e financeiro (moeda) circulantes em Salvador, o que agravou ainda mais a condição econômica da capital baiana entre 2011 e 2020.

Mesmo antes desta década, o ritmo de crescimento percebido pelo Índice da Dinâmica municipal de Salvador, o IDEM/SEI não conseguiu amenizar a situação do mercado de trabalho, que já há mais de 20 anos coloca a Bahia e sua capital estadual entre as piores estatísticas de desemprego e desalento entre todas as unidades da federação (seja pela PED/DIEESE, com séries de 1997-2019, seja na PNADC, com séries a partir de 2012). Por isso as questões que envolvem tentar solucionar o quadro econômico de Salvador não são conjunturais. E, também não serão instantâneas. Não é uma má fase ou um efeito disso ou consequência daquilo. A solução passa por alterações do sistema produtivo e da sua lógica integrada.

Há também questões positivas, apesar da constatação de que a estrutura produtiva de Salvador ainda não foi alterada nem mesmo depois da exitosa proposição do PPA municipal 2022-2025. O processo de requalificação da estrutura urbana municipal, bem como o recente pacote de medidas de estímulo fiscal e financeiro lançados em 2023 podem aumentar a atratividade de empresas, inclusive industriais, para reforçar o dinamismo econômico e social da capital baiana. A queda do PIB per capita de Salvador e sua equivalência ao do estado da Bahia em 2020 (na primeira década do século XXI, Salvador chegou a ter o PIB per capita 37% maior que o estado da Bahia), ao lado da perda de população, reforçam que apesar do denominador deste indicador estar diminuindo (o que em termos matemáticos seria muito bom), o numerador

(o PIB municipal) caiu mais que proporcionalmente. Mesmo com a queda de população na capital baiana, há economia de menos para o tamanho do contingente populacional existente hoje em Salvador. Assim, será necessário incrementar o nível da atividade produtiva da economia soteropolitana. Esse é o desafio posto.

Há suficientes razões para uma dose de otimismo, apesar dos aspectos negativos apontados. Apesar da estrutura produtiva não ter sido ainda alterada (até mesmo porque esse é um processo lento, mas, que precisa ser gradual), Salvador registrou taxas de crescimento por três anos consecutivos (2021, 2022 e 2023) e conseguirá ao final de 2023 retomar o nível de sua atividade de antes da pandemia (2019). A economia baiana como um todo ainda estava no patamar de produção de 2012, nesse mesmo período de comparação.

As perspectivas em torno do fortalecimento da relação indústria-serviços gravitam em torno dos auspiciosos investimentos industriais com protocolos de intenção até 2026 (aproximadamente R\$ 50 bilhões segundo as fontes oficiais do governo do estado), bem como dos investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento, com outros R\$ 119 bilhões que deverão ser aportados em toda a Bahia, ao longo dos próximos 4 anos.

O desafio será oportunizar esses investimentos (apesar da baixa relação histórica entre protocolos *versus* efetivações) e criar uma ambiência em Salvador para canalização em atividades de serviços empresariais, que vão encontrar na capital baiana as melhores condições e vantagens competitivas em relação a outros locais do estado para seu desenvolvimento. Mais do que nunca, o planejamento municipal precisará antecipar os movimentos e criar relações institucionais e empresariais para transformar Salvador no local em que todos os serviços (inclusive os de base tecnológica) de apoio às atividades produtivas, mesmo de segmentos programados para o interior do estado, aconteçam. Apesar de não ser um polo industrial (e nunca será), desenvolver toda a rede de serviços de apoio à lógica industrialista, por trás destes investimentos, pode criar grandes perspectivas de futuro para Salvador.

As grandes apostas deverão estar direcionadas para as possibilidades de aglomerações produtivas que aumentarão a atração gravitacional de investimentos para Salvador. E com isso, mais economia, mais empresas, mais investimentos, mais emprego e renda, portanto, maior dinâmica. Essa pode ser a perspectiva já para a segunda metade da década atual, a partir do ano de 2025. Na seção três do estudo foram evidenciadas as aglomerações e transbordamentos delas decorrentes, em torno da economia do mar, do complexo industrial da saúde e da economia tecnológica a partir do conceito de cidades inteligentes, na qual Salvador tem destaque até internacional. Então, são apostas de riscos baixos, mas, com muitas possibilidades de alterar o curso e o ritmo da economia soteropolitana daqui para frente.

Por isso a cobrança em torno das ações de planejamento municipal, como responsável direto pela criação de arranjos institucionais, bem como o desenvolvimento de um centro de inteligência de operações. Isso envolverá algum esforço político, principalmente porque os resultados não serão imediatos. Mas, tais aglomerações podem acelerar o ritmo de crescimento de emprego e renda e criar uma economia de serviços totalmente diferente daquela que tem na administração pública e nos setores de comércio e atividades imobiliária sua maior expressividade.

Independente de não se ter evidências comprovadas (inclusive estatisticamente), as expectativas criadas em torno de tais atividades que propiciem aglomerações para Salvador, bem como das atividades dos vetores portadores de um novo futuro para Salvador, apontadas por Pessoti *et al* (2021) precisarão reorganizar todo o planejamento governamental municipal. As possibilidades que tais considerações estejam erradas ou que esse trabalho de consultoria tenha apenas um viés acadêmico são nulas. Não há caminho alternativo para a economia soteropolitana que não passe por uma mudança estrutural. E essa mudança não vai acontecer de forma espontânea. Ela precisa ser induzida pela administração pública e gerida pelo capital privado.

Por isso, o cenário futuro, se moderado como a inércia atual parece indicar, ou otimista, nesse momento, é menos importante. Os três primeiros anos da década de 2021-2030 cresceram dentro do que, no início de 2021, quando foram projetados, seria considerado o cenário otimista. Mas, as próprias condições colocadas no estudo anterior e não alcançadas nos fins de 2023, deveriam fazer a economia de Salvador ter tido um desempenho aquém do registrado. As estimativas, nesse caso (como na maioria das vezes), não servem para determinar qual será o ritmo de crescimento, mas, para balizar parâmetros possíveis e factíveis de serem alcançados. Fazer com que os resultados projetados se adequem na mesma magnitude da realidade concreta é um exercício pouco crível e por assim dizer mais impreciso do que errar completamente na relação entre o cenário projetado e realmente acontecido.

Mas, foram três anos para superar as perdas que a economia de Salvador registrou na pandemia. Portanto, a década começa em 2024, com a atividade produtiva interna no mesmo patamar de 2019 e a partir de agora serão apenas 07 anos até o término. Eles são mais promissores e têm mais potencialidade do que o mesmo período da década passada. Mas, também são mais desafiadores por conta das transformações produtivas e do ritmo em que elas se processam na escala internacional. Os caminhos estão apontados e como mencionado anteriormente, há razão para um otimismo, apesar de todas as incertezas que marcam a economia desde os seus primórdios históricos.

REFERÊNCIAS

BAHIA. Secretaria de Desenvolvimento Econômico. *Investimentos Industriais da Bahia no período 2007-2023*. Salvador: SDE, 2023. Disponível em: <<http://www.sde.ba.gov.br>>. Acesso em: 23 nov. 2023.

BAHIA. Secretaria do Planejamento. *Relatório Anual de Governo*. Salvador: SEPLAN, 2010. Disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br>. Acesso em: 23 jun. 2014.

BAHIA NOTÍCIAS (BRASIL). Prefeitura de Salvador inaugura 1º SAC Náutico do Brasil para impulsionar economia marítima. 2023. Disponível em: <https://www.bahianoticias.com.br/noticia/285121-prefeitura-de-salvador-inaugura-1o-sac-nautico-do-brasil-para-impulsionar-economia-maritima>. Acesso em: 28 nov. 2023.

BRASIL. Banco Central do Brasil. *Boletim Focus*. Brasília: BACEN, 2014. Disponível em: <www.bacen.gov.br>. Acesso em: 10 set. 2014.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME (MDS). MDS. In: NOÇÕES BÁSICAS CADASTRO ÚNICO. 2023a. Disponível em: https://mds.gov.br/webarquivos/MDS/2_Acoes_e_Programas/Cadastro_Unico/Cartilha/Cartilha_Cadastro_Unico_Digital.pdf. Acesso em: 1 nov. 2023.

BRASIL. Casa Civil. Investimentos do PAC por estado no período de 2023-2026. 2023b. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/novopac/>. Acesso em: 27 nov. 2023.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME (MDS). 2023c. Disponível em: https://cecad.cidadania.gov.br/painel04.php?p_ibge=29&mu_ibge=2927408#. Acesso em: 5 nov. 2023.

CARVALHO, Ándrea Bento. *ECONOMIA DO MAR: CONCEITO, VALOR E IMPORTÂNCIA PARA O BRASIL*. 2018. Tese (Doutorado em Economia do Desenvolvimento) - PUC -RS.

CARVALHO JUNIOR, C. V. de; PESSOTI, G. C.; PEREIRA, Í. G. A. Panorama da economia baiana sob a ótica do PIB – 1975/2000. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Dez anos de economia baiana*. Salvador: SEI, 2002. p. 7-23. (SEP, 57).

CORREIO (BRASIL). Prefeitura e Ufba firmam parceria para implantar centro de pesquisa e museu da Baía de Todos-os-Santos. 2023. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/minha-bahia/prefeitura-e-ufba-firmam-parceria-para-implantar-centro-de-pesquisa-e-museu-da-baia-de-todos-os-santos-1123>. Acesso em: 28 nov. 2023.

FIGUEIROA, E. S. B.; PESSOTI, G. C. Reflexões da nova série de Contas Regionais do Brasil sobre o Produto Interno Bruto dos municípios baianos. *Conjuntura & Planejamento*, v. 2, p. 54-61, 2008.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP) (BRASIL). FJP. In: Déficit Habitacional no Brasil por cor ou raça. 2022. Disponível em: <https://fjp.mg.gov.br/deficit-habitacional-no-brasil/>. Acesso em: 11 out. 2023.

FIRJAN (BRASIL). FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. In: Índice Firjan de Gestão Fiscal. 2023. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/ifgf/>. Acesso em: 22 nov. 2023.

Gadelha CAG, Costa LS, Borges TR, Maldonado JMSV. O complexo econômico-industrial da saúde: elementos para uma articulação virtuosa entre saúde e desenvolvimento. *Saúde Debate* 2012; 36:21-30.

Gadelha CAG, Quental C, Fialho BC. Saúde e inovação: uma abordagem sistêmica das indústrias da saúde. *Cad Saúde Pública*. 2003; 19(1):47-59.

GUERRA, O.; TEIXEIRA, F. 50 anos de industrialização baiana: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 10, n. 1, jun. 2000. p. 87-98.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. SIDRA: Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/inicial>. Acesso em: 5 nov. 2023.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Levantamento Sistemático da Produção Agrícola* (LSPA). 2014. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 12 set. 2014.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Conta-satélite de saúde: Brasil, 2010-2015, p. 12-15, 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101437.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2023.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. SIDRA: contas regionais e municipais do Brasil 2002-2020. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pib-munic/tabelas>. Acesso em: 15 out. 2023.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. SIDRA: Censo Demográfico 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2023a. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2022/universo-populacao-por-idade-e-sexo>. Acesso em: 5 nov. 2023.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. SIDRA: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA Rio de Janeiro: IBGE, nov. 2023b. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnadct/tabelas>. Acesso em: 25 nov. 2023.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Síntese das Informações Sociais. IBGE, 2023c. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 08 dez. 2023.

LANDIM, Domingues, J. M.; BITTENCOURT, A.C.S.P. A origem da Baía de Todos os Santos. Salvador, *Jornal A Tarde*, 20 de setembro de 2009.

MENDES JÚNIOR, Biágio de Oliveira. Panorama e perspectivas da cadeia de saúde do Brasil, Nordeste, Ceará, Pernambuco e Bahia até 2024. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, ano 7, n.217, mar. 2022. (Caderno Setorial Etene).

MENEZES, Vladson. Sobre a economia baiana no século atual. Reflexões de Economistas Bai-
anos 2020: economia e a pandemia da Covid-19 / Gustavo Casseb Pessoti, Marcelo José dos
Santos (Organizadores). - Salvador: CORECON- BA, 2021. 55-118 p.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
(MDIC) (BRASIL). COMEXSTAT. In: Exportações e Importações Geral. 2023. Disponível
em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>. Acesso em: 17 nov. 2023.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR (BRASIL). CARTA BRASI-
LEIRA CIDADES INTELIGENTES. MDR, 2021. Disponível em: <https://www.cartacidade-sinteligentes.org.br/>. Acesso em: 13 nov. 2023.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). Relação Anual de Informações Sociais
(RAIS): Vínculos empregatícios e remuneração do trabalhador, 2022. Disponível em:
<http://bi.mte.gov.br/bgcaged/login.php>. Acesso em: 22 nov. 2023.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO -
OCDE. The Ocean Economy in 2030, OECD Publishing, Paris, 2016.

PEIXE BR. Anuário brasileiro da piscicultura 2023. Associação brasileira de piscicultura, 2023.

PESSOTI, G. C. Um estudo da política industrial da Bahia no período 1950-2005. Dissertação
(Mestrado em Análise Regional). 2008. 215p. Unifacs. Salvador, 2008.

PESSOTI, G. C. et alli. PIB municipal revela leve desconcentração espacial na economia
baiana. Conjuntura. & Planejamento, Salvador n.165, p.58-67, out./dez. 2009.

PESSOTI, F.C.C.L.; PESSOTI, G.C. Panorama Econômico da Bahia no Século XXI. BNB
Conjuntura Econômica, Fortaleza, 2019.

PESSOTI, F.C.C.L.; PESSOTI, G. C.; SILVA, D.V.; ALMEIDA, A.B. Os Ciclos Econômicos
da Bahia: análise retrospectiva e perspectiva – 1975- 2020. Memórias da Economia Baiana.
Org. Gustavo Casseb PESSOTI. SEI, Salvador, 2020.

PESSOTI, *et ali*. Cenários econômicos e os novos vetores de desenvolvimento para Salvador
na década de 2021-2030. Relatório técnico apresentado à Prefeitura Municipal de Salvador
(PMS). Salvador: 2021, 67p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR (PMS). Diretrizes do Plano de Governo 2021-
2024. Bruno Prefeito – Salvador sempre em frente. 2020. Disponível em: https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2020/BA/38490/426/candidatos/389567/5_1600444138807.pdf. Acesso em: 10 mar. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR (PMS). Salvador 360. Disponível em:
<http://360.salvador.ba.gov.br/>. Acesso em: 10 mar. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR (PMS). PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIAS DA CIDADE INTELIGENTE – PDTCI. Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia. Salvador, 2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR (PMS). Taxa de crescimento real da arrecadação municipal. Secretaria da Fazenda Municipal. Salvador, 2023a.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR (PMS). SAC NÁUTICO. In: Prefeitura inaugura 1º SAC Náutico do país para impulsionar economia do mar e simplificar processos do setor. Outubro 2023b. Disponível em: <http://www.agenciadenoticias.salvador.ba.gov.br/index.php/pt-br/releases-2/geral/22811-prefeitura-inaugura-1-sac-nautico-do-pais-para-impulsionar-economia-do-mar-e-simplificar-processos-do-setor>. Acesso em: 26 nov. 2023.

RELATÓRIO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS (RAIS). MTE, 2022. Disponível em: https://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_rais_vinculo_id/login.php. Acesso em: 24 out. 2023.

REVISTA EXAME (BRASIL). Ranking 2023: Salvador é a melhor cidade para fazer negócios em saúde. 7 dez. 2023. Disponível em: <https://exame.com/brasil/ranking-2023-salvador-e-a-melhor-cidade-para-fazer-negocios-em-saude/>. Acesso em: 9 dez. 2023.

SANTOS, Alex Gama Queiroz dos et ali. Texto para discussão. In: A ECONOMIA DE SALVADOR ENTRE 2021 E 2030: TENDÊNCIAS ESTRUTURAIS, ANÁLISE CONJUNTURAL E RESILIÊNCIA SETORIAL PÓS-PANDEMIA. [S. l.], julho 2020. Disponível em: https://sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=796&Itemid=284&lang=pt. Acesso em: 24 out. 2023.

SENAI (BRASIL). SENAI CIMATEC lança campus voltado para Economia do Mar em Salvador. 2023. Disponível em: <https://www.senaicimatec.com.br/noticias/senai-cimatec-lanca-campus-voltado-para-economia-do-mar-em-salvador/>. Acesso em: 28 nov. 2023.

SPINOLA, Noelio Dantaslé. A trilha perdida: caminhos e descaminhos do desenvolvimento baiano no século XX. Salvador: Fapesb, 2009.

SEI. SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Salvador (PEDRMS), 2019. Taxa de desemprego por tipo de desemprego. Disponível em: https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=23&Itemid=41. Acesso em: 20 nov. 2023.

SEI. SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. Índice de Movimentação Econômica (IMEC). Tabelas e gráficos. 2020 Disponível em: https://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/imec/rel_IMEC_dez20.pdf. Acesso em: 20 nov. 2023.

SEI. SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. Índice da Dinâmica Econômica Municipal (IDEM). Tabelas e gráficos. 2022. Disponível em: https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1645&Itemid=332. Acesso em: 20 nov. 2023.

SEI. SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. PIB e estudos correlatos. Tabelas e Gráficos - PIB Estadual Anual. 2023. Disponível em: https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2096&Itemid=333. Acesso em: 20 out. 2023.

URBANSYSTEMS (BRASIL). RANKING Connected SMARTCITIES. 2023a. Disponível em: <https://www.urbansystems.com.br/rankingconnectedsmartcities>. Acesso em: 16 nov. 2023.

URBANSYSTEMS (BRASIL). Melhores cidades para fazer negócios. 2023b. Disponível em: https://conteudo.urbansystems.com.br/mcn_urban_2023. Acesso em: 09 dez. 2023.

VIANA, A.L.D.; ELIAS, P.E.M. Saúde e desenvolvimento. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 12, Suppl., 2007, p. 1765-77.

VIEIRA, Carol Araújo; SILVA, Denis Veloso da; SANTOS, João Paulo Caetano. Um retrato da Bahia em relação ao Nordeste sob a lente das contas regionais, 2010 – 2018. *Reflexões de Economistas Baianos 2021 : economia e a pandemia da Covid-19 – Volume 2* / Gustavo Casseb Pessoti, Ana Cristina Cerqueira e Livio Andrade Wanderley. (Organizadores).- Salvador: CORECON- BA, 2021, 183-208 p.

WEISS, Marcos Cesar et al. Cidades inteligentes como nova prática para o gerenciamento dos serviços e infraestruturas urbanos: a experiência da cidade de Porto Alegre. *Revista Brasileira de Gestão Urbana (Brazilian Journal of Urban Management)*, 2015.